

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ALINE FLAVIA VALGAS

A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO DO CORPO NO BRASIL DA
PRIMEIRA REPÚBLICA E OS CONTOS DE LIMA BARRETO

GOIÂNIA-GO

2016

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Nome completo do autor: Aline Flavia Valgas

Título do trabalho: A relação entre a educação do corpo no Brasil da Primeira República e os contos de Lima Barreto.

3. Informações de acesso ao documento

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.

Aline Flavia Valgas.

Assinatura do (a) autor (a) "

Data: 28, 09, 2016

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de

ALINE FLAVIA VALGAS

A RELAÇÃO ENTRE A EDUCAÇÃO DO CORPO NO BRASIL DA
PRIMEIRA REPÚBLICA E OS CONTOS DE LIMA BARRETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Educação, sob orientação da Professora Dra. Juliana de Castro Chaves.

GOIÂNIA-GO

2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Valgas, Aline Flavia

A relação entre a educação do corpo no Brasil da Primeira República e os contos de Lima Barreto [manuscrito] / Aline Flavia Valgas. - 2016.
116 f.

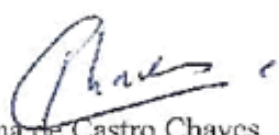
Orientador: Prof. Juliana de Castro CHAVES. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação, Goiânia, 2016.

Bibliografia. Inclui tabelas.

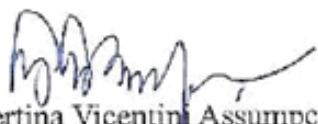
1. Educação do corpo. 2. Primeira República. 3. Lima Barreto. 4. Sociedade burguesa. I. CHAVES, Juliana de Castro, orient. II. Título.

CDU 37

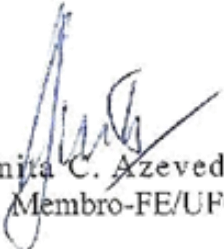
ATA DA REUNIÃO DA BANCA EXAMINADORA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE ALINE FLAVIA VALGAS – Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezesseis (16/09/2016), às 14h30min., reuniram-se os componentes da Banca Examinadora: Prof.^o Dr.^a **Juliana de Castro Chaves**, orientadora, doutora em Psicologia Social pela PUC/SP; Prof.^o Dr.^a **Albertina Vicentini Assumpção**, doutora em Letras, pela USP; Prof.^o Dr.^a **Anita C. Azevedo Resende**, doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP e Prof. Dr. **Tadeu João Ribeiro Baptista**, doutor em Educação pela UFG para, em sessão pública realizada nas dependências da Faculdade de Educação, procederem à avaliação da defesa de dissertação intitulada: *“A relação entre a educação do corpo no Brasil da Primeira República e os contos de Lima Barreto”*, em nível de Mestrado, área de concentração em **Educação**, de autoria de **Aline Flavia Valgas**, discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás. A sessão foi aberta pela presidente da Banca Examinadora, Prof.^o Dr.^a Juliana de Castro Chaves, que fez a apresentação formal dos membros da Banca. A palavra, a seguir, foi concedida a autora da dissertação que, em 20 minutos, procedeu à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da Banca arguiu a examinanda, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista o que consta na Resolução nº 1063/2011 do Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC), que regulamenta o Programa de Pós-Graduação em Educação e procedidas às correções recomendadas, a dissertação foi **APROVADA** por unanimidade, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de **MESTRE EM EDUCAÇÃO** pela Universidade Federal de Goiás. A conclusão do curso dar-se-á quando da entrega da versão definitiva da dissertação na secretaria do Programa. Cumpridas as formalidades de pauta, às 18h a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação e, para constar, eu, Marizeth Ferreira Farias, secretária do Programa de Pós-Graduação em Educação, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Banca Examinadora em três vias de igual teor.



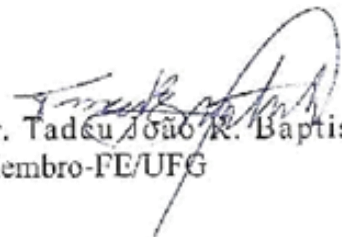
Prof.^o Dr.^a Juliana de Castro Chaves
Presidente – FE/UFG



Prof.^o Dr.^a Albertina Vicentini Assumpção
Membro – PUC/GO



Prof.^o Dr.^a Anita C. Azevedo Resende
Membro-FE/UFG



Prof. Dr. Tadeu João R. Baptista
Membro-FE/UFG

AGRADECIMENTOS

À Pastoral da Juventude do Meio Popular que impeliu-me a busca por conhecer a essência de uma sociedade desigual, pautada na exploração do trabalho e produção de mais valia. Se agradeço a um deus, é a um Deus que anda de pés descalços, junto aos empobrecidos e nos mostra que a pobreza, a miséria e a exploração é fabricada por nós.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás que direta e indiretamente contribuíram para essa pesquisa. Aos professores e colegas do NEPEEC – Núcleo de Estudos e Pesquisas em Psicologia, Educação e Cultura. À professora Anita Cristina de Azevedo Resende e ao professor Tadeu João Ribeiro Baptista, pelas preciosas considerações na qualificação, à professora Rubi-mar Nunes Pinto, pelos valiosos diálogos e, em especial à professora Dra. Juliana de Castro Chaves.

À CAPES, pela bolsa concedida, indispensável para o processo de pesquisa.

Aos colegas e amigos da Faculdade de Educação, pelos momentos de compartilhar conhecimentos, alegrias e angústias. À Taty, parceira ímpar de todo processo, à Priscila e Adriane. À Carmen Júlia, Leonardo, Nerone e Cristiano, pelos momentos compartilhados de formação em nossas orientações coletivas. Aos colegas da disciplina “Corpo na sociedade do capital”, Regiane, Rômulo, Rafael, Murilo, Webber, Hugo Leonnardo e professor Tadeu, que me permitiram reflexões ímpares também em nossas refeições após a aula!

Aos companheiros de longa data, aqueles que quase nunca nos vemos, mas que quando nos encontramos a magia e camaradagem não se perdem...

À minha família, especialmente à mamãe, Helida, Marlon e Gisele, gratidão. E a ti, Darley, pela compreensão de sempre e pelo ânimo nos momentos mais tensos deste processo.

RESUMO

Tomando a literatura como campo privilegiado para apreender as contradições produzidas na sociedade, objetivamos investigar a educação do corpo nas condições concretas de instauração da Primeira República no Brasil em articulação com os contos de Lima Barreto. Para tanto, buscamos compreender as bases da educação corporal que ressoa no Brasil da Primeira República e analisar os contos de Lima Barreto em sua relação com elementos da educação do corpo. Analisamos cento e cinco contos escritos por Lima Barreto entre o período de 1904 a 1922, sendo possível identificar determinações da sociedade burguesa em elementos que abordam o trabalho no Brasil da Primeira República, ascensão social e desemprego; a tensão entre o modo de vida tradicional e moderno, progresso e organização republicana; o conhecimento científico, educação formal e desigualdade social; e as relações sexuais e afetivas. As narrativas remetem à incorporação de novos hábitos empreendidos na reformulação dos espaços da cidade que se pretende moderna e industrializada, oferecendo elementos para reflexões acerca da educação do corpo processada à época. Em riqueza de personagens, espaços físicos, conflitos e temáticas, os contos de Lima Barreto desvelam as contradições da sociedade burguesa e traçam críticas ao modelo científico que embasa processos de educação do corpo cultivados nessa sociedade, possibilitando reflexões para além da realidade aparente.

Palavras-chave: Educação do corpo; Primeira República; Lima Barreto; sociedade burguesa;

ABSTRACT

Taking the literature as a privileged field to seize the contradictions produced by the society, we aim to investigate the body education on solid conditions of the establishment of the First Brazilian Republic related to Lima Barreto's tales. Therefore, we sought to understand the basis of body education which resonates in the First Brazilian Republic and to analyze Lima Barreto's stories in its relation to body education elements. We have analyzed one hundred and five short stories written by Lima Barreto between 1904-1922, being possible to identify determinations of bourgeois society on elements that address the work in the First Brazilian Republic social rise and unemployment; the tension between the traditional way and modern way of life, progress and republican organization; the scientific knowledge, formal education and social inequality; sexual and emotional relationships. The narratives refer to the incorporation of new habits applied on reshaping the city spaces which seem modern and industrialized, offering elements to reflect on the body education processed at the time. By the richness of characters, physical spaces, conflict and theme, Lima Barreto's tales unveil the contradictions of bourgeois society and draw criticism of the scientific model that supports body education processes cultivated in this society, allowing reflections beyond the apparent reality.

Keywords: Body Education; First Republic; Lima Barreto; bourgeois society;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	15
O CORPO E OS PROCESSOS EDUCACIONAIS: BASES PARA EDUCAÇÃO CORPORAL NO BRASIL	15
1.1. Corpo: natureza humana	15
1.2. Antiguidade: o corpo para a mente, o corpo para uma finalidade social	16
1.3. Idade Média: o profano e o sagrado do corpo e as prescrições educacionais	20
1.4. Modernidade: corpo como objeto do conhecimento científico e base do trabalho na sociedade burguesa	23
CAPÍTULO II	34
O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: EDUCAÇÃO DO CORPO PARA O TRABALHO INDUSTRIAL	34
2.1. Instauração do capitalismo e da República no Brasil	34
2.1.1. Educação do corpo no cenário urbano: estruturas de espaços e modos de convivência	39
2.1.2. Educação do corpo na família: a construção da “família-higiênica”	46
2.1.3. Educação do corpo na escola: educar para a moral e para civilidade	50
2.1.4. Educação do corpo na fábrica: vigilância e controle do trabalhador para a produtividade	57
CAPÍTULO III	59
ANÁLISE DOS ELEMENTOS DA EDUCAÇÃO CORPORAL NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA NOS CONTOS DE LIMA BARRETO	59
a) Trabalho no Brasil República: conflitos de classe, ascensão social e desemprego ...	62
b) Tensão entre modo de vida tradicional e moderno, progresso e organização republicana	73
c) Conhecimento científico, educação formal e desigualdade de classe	86
d) Relações sexuais e afetivas	94
CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

INTRODUÇÃO

No Brasil no século XIX, acontecimentos como a Independência (1822), a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889), tributários da sociedade burguesa em desenvolvimento, coadunam para a reestruturação socioeconômica do país. De acordo com Ianni (1992), no final desse século, parte da elite intelectual brasileira mobiliza-se no intento de modernizar o país, tomando por base modelos de modernização advindos da Europa, adotando a racionalidade da burguesia para estruturação e organização da sociedade. Nesse sentido, entre os finais do século XIX e início do século XX, são desenvolvidos projetos educativos voltados à educação do corpo tentando torná-lo produtivo ao capital, o que corrobora para a preparação de trabalhadores assalariados (SOARES, 2004).

A meta é desenvolver o homem dócil e economicamente produtivo, havendo investimentos na popularização de princípios higiênicos e de economia de tempo na cidade, na família, na escola e na fábrica. Assim, na Primeira República (1889-1930), se assenta no país a ideia de um Brasil moderno (IANNI, 1992) que abarca processos de educação corporal sob práticas positivistas atreladas à implementação do corpo produtivo e útil ao capital (SOARES, 2004).

A perspectiva de uma educação corporal em benefício da lógica de produção capitalista é discutida em diferentes perspectivas por Castellani Filho (1991), Medina (1991), Vago (2002), Soares (2004), Taborda de Oliveira (2008), Baptista (2013) entre outros, que nos indicam a existência de uma lógica predominante no trato do corpo. Estes autores revelam como as determinações do capital orientam a produção de corpos saudáveis, fortes, ágeis, flexíveis, adaptados e resistentes ao tipo de trabalho necessário à indústria e à lógica produtiva. Demonstram que há correlação entre a educação do corpo e o desenvolvimento de comportamentos, normas, valores, hábitos e crenças que contribuem para a instauração e consolidação da sociedade burguesa no Brasil, a produção do trabalhador assalariado e, conseqüente manutenção do *status quo*.

A correlação entre educação do corpo e capital pode ser examinada em compêndios médicos, pareceres, propostas educacionais e leis, ou seja, em fontes que expõem as propostas oficiais da classe burguesa e que são propagadas por grande parte da elite intelectual e política da época (MARCASSA, 2000). Estas fontes difundem os preceitos da classe detentora dos meios de produção que tenta organizar o país para o desenvolvimento do capital e ocultam as contradições e as desigualdades geradas pelo próprio sistema burguês, mostrando a realidade

em sua aparência (ADORNO; HORKHEIMER, 1985), por isso dificultam a possibilidade de se perceber as tensões, as consequências da sociedade industrial que implementa preceitos de educação do corpo para época.

É exatamente por intentar analisar a educação do corpo no Brasil da Primeira República, sem perder a vinculação com as contradições e determinações históricas concretas da época, que escolhemos a literatura, na expressão de Lima Barreto, como base. Acreditamos que a literatura pode revelar contradições da época e por isso ser resistência aos documentos que hegemonicamente padronizavam a expressão oficial e cultural na Primeira República.

A literatura, como arte, segundo Marcuse (1999), pode ser uma objetivação humana não alienada, comunicar verdades que não são comunicáveis em outra linguagem e desvelar a realidade aumentando a complexidade da percepção. Nesse sentido, a arte é capaz de refletir uma subjetividade que se posiciona diante da objetividade, articulando o particular ao universal (RESENDE, 2010). A literatura pode ser um produto cultural que estranhe e confronte o padrão hegemônico da sociedade (CHAVES; RIBEIRO, 2014) e desvele as contradições que a sociedade oculta, podendo apresentar-se como elemento de mediação psicossocial de reflexão sobre a realidade da Primeira República. Para Adorno (2003), a literatura traz elementos de resistência quando se constitui antítese à educação que reduz os homens a meros receptores, indivíduos adaptados e reprodutores da dominação e da barbárie. Adorno (1998) argumenta que a tessitura da literatura pode mediar outra consciência nos homens, pode quebrar o encanto da reificação no instante em que se revela do que padece como fez Kafka.

Além do mais, como afirma Schwarz (1977), o cotidiano das ideias e perspectivas práticas que se desenvolvem na sociedade são objetos da literatura, assegurando que a matéria do artista “[...] é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social que deve a sua existência” (SCHWARZ, 1977, p. 30). Desse modo, a literatura, se apresenta como um campo privilegiado de conhecimento, uma produção cultural capaz de revelar a sociedade da época com seus preceitos educacionais relacionados ao homem, ao corpo.

Escolhemos a literatura de Lima Barreto, pois, de acordo com Ianni (1992), Lima Barreto, juntamente com José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Raul Pompéia, Machado de Assis e Euclides da Cunha, discorrem sobre a ideia de Brasil Moderno. Para Sevckenko (2003), existe a possibilidade de encontrarmos na Literatura brasileira desacordos com o pensamento hegemônico. O autor pontua que Lima Barreto é um dos intelectuais brasileiros ligados à literatura, que problematiza temas relacionados a desigualdades sociais, saúde, higiene, ordem e moral sanitária nas cidades. Afirma que Lima Barreto é uma voz radicalmente contra a

forma que os processos de modernização no Rio de Janeiro se deram (SEVCENKO, 2003), processos estes determinados pela consolidação do modo de produção capitalista no Brasil. Segundo Schwarcz (2010), Lima Barreto trata também de questões relativas ao determinismo biológico, teoria da degenerescência e outras questões científicas que embasaram práticas de educação corporal da época.

Lima Barreto (1881-1922) foi um escritor carioca cuja obra recebeu críticas sendo pouco apreciada à época, sob a alegação de que muito havia de autobiografia, com escrita nada rebuscada (BOSI, 2006) e temas cotidianos que, de certo modo, desafiavam o pensamento dominante (SEVCENKO, 2003). Pertencente a grupos boêmios da capital carioca, negro e condição social modesta, esse escritor foi por diversas vezes ridicularizado e boicotado por membros da Academia Brasileira de Letras (SCHWARCZ, 2010).

Para a escolha do tipo de produção literária do escritor, fizemos leituras acerca da vida e obra do autor e comentários de estudiosos sobre seus romances, sátiras, contos e crônicas. A obra de Lima Barreto consta de romances, contos, sátiras, artigos de jornal e memórias, publicados em vida e também após sua morte. Escreveu cinco romances, entre eles “Recordações do escrivão Isaías Caminha”, “Triste fim de Policarpo Quaresma”, “Numa e a Ninfa” e “Vida e morte de J. M. Gonzaga de Sá”, publicados pelo autor em vida e, “Clara dos Anjos”, obra póstuma. Em apêndices de livros e em jornais e revistas em circulação na Primeira República, publicou ainda contos. Alguns deles compõem o apêndice de “Triste Fim de Policarpo Quaresma” e outros o livro de contos “Histórias e sonhos”, sendo outros, editados em livros posterior à morte do escritor.

No gênero de sátiras, duas obras foram publicadas, “Os bruzundangas” e “Coisas do Reino de Jambom”. Reunindo crônicas e artigos de jornal, produzidos pelo autor, foram publicados os livros “Bagatelas”, “Feiras e Mafuás”, “Vida Urbana” e “Marginália”. Composto os escritos autobiográficos, ou memórias da obra do escritor, foram publicados “Diário íntimo” e, mais recentemente, “Diário do Hospício e O Cemitério dos vivos”, em edição conjunta.

Para nosso trabalho, como fonte de pesquisa, julgamos pertinente a análise dos contos de Lima Barreto, considerando que essa produção se estende ao período analisado, tendo em vista que foi um dos gêneros que o escritor produziu continuamente durante a Primeira República, e também esse gênero literário tem a sua publicação em fontes diferenciadas o que pode possibilitar uma maior riqueza e autonomia de expressão.

Para tanto, elegemos como fonte de pesquisa os “Contos completos de Lima Barreto”, organizados por Lilia Moritz Schwarcz, publicados em 2010 pela Companhia das Letras.

Nessa edição, foram transcritos os contos produzidos por Lima Barreto encontrados nos arquivos públicos nacionais. Compõem a edição os contos publicados pelo autor em vida, os publicados após a morte do autor e também os deixados em forma de manuscritos disponíveis na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, muitos deles, desconhecidos até a publicação dos “Contos completos de Lima Barreto” (SCHWARCZ, 2010).

Por meio da leitura exploratória dos contos, identificamos, com base em notas da organizadora, escritos incompletos e/ou não classificados como contos, o que empreendeu a exclusão de cinquenta textos. Esta leitura acabou por delimitar como fonte de pesquisa cento e cinco contos, que, posteriormente, por meios de leituras detalhadas, ofereceram bases para a sistematização em categorias que sintetizaram elementos da educação corporal nas condições concretas do estabelecimento do Brasil República.

Para realizar, portanto, a investigação da educação corporal nas condições concretas de instauração da Primeira República no Brasil, em articulação com os contos de Lima Barreto, objetivo central dessa pesquisa, percorremos os seguintes objetivos específicos: compreender as bases da educação corporal ao longo do tempo, entender as determinações sócio-históricas da instauração do Brasil República e suas articulações com a educação corporal e analisar os contos de Lima Barreto e sua relação com elementos da educação corporal da época. É fundamental esclarecer que entendemos por educação do corpo, educação corporal ou processos educativos relacionados ao corpo os processos de socialização informais e formais, tais como procedimentos, políticas, leis, conhecimentos, hábitos e crenças que constituem a sociedade e o sujeito.

Nesse sentido, dividimos a nossa discussão em três capítulos. No primeiro capítulo, entendemos as ideias centrais que vêm delineando o corpo e seus processos educacionais ao longo do tempo, na perspectiva de analisar se alguns destes processos são reproduzidos, aprimorados ou eliminados no Brasil República. Foi possível vislumbrar o paulatino rebaixamento do corpo em relação à alma ou mente, revelando um dualismo corpo/mente voltado à supremacia da mente em relação ao corpo. Esse dualismo revela diferentes procedimentos de educação corporal que são delimitados pela classe detentora do poder para cada segmento social, reproduzindo a desigualdade e a dominação.

No segundo capítulo, compreendemos as bases determinantes da educação do corpo e suas práticas predominantes no Brasil na Primeira República. Percebemos que o processo de modernização do Brasil incorpora práticas de educação corporal semelhantes às desenvolvidas ao longo do tempo na Europa e que tais práticas são determinadas pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista no país.

No terceiro capítulo, fizemos a análise dos contos de Lima Barreto com o objetivo de encontrar elementos que pudessem revelar a relação da educação corporal com as bases concretas da sociedade brasileira na Primeira República e, nas considerações finais, expomos as principais elaborações das articulações realizadas nessa pesquisa.

CAPÍTULO I

O CORPO E OS PROCESSOS EDUCACIONAIS: BASES PARA EDUCAÇÃO CORPORAL NO BRASIL

1.1. Corpo: natureza humana

De acordo com Marx e Engels (2002), a história humana só pode ser compreendida a partir da ação do homem sobre a natureza na busca de garantir suas condições materiais de existência, constituintes de seu ser. Nesse sentido, a história da humanidade deve ser estudada a partir da relação entre homem e natureza na produção e reprodução da vida humana, constituída por meio do trabalho. Nesta relação, a essência humana veio a ser para o homem natureza e a natureza veio a ser essência humana que se constitui na historicidade (MARX, 2010a).

Como natureza orgânica, o homem relaciona-se com a natureza inorgânica por meio do trabalho e, nessa relação, se apropria de sua efetividade humana (MARX, 2010a), humaniza-se. Como natureza orgânica, ao se relacionar com a natureza externa, o humano constitui-se como ser histórico e social por meio do trabalho. De acordo com Marx (1988), o trabalho é o processo em que por sua ação, o homem regula e controla o seu metabolismo com a natureza ao colocar “[...] em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços, pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida” (MARX, 1988, p. 142).

É na relação com a natureza inorgânica que, por meio do trabalho, o homem se apropria de sua totalidade (MARX, 2010a). Ao atuar como natureza sobre a natureza externa, por meio da atuação interligada de seus músculos e seu próprio cérebro e colocar em movimento as forças de sua corporalidade para realizar trabalho, o homem age sobre a natureza e apropria-se de sua efetividade humana (MARX, 1988). Assim, o homem age na natureza transformando-a e transforma a si mesmo, pois também é parte da natureza (MARX, 1988). Na relação entre homem e natureza, o homem se objetiva, se exterioriza nos objetos resultantes de seu trabalho, carregando-os de sentidos humanos, carregando-os de subjetividade e objetiva-se enquanto gênero humano.

Cada uma de suas relações *humanas* com o mundo, ver, ouvir, cheirar, degustar, sentir, pensar, intuir, perceber, querer, ser ativo, amar, enfim todos os órgãos de sua individualidade, assim como os órgãos que são imediatamente em sua forma como órgãos comunitários, são no seu comportamento *objetivo* ou no seu *comportamento para com o objeto* a apropriação do mesmo, a apropriação da efetividade *humana* (MARX, 2010a, p. 108, grifo do autor).

Isso significa dizer que a natureza apropriada pelo homem já é natureza humana, resultado do trabalho humano em que cada uma das relações humanas com o mundo torna humano, o homem. No metabolismo entre homem e natureza, os órgãos imediatos formaram órgãos sociais acionando a efetividade humana.

Neste processo, o “[...] olho se tornou olho *humano*, da mesma forma como o seu *objeto* se tornou um objeto social, *humano*, proveniente do homem para o homem. Por isso, imediatamente em sua práxis, os sentidos se tornaram teóricos” (MARX, 2010a, p. 109). Significa dizer que a relação homem/natureza mediada pelo trabalho formou o humano objetiva e subjetivamente em todos os seus sentidos, pensamentos e ações, em toda a sua corporalidade.

Em diferentes estágios de desenvolvimento das forças produtivas a relação homem/natureza mediada pelo trabalho se dá de forma diferente delimitando experiências, sentidos e processos de socialização que serão determinadas pelos processos produtivos de cada sociedade. Nesse sentido, compreendemos que, em diferentes tempos, o modo com o qual o homem emprega as forças de seu corpo para produzir e reproduzir sua vida material e garantir suas condições de existência se modifica frente às determinações dos modos de produção. A relação do homem com a sociedade e a cultura é determinada pelas forças produtivas e esta materialidade determina processos educacionais direcionados ao corpo em diferentes sociedades.

É por isso que vamos tentar entender os processos de educação do corpo, mesmo que sustentados por objetividades diferenciadas, que permearam ao logo do tempo e que ressoam, de alguma forma, na atualidade. As formas de conceber e viver o corpo na civilização ocidental tem raízes na Antiguidade e são permeadas, predominantemente, por um dualismo entre corpo e mente, (ZOBOLI, 2012) que é adensado em René Descartes (1596-1650 d.C). Na particularidade histórica do capital, essa dicotomia dá suporte ao processo de trabalho fragmentado reduzindo o corpo à unidade produtiva.

1.2. Antiguidade: o corpo para a mente, o corpo para uma finalidade social

Segundo Cambi (1999), a tradição educativa greco-romana influenciou a educação ocidental na perspectiva de cisão corpo e mente determinando diferentes funções sociais e produzindo desigualdades. Nesse contexto, aparece a diferenciação de procedimentos educativos para os dominantes (educação retórica e antitécnica que marginaliza toda forma de

trabalho manual) e para dominados (educação profissional, produtiva, operacionalizada e motora).

O *logos* (razão) era considerado central para o desenvolvimento dos dirigentes da *pólis*, mas havia também preocupação com a educação do corpo por meio da ginástica¹, exercícios físicos sistematicamente organizados de ações repetitivas, realizados com o objetivo de melhorar elementos da aptidão física, tais como força, agilidade, potência, resistência muscular e cardiorrespiratória, flexibilidade, coordenação e, além disso, promover melhor qualidade na execução de movimentos (PÉREZ GALARDO, 2005). Estes exercícios eram aplicados aos dirigentes, aos guardiões e demais integrantes das cidades gregas, mas em diferentes perspectivas relacionadas às necessidades físicas de cada estamento social (CAMBI,1999). A ginástica para os gregos envolvia atividades físicas em geral, tanto as realizadas nos ginásios, quanto as corridas, os lançamentos e as lutas realizadas ao ar livre (LANGLADE; LANGLADE, 1970). Segundo Oliveira (1994), em Atenas, a ginástica estava voltada para harmonia entre corpo e mente e dos traços físicos e, em Esparta, para a preparação de guerreiros a fim de desenvolver de um corpo forte e resistente às batalhas.

Segundo Costa (2011), Sócrates (469 a 399 a.C) considera importante conhecer profundamente as sensações corporais e o prazer por acreditar que o corpo pode auxiliar a busca de respostas e levar o homem ao conhecimento. De acordo com Medeiros (1998), na “Apologia a Sócrates”, Platão afirma que o cuidado dos corpos e dos bens materiais são menos importantes em Sócrates do que a busca pela perfeição das almas, já sinalizando a supremacia da alma em relação ao corpo.

Na perspectiva platônica, a alma é imortal, perfeita e é corrompida no momento do nascimento, quando aprisionada ao corpo. A função da alma é exercer domínio sobre o corpo, considerado imperfeito (ZOBOLI, 2012). No diálogo “Fédon”, Platão discute o aprisionamento da alma ao corpo, repleto de inclinações e paixões que contaminam a pureza racional, concebendo o corpo como cárcere da alma (GONÇALVES,1997).

Platão (428 a 348 a.C) concebe três dimensões à alma: racional, irracional e apetitiva. Cada uma destas dimensões é correlata ao local onde a alma é alojada no corpo e acaba por justificar a forma organizacional da sociedade. A racional, situada na cabeça, parte nobre do corpo, é relativa à razão e à inteligência, privilégio dos filósofos e governantes, e tem por função comandar as outras duas e a sociedade; a irracional, instalada no tórax, é responsável

¹O termo ginástica vem do grego *gymnus*, que significa exercitar-se nu, em alegoria à realização de exercícios físicos que eram realizados em *gymnasios* da Antiguidade, principalmente na Grécia, por homens nus, embora contemplassem também exercícios realizados ao ar livre.

pelos sentimentos de coragem e virtudes e é determinante nos guerreiros, cuja função é a defesa da sociedade; a apetitiva, alojada no ventre, é relacionada aos apetites e desejos sexuais, característica dos trabalhadores que exercem a força física e os desejos carnavais (SANTIN, 2003). Essa subdivisão da alma apresenta a dominação de uma parte do corpo sobre outras, a destinação da predominância da mente, do pensamento para alguns, e o movimento para os subordinados, organizando, de forma desigual, a atividade de cada um na estrutura social.

Em “A república”, exercícios físicos são considerados benéficos para o equilíbrio entre corpo e alma (GONÇALVES, 1997). Platão argumenta que a música e a ginástica promovem, na medida certa, brandura, delicadeza, rudeza e rigidez, necessárias para educação do homem bom para o bem de todos da cidade (MEDEIROS, 1998). Segundo Silva (2011), nessa obra há indícios de orientações educacionais para o corpo, tais como a prescrição de regimes alimentares, proibição da embriaguez e do dispêndio de energia com amantes, além da ideia de que o enlace entre pessoas de boa constituição física e mental conduz a reprodução de homens e mulheres saudáveis. Em “A república”, o personagem Sócrates diz a Glauco que Esculápio² soube bem o que fazia ao endereçar curas apenas para homens de boa constituição e não prolongar a vida dos doentes:

[...] Quanto aos indivíduos inteiramente minados pela doença, não tentou prolongar-lhes a miserável vida por meio de um longo tratamento [...] e pô-los em condições de engendrar filhos, destinados, provavelmente, a parecer-se com eles (PLATÃO, 1965, p. 182).

A preocupação em não permitir que homens considerados de má constituição, tanto física quanto de mente, vivam em meio aos demais e se reproduzam, também pode ser percebida:

[...] Por consequência, estabelecerás em nossa cidade médicos e juízes para tratar dos bem constituídos de corpo e alma; quanto aos outros, deixaremos morrer os que têm o corpo enfermiço; os que têm a alma perversa por natureza e incorrigível serão condenados à morte (PLATÃO, 1965, p. 185).

Segundo Oliveira (1999), a preocupação com a boa constituição física dos cidadãos está presente em Esparta pela importância que se dá à preparação dos guerreiros. Nesse contexto, há condenação dos nascidos disformes e raquíticos e há a preconização da constituição física de mulheres para que sejam fortes e robustas e mais aptas a reproduzir filhos perfeitos física e moralmente. Como se acredita que as degradações podem ser passadas às gerações futuras, há a orientação de que os nascidos com problemas físicos sejam deixados

² Esculápio ou Asclépio é o deus da medicina e da cura, segundo a mitologia greco-romana.

à míngua e condenados à morte e há a exaltação reprodutiva dos que têm boa constituição. Nesse contexto, os exercícios físicos eram importantes para a constituição de homens e mulheres saudáveis (OLIVEIRA, 1999).

Segundo Costa (2011), a ideia de corpo saudável aparece em Hipócrates (460 a 377 a.C), que sistematiza a teoria dos humores³. Essa teoria defende que o equilíbrio dos humores condiciona a saúde e que a prática de exercícios físicos é primordial neste equilíbrio (VIGARELLO, 2008). A compreensão de que o aquecimento do corpo mediante exercícios promove o expurgo de paixões e dos desejos embasa a prática de exercícios físicos para o equilíbrio dos humores até o final do século XVIII (VIGARELLO, 2008). Segundo Gonçalves (2008), a perspectiva de que os exercícios físicos auxiliam no controle dos impulsos também está presente em Aristóteles (384 a 322 a.C).

Quando percorremos expressões da arte, observamos que esculturas e pinturas de guerreiros, atletas, deuses e imperadores com seus corpos fortes, musculosos e harmonicamente definidos ilustram certo ideal de corpo propagado na Antiguidade. A escultura “Doríforo”, de Policeto, o “Dionísio”, de Fídias, o “Discóbolo”, de Míron, que representa o corpo de um atleta em ação na posição de lançamento de disco, prova realizada nos Jogos Olímpicos⁴, são algumas destas manifestações.

Carvalho (2006) afirma que referências acerca de um ideal de corpo na Antiguidade também estão na literatura, havendo também indicações acerca da educação corporal. Em alguns trechos da “Ilíada”, de Homero, há referências aos gestos e à delicadeza. A beleza física é representada por um corpo atlético, de musculatura forte e harmoniosa, o que indica superioridade e, de certo modo, um bálsamo para o homem em seus inúmeros tormentos. Segundo a autora, a temática do corpo também aparece na comédia “Lisístrata”, de Aristófanes (CARVALHO, 2006). Nessa obra, Lisístrata ensina às mulheres da comunidade a como por fim à guerra, convocando-as a se absterem do sexo com seus companheiros. A convocação de greve de sexo aparece como meio de arrefecer a ânsia por guerrear, de

³ De acordo com Costa (2008), Hipócrates é um dos primeiros a atribuir qualidades como quente, úmido, frio e seco ao corpo. Na teoria hipocrática, o sangue, a fleuma, a bile amarela e a bile escura são humores que compõem o corpo, estando cada um associado a um elemento da natureza e a um órgão interno do corpo. O sangue está associado ao elemento ar e ao coração, sendo quente e úmido; a fleuma à água e ao cérebro, úmida e fria; a bile amarela ao fogo e ao fígado, seca e quente; a bile escura, associada à terra e ao baço, fria e seca (CASTRO; LANDEIRA-FERNANDES, 2011). Segundo Castro e Landeira-Fernandes (2011), a sistematização da teoria humoral é atribuída à Hipócrates, mas tem base nas formulações de Empédocles (495 a 430 a.C).

⁴ De acordo com Tubino (1999), esses jogos aconteceram entre o período de 776 a.C a 393 d.C, sendo suspensos e proibidos pelo imperador Teodósio I, cristão, visando impedir o culto a deuses considerados pagãos. Eles só foram retomados em 1896, após longa campanha do barão Pierre de Coubertin em prol da reestruturação dos Jogos, o que dá origem às Olimpíadas da Era Moderna.

ponderar o sentido do prazer no sexo e da dor na guerra, e conseqüentemente, por fim à guerra. As maquinações de Lisístrata são exitosas, pois a greve das obrigações conjugais faz com que os homens não suportem a abstinência dos desejos da carne, por isso dão fim à guerra (CARVALHO, 2006).

Percebemos que a educação corporal na Antiguidade era realizada de acordo com a função que o homem ocupava na sociedade. Predominantemente, o corpo era considerado inferior à alma e deveria ser educado por vias diferenciadas, com objetivo de conter impulsos ou fazê-lo caminhar junto à alma, em harmonia, para que o homem fosse considerado virtuoso. No que diz respeito ao corpo feminino, observamos que, em certos momentos, este é valorizado em sua possibilidade de boa procriação. Observamos também certa ênfase a um corpo forte, de musculatura fortalecida e bem definida, porém com traços harmoniosos, atrelado às funções guerreiras e à questão da beleza corporal, delineando um ideal de corpo que é propagado na arte. Podemos ainda considerar que, neste período, há introdução do conhecimento acerca do corpo em seus aspectos biológicos, principalmente a partir das considerações hipocráticas acerca do equilíbrio dos humores e o papel do exercício físico nessa estabilização.

1.3. Idade Média: o profano e o sagrado do corpo e as prescrições educacionais

Le Goff e Truong (2014) avaliam que, na Idade Média, o corpo era marcado por uma dicotomia entre o profano e o sagrado, e que, quando morto, podia ser beatificado. Havia predominância da concepção de corpo como fonte de perdições e corruptor da alma, mas que também podia ser meio de alcançar a transcendência quando mortificado. Isso significa dizer que “[...] de um lado, a ideologia do cristianismo, tornado religião de Estado, reprime o corpo e, de outro, com a encarnação de Deus no corpo de Cristo, faz do corpo do homem o tabernáculo do Espírito Santo” (LE GOFF; TRUONG, 2014, p. 31).

Nessa época, a Igreja execra a fruição dos desejos e dos prazeres corporais e defende orientações com relação à alimentação e à abstinência sexual, sendo a gula e a luxúria severamente condenadas (LE GOFF; TRUONG, 2014). As orientações alimentares seguiam regimes proibitivos de carnes vermelhas nos acontecimentos eclesiais tais como quaresma, domingos e dias santos e indicavam uma dieta baseada em cereais, legumes e peixes. A partir do século XIII, “[...] o calendário alimentar compreende abstinência de carne três vezes por semana, jejuns na Quaresma, no Advento, nas Têmporas e na vigília das festas e às sextas-feiras” (LE GOFF; TRUONG, 2014, p. 38). Segundo os autores, nesse período, houve a

difusão de maneiras de se postar à mesa, bem como a utilização de talheres como utensílios, com o objetivo de reprimir ímpetos de gula e excessos alimentares. Conforme Elias (1994), daí advém as bases para a difusão das boas maneiras e noções de etiqueta.

Havia prescrições ligadas a comportamentos sexuais que execravam e proibiam a cópula entre humanos e animais, entre pessoas do mesmo sexo e a masturbação, práticas consideradas inadequadas e pecaminosas (LE GOFF; TRUONG, 2014). Na tentativa de remediar os desejos carnis, no século XIII, foi instituído o casamento cristão, revestindo a união de sentido sagrado. Mesmo após o casamento, a Igreja disseminou prescrições para que a relação sexual entre os casais fosse o menos pecaminosa possível. Além de promover a relação sexual apenas entre cônjuges e a abstinência sexual durante festas como Natal, Páscoa e Pentecostes, a Igreja incentivou a cópula exclusivamente com a intenção de procriar e condenou métodos contraceptivos por considerá-los pecado contra a vida, o que, de certo modo, teve efeito sobre a demografia das sociedades medievais cristãs (LE GOFF; TRUONG, 2014).

O corpo resistente aos desejos corruptores da alma era enaltecido e santificado, sendo homens e mulheres beatificados pela Igreja por serem modelos de uma vida ascética, estilo de vida permeado pela renúncia voluntária dos prazeres sensíveis e pela mortificação das paixões para a perfeição moral (JAPIASSÚ; MARCONDES, 2001). A perspectiva era que homens e mulheres buscassem imitar Cristo para alcançar a santidade. Era forte a crença de que quanto mais fossem negados os desejos da carne e quanto mais punido fosse o corpo, mais o sujeito se aproximava da santidade e semelhança à Cristo. A autoflagelação, os banhos frios, o isolamento do sujeito e os açoitamentos, tornaram-se práticas de penitência comuns na busca de santificação dos corpos (GÉLIS, 2008).

De acordo com Gélis (2008), há a crença de que nos corpos de pessoas penitentes apareciam os sagrados estigmas: feridas nas mãos, pés, cabeça e costela semelhantes às chagas do Cristo crucificado. O corpo, mortificado em seus desejos e autoflagelado, era considerado purificado e, por isso, adorado (GÉLIS, 2008). Nesse contexto, restos mortais de pessoas consideradas santas foram tratados como relíquias sagradas⁵.

Segundo Medeiros (1998), a Igreja promovia espaços de sociabilidade e manifestações artísticas que difundiam o modo de vida monacal, na perspectiva de inculcar um modo de

⁵Para a tradição Católica, relíquias sagradas são objetos que representam a memória de pessoas consideradas santas pela Igreja. Referem-se a partes do corpo ou mesmo o corpo como um todo, objetos que foram de uso dos considerados santos e santas, tais como roupas, utensílios íntimos etc. ou que em algum momento foram por eles tocados.

vida ascético que afastasse tudo que corrompesse os "caminhos de Deus". Nos momentos de não trabalho e nas ocasiões eclesiais festivas, tais como Páscoa e Natal, a Igreja utilizava-se de representações teatrais quando estas transmitiam mensagens de salvação das almas e mortificação dos prazeres da carne, ou seja, quando difundia valores do Cristianismo (CAMBI, 1999).

O estilo de vida ascético das instituições monásticas era indicado tanto para os nobres, por meio de leituras e constantes pregações, como para servos, analfabetos, por meio de um sistema de símbolos, imagens e ensinamentos orais via pregações, principalmente no tempo de não trabalho, domingos e festas religiosas. As instruções eclesiais eram voltadas para a renúncia do prazer e para a luta contra as tentações, no sentido de santificar os corpos e promover a transcendência da alma (CAMBI, 1999).

Nessa época, os gestos expansivos eram considerados pecaminosos e demoníacos por promoverem distorções no corpo e estavam associados à desordem e malignidade. A gesticulação era interpretada como maligna e, os jograis, o riso, algumas danças e apresentações teatrais eram consideradas práticas corporais pecaminosas e, por isso, condenadas por promover deformações no corpo devido aos movimentos de torções, agitação corporal e/ou por tratar de temas que afastavam o sujeito dos valores cristãos (LE GOFF e TRUONG, 2014).

Medeiros (1998) afirma que a educação corporal era diferenciada de acordo com os seguimentos da sociedade tal como ocorria na Antiguidade. Os servos, camponeses e artesãos, passavam por uma educação profissional realizada no trabalho, nas oficinas ou no campo. Eram educados para a submissão, para o trabalho, de modo que o corpo fosse preparado para suportar sofrimentos físicos e dores advindas das atividades laborais (CAMBI, 1999). Os clérigos e os cavaleiros, representantes da nobreza e de posição privilegiada, tinham por função zelar espiritualmente da comunidade e protegê-la. Os religiosos deviam negar qualquer necessidade corporal, esquecer-se de seus corpos, mortificando-os para atingir a santificação de suas almas. Os cavaleiros eram educados para a discricão e abstenção dos prazeres carnis, assim como os homens de carreira eclesiástica. Deviam, ainda, passar pela prática de exercícios físicos a fim de obter força e coragem necessárias aos combates e ao desenvolvimento de virtudes de um guerreiro (CAMBI, 1999). No entanto, se os exercícios físicos fossem ligados a manifestações pagãs, também eram condenados, como aconteceu no final do século IV, com os Jogos Olímpicos, quando o imperador de Roma, Teodósio I, proibiu sua realização (TUBINO, 1999).

Segundo Cambi (1999), ensinamentos relativos ao sagrado aparecem na arte sacra e na literatura. Contos, fábulas e pregações difundidos pela ordem eclesial, propagados oralmente para o povo não alfabetizado, apresentam conteúdos que inspiram fiéis a imitar a vida de Cristo e de figuras sacrossantas de homens e mulheres que triunfaram diante dos desejos da carne. Nas obras religiosas, encontram-se textos biográficos da vida de santos e histórias acerca da educação espiritual como as “Confissões” de Santo Agostinho (354 a 430 d. C), em que o religioso censura a fruição de seus prazeres corpóreos desde a infância. Também está presente em epopeias da época histórias de heróis, cavaleiros e do amor cortês e, mais tardiamente, na poesia lírica, a exaltação das virtudes cristãs e do modelo de vida que eleva as almas ao plano transcendente, embora, pretensamente, desenvolvam-se numa vertente laica (CAMBI, 1999).

De acordo com Le Goff e Truong (2014), embora houvesse à época preceitos eclesiásticos ligados ao corpo, é possível encontrar tanto na vida concreta como em algumas formulações literárias, como nas Fábulas de Cocanha, expressões de resistência. Nas margens dos rios e das florestas, homens e mulheres de todas as idades banhavam-se nus, riam e, não raro, entregavam-se aos prazeres sexuais, mesmo que posteriormente fossem execrados pela sociedade e pela Igreja. Embora não oficiais, temáticas relacionadas a sexo, fome, ou que remetiam à fruição dos desejos do corpo, eram tratadas no teatro popular em contraposição ao teatro sacro. Na dimensão literária, “As fábulas de Cocanha” descrevem o país fictício de Cocanha como um lugar onde há abundância de alimentos, ócio, dança, prazeres sexuais e liberdade, onde não há repressão dos prazeres e nem punições, onde é possível não fazer nada e deixar fruir os desejos (MACHADO, 1999).

De acordo com Vigarello (2008), após o século X, há uma retomada do pensamento da Antiguidade e uma mudança nas visões de corpo propagadas na arte. Ao invés da relação com o sagrado, a linguagem artística retoma a evidência do corpo em sua aparência e porte, abordando silhuetas bem marcadas e relevos bem modelados nos retratos e pinturas. Conforme Cambi (1999), essa mudança se dá em virtude do despontar do pensamento renascentista e de seus desdobramentos.

1.4. Modernidade: corpo como objeto do conhecimento científico e base do trabalho na sociedade burguesa

Segundo Oliveira (1994), o Renascimento, como movimento intelectual, estético e social, marca rupturas com o mundo feudal e com o teocentrismo medieval, inaugurando novas compreensões de mundo e do homem. No período transitório entre a Idade Média e

Idade Moderna, renascentistas, renegando o poder divino, professam o homem como protagonista do universo, valorizando a razão e a matéria. Isso autoriza o homem, desvinculado do misticismo medieval, conhecer a natureza e a si mesmo, sob uma visão de mundo secularizada.

As rupturas processadas pelo pensamento renascentista auxiliam no desenvolvimento do pensamento científico e possibilitam um gradativo interesse pelo ser humano e sua transformação em objeto de conhecimento (SILVA, 1999). Destarte, a dissociação entre homem e deus, a alocação do homem como centro do universo e a valorização da razão e do pensamento científico, autorizam o homem a explorar a si e aos demais. Conforme Le Breton (2013), é tributário do pensamento renascentista a perspectiva de corpo dissociado dos demais, marcando-o como esfera individual e passível de manipulação.

No período da Renascença, a criação das universidades que impulsionam o pensamento secular, o fortalecimento dos burgos e o desenvolvimento da burguesia enquanto classe, a abertura para o comércio, o incremento técnico para fabricação de mercadorias e a figura do mercador, abrem caminhos para a Idade Moderna (HOBSBAWM, 2012).

Neste sentido, o Renascimento se apresenta como período fértil à compreensão científica do corpo e ao desenvolvimento de bases para a consolidação do modo de produção capitalista em sua apropriação do corpo como unidade produtiva. Destarte, o corpo, tornado objeto de conhecimento pela nascente ciência renascentista, é apropriado pelo capital, que determina novas perspectivas de educação corporal no intento de tornar o corpo unidade produtiva de excelência.

De acordo com Silva (1999), a partir das dissecações desenvolvidas por anatomistas e explicações de fisiologistas acerca do funcionamento do corpo, o corpo surge como objeto de conhecimento. Isto ocasiona um rompimento com o transcendente e transforma o homem em algo mensurável e dominável, não mais por Deus, mas pela ciência, trazendo novas problematizações acerca das finalidades dos exercícios físicos. Estudiosos renascentistas como Leonardo Da Vinci (1452-1519), François Rabelais (1494-1553), Michel de Montaigne (1533-1592), Francis Bacon (1561-1626), Jeronimus Mercuriale (1530-1606), René Descartes (1596-1630), dentre outros, refletiram acerca do corpo e da importância dos exercícios físicos.

Da Vinci escreveu “Estudo dos movimentos dos músculos e articulações” sendo pioneiro no trato da biomecânica. Rabelais defendeu a exploração de jogos e esportes como elemento de educação e de modo semelhante, Montaigne exaltou a importância da atividade física para o enrijecimento da alma e do corpo. Bacon, após concluir, por meio da fisiologia, a relação entre a manutenção orgânica, o desenvolvimento físico e o exercício, defendeu a

prática de exercícios regulares (OLIVEIRA, 1994). Mercuriale, em sua publicação “Arte ginástico”, desenvolveu um tratado médico no qual abordou a relação entre ginástica, promoção/conservação da saúde e cura de doenças, estabelecendo importante *status* para o exercício físico e saúde (TERRA NOVA et al., 2014).

Os filósofos John Locke (1632-1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) também sistematizam considerações acerca da educação corporal em seus tratados pedagógicos, o que contribuiu para a inclusão da ginástica, dos jogos e dos esportes nas escolas, fundamentando a Educação Física na segunda metade do século XVIII. Em “Pensamentos sobre a Educação”, tendo por base a máxima de Juvenal⁶ *mens sana in corpore sano*, John Locke propõe um método pedagógico para a educação de um homem de corpo forte, resistente e vigoroso, considerando que tais qualidades são a base para a constituição de homens de mente igualmente sã. Para o homem tornar-se racional, bom e útil a si e aos demais, o filósofo prescreve rotinas diárias de caminhadas e natação ao ar livre, alimentação rica em cereais e moderada em carnes, que devem ser iniciadas já na infância (VALGAS, 2015).

As preocupações de Rousseau com o corpo de “Emílio” inspirou muitos pedagogos, médicos, fisiologistas e militares na elaboração de práticas sistematizadas de exercícios físicos conhecidos como métodos ginásticos, influenciando as primeiras sistematizações de atividades físicas no século XIX. Para Rousseau, a contínua exercitação do corpo o torna robusto e vigoroso para que obedeça a alma, pois entende que um corpo débil fatalmente enfraquece a alma ou mente (GOELLNER, 1997).

De acordo com Le Breton (2013), o pensamento matemático de Galileu Galilei (1564-1642) abre caminhos para a filosofia mecanicista desenvolvida por René Descartes (1596-1650). As formulações de Descartes sobre o corpo no século XVII são determinantes para a ciência moderna e os projetos de educação corporal desenvolvidos a partir do século XVIII (ALVES JUNIOR, 2005).

Descartes adensa a dicotomia entre mente e corpo (LE BRETON, 2013) e estabelece a separação entre duas estruturas com lógicas diferentes: corpo (*res extensa*) e mente⁷ (*res*

⁶Juvenal é considerado um escritor romano do gênero literário sátira, que trata dos costumes sociais, hábitos alimentares, corrupções humanas e falhas pessoais. Fonte: <http://ancienthistory.about.com/od/juvenal/a/Juvenal.htm>, acesso em <25/05/2015>.

⁷“O termo “alma”, ou “espírito”, ou “razão”, na doutrina de Descartes, consiste no que hoje, ordinariamente, chamamos “mente”. Por vezes, como nas *Objecções e respostas*, Descartes (1988b) fez distinção entre os termos, referindo-se a “espírito” para designar apenas a faculdade do entendimento. Entretanto, esta é uma distinção muito sutil que dificilmente percebemos em outros escritos, de modo que muitos comentadores aceitam falar sobre estes termos como sinônimos. De qualquer forma, podemos dizer que tais termos eram designações para “aquilo que pensa” – a *res cogitans*” (PINHEIRO, 2007).

cogitans). A alma tem como função o pensar e o corpo produzir calor e movimento e pode ser prejudicial ao desenvolvimento da mente, tendo em vista que, afeito a paixões, leva o homem a juízos enganadores. Com esta concepção, Descartes (1991) expressa uma ruptura definitiva entre corpo e alma, assemelhando o corpo a uma máquina composta por ossos, carne, nervos e músculos. A ruptura entre corpo e alma decretada no pensamento cartesiano adensa perspectivas de estudos do corpo, que, dessacralizado, torna-se passível de manipulação.

Segundo Le Breton (2013), o esquema mecanicista de Descartes reduz o corpo a uma máquina e “[...] subentende ainda novas práticas sociais inauguradas pela burguesia, o capitalismo nascente e sua sede de conquista” (p. 116). Essa perspectiva é apropriada pelo modo de produção capitalista no qual “[...] o trabalho em migalhas, monótono, desgastante, mal pago, solicita do operário exclusivamente sua força física, seu *corpo*, e não sua identidade de homem” (LE BRETON, 2013, p.107, grifo nosso) exigindo do trabalhador cada vez mais resistência e eficiência física. O aspecto intelectual é separado do corpo que é reduzido à unidade produtiva e levado ao limite, o que demanda processos de educação capazes de tornar o corpo cada vez mais produtivo.

Doravante, de acordo com Mandressi (2008), os estudos de anatomia conduzem o olhar para o interior do corpo e de suas partes, músculos, ossos, nervos, tecidos e órgãos, ao passo que os de fisiologia apresentam novas compreensões acerca do corpo, propondo instruções para conduzi-lo de modo a garantir seu melhor funcionamento (PORTER; VIGARELLO, 2008). O olhar científico sobre o corpo possibilita o desenvolvimento de teorias deterministas como a da degenerescência, da antropologia criminal e da eugenia, entre outras. Estas teorias embasam procedimentos educacionais de controle da população, por meio de políticas de saúde desenvolvidas no campo da medicina higienista e, por ocultar as contradições da materialidade provocadas pelo modo produtivo que se consolida, servem como justificativas para a desigualdade econômica e social.

Sistematizada pelo médico francês Bénédic Morel (1809-1873), a teoria da degenerescência considerou a existência de um tipo humano superior, o indivíduo branco e civilizado, sendo a degenerescência, um desvio hereditário do tipo perfeito presente em certos grupos (PEREIRA, 2008). Segundo Oda (2001), essa teoria associada à antropologia criminal e ao racismo científico, levou a compreensões correlatas à inferioridade racial, à criminalização dos considerados degenerados e a ideia de que os negros correspondem a uma raça inferior. A antropologia criminal desenvolvida por Cesare Lombroso (1835-1909) estabeleceu relações entre fenômenos biológicos com a criminalidade, correlacionando

características anatômicas à predisposição para degenerações. Tal teoria oferece bases para o racismo científico que propaga a disparidade entre raças.

A eugenia, termo alçado por Francis Galton (1822-1911) para designar investigações relacionadas à boa procriação, estuda a influência da herança genética nas qualidades físicas e mentais dos indivíduos, e defende a reprodução entre casais considerados eugenicamente superiores. Tomando por base o tipo eugênico superior, representado pelo homem caucasiano, a eugenia visa selecionar melhores linhagens hereditárias para alcançar o tipo eugênico perfeito, buscando manter características genéticas superiores, serviu de base às políticas de melhoramento das raças (MAI; ANGERAMI, 2006). A eugenia defende como medida profilática a não procriação dos tipos inferiores, a esterilização e segregação dos considerados de má linhagem, deficientes físicos, viciados, criminosos, doentes e pervertidos sexuais e também a regulação dos casamentos, no sentido de impedir procriações consanguíneas (GÓIS JÚNIOR, 2014).

Nesse contexto, a medicina higienista, ancorada nessas teorias e vinculada à bacteriologia, à fisiologia, à química e à história natural, difunde uma educação corporal baseada em dispositivos e saberes médicos voltados aos cuidados com a saúde, por meio de lições e manuais que são apropriados pela sociedade capitalista (VIGARELLO, 1996).

Na modernidade, vão se estabelecendo condições de desigualdade entre burguesia, classe detentora dos meios de produção e empregados assalariados, classe dos trabalhadores que não possuem os meios de produção e que necessitam vender sua força de trabalho para garantir os meios de subsistência (MARX; ENGELS, 1998). O processo de industrialização e seu modo produtivo é base para essa desigualdade e está ancorado na produção de mais-valia, via exploração do trabalho, tornado uma mercadoria como outra qualquer (MARX, 1988).

Com a promessa de tornar homens livres e em igualdade de galgar qualquer posição na sociedade, a burguesia oculta as contradições desse modo produtivo, enquanto difunde a ideia de que o trabalhador tem a oportunidade de concretizar os seus sonhos, que é livre para trabalhar e conquistar a propriedade privada. No entanto, na relação de troca de força de trabalho por salário, o trabalhador mal consegue viabilizar sua sobrevivência. A força de trabalho, transformada em mercadoria, produz mercadorias e capital, ao capitalista.

O capital só pode se multiplicar sendo trocado por força de trabalho, criando o trabalho assalariado. A força de trabalho do operário assalariado só pode ser trocada por capital, multiplicando-o, fortalecendo o poder de que ele é escravo. *Multiplicação do capital é, por isso, multiplicação do proletariado, isto é, da classe operária.* (MARX, 2010b, p. 49. grifos do autor).

Assim, o capital se acumula em poucas mãos e uma imensa classe é explorada. Nessa lógica, a classe operária cada vez mais se vê expropriada do seu trabalho e dos meios de produção. A acumulação de capital é concomitante à multiplicação da classe operária e faz com que essa classe permaneça sempre à disposição dos detentores dos meios de produção. A apropriação da força de trabalho pelo capitalista acirra a oferta, levando-o a pagar salários cada vez menores. Como a oferta é maior que a procura, os detentores dos meios de produção impõem condições de trabalho cada vez mais degradantes ao proletariado.

O modo produtivo inicial do capitalismo separa o trabalho manual do intelectual, dispensando as capacidades intelectuais do operário. Nas fábricas, caracterizadas pelo trabalho fragmentado, a produção é realizada em partes e o trabalhador tem que realizar movimentos repetitivos e contínuos semelhantes às máquinas. Nesse sentido, o operário é transformado em um autômato, com jornada intensa, o que exige dispêndio de energia e resistência física máxima que é confiscada do tempo de vida do operário (MARX, 1988).

A perspectiva de dominação da natureza, base para a cisão entre sujeito e objeto, oferece elementos para a separação entre trabalho corporal e trabalho intelectual, no modo de produção capitalista (VAZ, 1999). A organização produtiva taylorista se estrutura nas bases do positivismo e com o objetivo de racionalizar a produção e aumentar a produtividade aliada à economia de tempo e a supressão de gestos desnecessários ao processo produtivo, estrutura a administração científica, que atribui ao operário apenas a execução e não a concepção do trabalho, o que faz do corpo o sustentáculo da produtividade (RAGO; MOREIRA, 2008).

O taylorismo aperfeiçoou a divisão social do trabalho e assegurou em definitivo o controle do tempo do trabalhador pela classe dominante (RAGO; MOREIRA, 2008). Esses princípios associados à produção industrial de Ford organizam e gerem a força de trabalho, com a finalidade de construir comportamentos complementares à produção capitalista (PINTO, 2012). Na organização produtiva taylorista/fordista, o trabalho é fragmentado, separado em atividades manuais e intelectuais, exigindo-se a execução de movimentos mecânicos, repetitivos e precisos em menor tempo visando o aumento da produção.

As condições desiguais geradas por esse modo produtivo determinam a degradação social (SOARES, 2004). Descrevendo a situação da classe operária na Inglaterra, Friedrich Engels (1820-1895) oferece um panorama da condição de miséria produzida pelo processo de industrialização na vida de milhares de trabalhadores. Engels (1985) pontua as más condições de habitação de trabalhadores em bairros ladeados por cursos de águas poluídas, bairros onde o ar não circula, com poluentes das indústrias que se instalam numa nuvem de fumaça tóxica, casas úmidas e mal iluminadas, onde famílias inteiras dormem amontoadas em uma única

cama, precariedade de vestimentas e alimentos impróprios para o consumo, além da sujeira que se amontoa pelas ruas e pátios que determinam péssimas condições de saúde para o trabalhador.

De acordo com Engels (1985), a vida degradante que leva o trabalhador, de certo modo, permite-o por meio de duas atividades, aliviar a angústia que as mazelas lhe causam: a atividade sexual e a ingestão de bebidas alcoólicas que, dadas as precárias condições de saúde determinadas pela má habitação, alimentação e vestuário, enfraquecem ainda mais a saúde do proletariado. O trabalhador, extenuado após uma pesada rotina de trabalho, ao voltar para a casa, geralmente suja, insalubre e pouco agradável,

[...] tem uma necessidade urgente de se divertir; precisa de qualquer coisa que faça o seu trabalho valer a pena, que torne suportável a perspectiva do amargo dia seguinte. Fica acabrunhado, sente-se mal, é levado à hipocondria; este estado de espírito que se deve principalmente à sua falta de saúde, e à sua má digestão, é exacerbado até se tornar intolerável pela insegurança da sua existência, pela dependência do acaso e pela sua incapacidade em fazer alguma coisa para ter uma vida menos precária. O seu corpo enfraquecido pela atmosfera insalubre e pela má comida exige imperiosamente um estimulante externo. A necessidade de companhia só pode ser satisfeita na taberna e não há outro lugar para se encontrar com os amigos. Como poderia o trabalhador deixar de ser tentado pelo álcool? Pelo contrário, nestas condições, a necessidade física e moral faz com que grande parte dos trabalhadores tenha necessariamente de sucumbir ao alcoolismo (ENGELS, 1985, p. 122).

Neste contexto, a necessidade de reorganizar a sociedade e educar/adestrar o corpo se faz presente para conter as consequências do acelerado crescimento urbano e a desordem causada por problemas estruturais e sociais, do degradante trabalho nas fábricas e consequente adoecimento dos trabalhadores (MARX, 1988). A proliferação de doenças e grandes epidemias, atribuídas à classe operária, desestabilizam o processo produtivo, levando a burguesia, com o auxílio da ciência positivista, a tentar minimizar as contradições que seu próprio modo produtivo engendra. O que está por traz disso é a ideologia de que “[...] as classes populares vivem mal por estarem impregnadas de vícios, de imoralidade, por viverem sem regras” (SOARES, 2004, p. 11). Nesse contexto, alguns preceitos educacionais para o corpo são fundamentais:

O primeiro é o da importância determinante dada à medida e eficácia: o cálculo das forças, a expectativa dos resultados e dos progressos, o lugar inédito dado ao desenvolvimento e à perfectibilidade. O corpo, mais do que antes, torna-se objeto de medida e de recenseamento. [...] O segundo deslocamento refere-se à maior importância dada aos grupos, às coletividades, à força dos homens e das populações. Os corpos, mais do que antes, deveriam ser coletivamente mobilizados. A higiene, mais do que antes, deveria projetar físicos renovados. [...] O terceiro deslocamento é exatamente o de uma nova representação do funcionamento corporal (VIGARELLO, 2008, p. 377).

Segundo Faure (2009), o debate sobre a relação entre o estado de saúde da população e os fatores relacionados aos seus costumes, condições de trabalho, habitação e hábitos alimentares, sexuais, morais e higiênicos se fortalece, contudo, é atribuído ao indivíduo isolado a responsabilidade pela sua própria saúde. O operário é responsabilizado pela mazela que o atinge e pela sua própria degradação física. A classe burguesa considera os trabalhadores “[...] imprevidentes, às vezes, relaxados, sistematicamente preguiçosos e aproveitadores, geralmente dados à bebida, totalmente impermeáveis às exigências da higiene, apegados a hábitos antigos e perigosos” (FAURE, 2009, p. 51) culpabilizando-os de construírem, com suas próprias mãos, suas precárias condições de vida.

Essa compreensão empreende processos educacionais embasados no higienismo e são desenvolvidos na tentativa de extirpar hábitos considerados inapropriados para o trabalho capitalista, tais como vícios, dispêndio de energia com sexo, boemia e falta de higiene, a fim de aumentar o tempo de vida útil dos operários. Conforme Marx (1988), nessa esteira, no contexto inglês, surge a legislação fabril com suas cláusulas sanitárias como “[...] um produto tão necessário da grande indústria quanto o algodão, *selfactors* e o telégrafo elétrico” (p. 83). Isso demonstra que, na sociedade antagônica, aquilo que na aparência beneficia ao trabalhador, em essência é promovido na busca de garantir a produção e a reprodução do capital.

A medicina higienista auxilia na composição das cidades, na regulação de comportamentos nos locais públicos e na delimitação de comportamentos coletivos, (VIGARELLO, 1996). A reforma de Paris é emblemática neste sentido. De acordo com Sennet (2001), tomando a cidade como uma metáfora do funcionamento do sistema circulatório, a reforma parisiense empreendeu projetos voltados a promover ambientes arejados, iluminados, que possibilitassem e induzissem a circulação e movimentação de pessoas por largas avenidas que desembocavam em outras de menor calibre. O combate à sujeira também se fez presente nas ruas, com a drenagem de pântanos e abertura de canais de escoamento de água e esgoto, bem como com a pavimentação das ruas, estampando uma cidade limpa, iluminada e livre de patógenos, por isso, modelo de cidade modernizada.

Vigarello (2009) destaca que, em virtude dos avanços da fisiologia e da microbiologia, há alteração nas concepções de limpeza do corpo e dos ambientes com propósito esterilizante. Com uma visão mais profunda acerca dos tecidos corporais e respiração da pele, a higiene por água e sabão substitui outras concepções de asseio anteriores ao século XVIII. Água e sabão são tornados instrumentos de pedagogia do corpo, promotores da limpeza, propagandeados como protetores contra patógenos.

Conforme o autor, essa visão multiplica conselhos às populações, no sentido de iniciar as mães e as jovens aos usos higiênicos da água. Cresce a ideia de que o combate aos germes, inimigos invisíveis, pode ser operacionalizado com banhos e abluções parciais, fazendo da limpeza do corpo e dos espaços onde as pessoas circulam ou se lavam, a base da higiene. Para o autor, “é precisamente nesses anos de meados do século que se inventam “educação física”, “educação corporal”, “educação medicinal”, expressões e projetos inéditos que renovam a antiga tradição higiênica” (VIGARELLO 2008, p. 382, aspas no original).

A educação do corpo está no cerne da economia. É importante preservar a longevidade e fortalecer a força física do trabalhador (VIGARELLO, 2008). Nessa esteira, a ginástica e o esporte também ganham força. O Movimento Ginástico Europeu, originado dos desdobramentos da Revolução Industrial na Europa oitocentista, que sistematiza a ginástica pautada em conhecimentos científicos, introduz nos exercícios físicos princípios de utilidade de gestos e economia de energia. Ademais, ao Movimento, são atribuídos objetivos de regenerar a raça, promover a saúde, a força, a energia vital, a moral e a coragem para servir a Pátria e a indústria. Este movimento é aliado aos interesses do capital e serve como instrumento para treinar o gesto eficiente e econômico. Isto imprime no trabalhador a ideia de utilidade de gestos e economia de energia em todas as esferas da vida (SOARES, 1998).

Segundo Moreno e Soares (2014), a ginástica científicizada embasava o procedimento educacional dos códigos da vida urbana. A cidade modernizada com seus novos sons, luzes, ritmos e espaços exige novas posturas,

[...] impõe necessidades antes inexistentes e inéditas tais como tempos mecânicos, gestos precisos, velocidade de ação, sincronia de movimentos, regulação de mecanismos e atitudes íntimas, automatização de gestos, de comportamentos e reorganização de sociabilidades (MORENO; SOARES, 2014, p. 336).

Tal como a ginástica, o esporte moderno se apresenta como um dispositivo de educação corporal fértil ao mundo do trabalho. Considerado uma prática orientada a comparar o desempenho de um indivíduo ou grupo e regida por um conjunto de regras organizadas por instituições a fim de homogeneizar normas de disputa de modo a promover igualdade de condições e manter a incerteza dos resultados (GONZÁLEZ, 2014), o esporte também passa a ser recurso para desenvolver o homem ágil, resistente e obediente às regras na sociedade moderna (SOARES, 1998). O esporte guarda relações com o modo de produção, quando propaga os princípios do rendimento, hierarquização (PRONI, 2002), disciplina, autoridade, competição, racionalidade instrumental, organização administrativa e burocratização (RIGAUER, 1969 apud VAZ, 2003), em que tanto o movimento do trabalhador industrial quanto o do esportista apresentam-se de forma mecanizada (PRONI, 2002).

Para Bracht (2005), as marcas do capitalismo estão embutidas no esporte, tendo em vista que há:

a) paralelismo entre as medidas de racionalização nos sistemas de ação do esporte de rendimento e trabalho; b) métodos complexos de trabalho e treinamento; c) cientificação do trabalho e treinamento esportivo; d) execução repetitiva e sobrecarga [...] e) caráter de mercadoria de ambos; f) métodos analíticos de aprendizagem dos movimentos (RIGAUER, 1969, apud BRACHT, 2005, p. 33).

Na sociedade moderna, o que temos de natureza em nós é visto como algo potencialmente perigoso e ofensivo à civilização; e o corpo, parte da natureza, precisa ser dominado e domesticado. O treinamento esportivo, bem como a ginástica, se apresenta na sociedade capitalista como um dos meios para a domesticação da natureza. Nesse sentido, treinar o corpo, seja pelo esporte ou pela ginástica, é uma forma de dominar a natureza e programá-lo para reproduzir movimentos mecanizados, extirpando gestos desnecessários, economizando energias e fazendo-se incorporar hierarquias e obediência aos regulamentos. De acordo com Vaz (2003), o esporte reproduz a ideologia do capital e reforça as relações sociais burguesas permeadas pela hierarquia, obediência e subserviência, quando difunde a competição, os recordes e *outputs*, o individualismo, a ascensão social, o sucesso e a eficiência.

Antonio Gramsci (1891-1937) compreende que a vida nas sociedades industriais demanda uma adaptação dos trabalhadores e empreende um processo de sujeição dos instintos a normas e hábitos de ordem, exatidão e precisão. Para o filósofo, nas sociedades modernas, o industrialismo trava uma constante luta contra a “animalidade” do homem, contra seus instintos naturais – por isso, animais e primitivos – na perspectiva de constituir no humano uma segunda natureza (GRAMSCI, 2001).

[...] A vida na indústria exige um aprendizado geral, um processo de adaptação psicofísica a determinadas condições de trabalho, de nutrição, de habitação, de costumes, etc., que não é algo, “natural”, mas exige ser adquirido, ao passo que as características urbanas adquiridas são transferidas por herança ou absorvidas no decorrer da infância ou da adolescência” (GRAMSCI, 2001, p. 251, aspas no original).

Objetivando empreender a construção de uma segunda natureza humana, o industrialismo, ao listar as intervenções para a adaptação psicofísica dos homens às novas condições de trabalho, trava uma luta contra os instintos sexuais e ao uso de bebidas alcoólicas, envolvendo ainda a promoção de um modelo de família baseado na união monogâmica (GRAMSCI, 2001).

Conforme Gramsci (2001), preocupado com a eficiência física do trabalhador, o Estado empreende a luta contra o álcool. Contudo, o combate contra o alcoolismo ignora as

condições materiais que levam os trabalhadores ao abuso de bebidas alcoólicas. Segundo o filósofo, a questão sexual também se coloca como um aspecto fundamental para o modo produtivo. Há regulamentação das relações sexuais no intuito de criar uma nova ética sexual mais adequada à produção. Para o autor, “[...] não se pode desenvolver o novo tipo de trabalhador exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado” (GRAMSCI, 2001, p. 252). Essa nova ética é correlata à solidificação de parceiros sexuais, revelando que o industrialismo se pauta na monogamia, para que o proletariado “[...] não desperdice suas energias nervosas na busca desordenada e excitante da satisfação sexual ocasional; o operário que vai para o trabalho depois de uma noite de “orgias” não é um bom trabalhador” (GRAMSCI, 2001, p. 269).

Constatamos que, da Antiguidade à Modernidade, as perspectivas de educação do corpo estiveram predominantemente relacionadas à manutenção de classes desiguais e no delineamento de certas estruturas sociais. Encontramos na modernidade o acirramento da cisão entre corpo e mente, o que provoca o estranhamento da própria condição humana e a perda da totalidade, produzindo o humano como mero objeto para a produção e reprodução do capital. A discussão oferece elementos para o entendimento dos processos educacionais relacionados ao corpo na Primeira República brasileira, no que diz respeito às suas determinações históricas, às contradições que ocultam e ao fato de que é necessária a relação com a totalidade da sociedade para que consigamos revelar alguns mecanismos que dão base à confirmação e/ou resistência aos processos educativos voltados ao corpo na ordem vigente.

Essa discussão auxiliou o entendimento da origem de algumas concepções sobre o corpo que fundamentam processos educacionais. A cisão corpo/mente, o conhecimento científico dominando o corpo, a contenção dos impulsos voltada à preservação das energias necessárias ao trabalho e à promoção de um corpo saudável e produtivo, são questões que serão retomadas na discussão da Primeira República no Brasil.

CAPÍTULO II

O BRASIL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: EDUCAÇÃO DO CORPO PARA O TRABALHO INDUSTRIAL

2.1. Instauração do capitalismo e da República no Brasil

De acordo com Marx (1988), o processo de produção de capital envolve a chamada acumulação primitiva, que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida. Segundo Perez (2015), o Brasil Colônia contribuiu decisivamente para a acumulação primitiva que impulsionou, em escala global, a emergência do capitalismo, contribuindo na expansão do capital. O modo de produção capitalista se materializa no Brasil em meio aos ciclos da peculiar revolução burguesa do país, iniciada com a Declaração de Independência em 07 de setembro de 1822, seguido pela Abolição da Escravatura em 13 de maio de 1888 e pela Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 (FERNANDES, 1976).

Para Fernandes (1976), as condições materiais para a consolidação do modo de produção capitalista são introduzidas no país no século XVI e se intensificam ao longo do século XIX, com a extinção do estatuto colonial que altera a economia e permite o crescimento econômico interno e novas formas de atividades econômicas, bem como a gradativa substituição do regime de trabalho escravo pelo trabalho assalariado, já determinados pelas forças do capital.

Com a chegada da Corte no início do século XIX, se fazem presentes os processos de modernização do Brasil, transformando, lentamente, uma sociedade rural em uma sociedade de bases industriais e alavancando a ascensão de uma modesta burguesia. Assim, são reorganizadas as famílias, os espaços físicos da cidade e os comportamentos sociais (SANTANA; SOUZA, 2013).

Segundo Ianni (1992), em meados do século XIX, parte da elite intelectual e política do país expressa inquietações referentes ao atraso do Brasil em relação aos países capitalistas da Europa e indicam a necessidade de realizar reformas institucionais e sociais para alavancar o progresso nacional. Essa elite acredita que os séculos de escravidão produziram um universo socioeconômico e cultural que condena o novo modo produtivo industrial e consequentemente, a modernização do Brasil.

Se torna necessário transformar a tradição das grandes famílias, o apego à terra e ao ócio aristocrático, a casa grande e a senzala no campo, os casarões citadinos de famílias

coloniais⁸, a prática do curandeirismo e as festas populares. A ciência positivista serve de base para a elite política e intelectual delinear a sociedade, a economia, a cultura, o Estado e a nação almejada (IANNI, 1992).

A instauração do sistema burguês também vem acompanhada do “projeto eugênico de progresso do país” (PATTO, 1999, p. 177) e, tributário desse projeto é disseminada a ideia de um brasileiro atrasado, avesso ao trabalho, amolecido pelas condições climáticas ou por doenças. Isso culmina na composição de um retrato de um país de gente mole, doente, indolente e preguiçosa e na desestabilização deste quadro via ações higienistas. Também é difundida a ideologia de que a mistura de raças promove a degeneração do brasileiro, sendo ignorada por completo a situação de precariedade a qual a população era submetida (SCHWARCZ, 2012).

Nesse contexto, impulsionados por interesses de proprietários de terra ligados à indústria cafeeira que, sentindo embargo nos negócios dirigidos pela Corte, cafeicultores, militares e intelectuais, se articulam num movimento em favor da instauração de um regime republicano (MATOS, 2012). Desse movimento, composto por militares de carreira, militares com instrução científica e intelectuais reformistas, parte deles positivistas, é consumado o golpe de Estado que defendia a República. Da articulação republicana instaurou-se um motim contra o imperador Dom Pedro II e, por meio de um golpe liderado por militares, instala-se um governo provisório que proclama como nova forma de governo dos “Estados Unidos do Brasil”, a República Federativa e, no ano seguinte, institui eleições e o desenvolvimento da Constituinte para estabelecimento da primeira Constituição da República.

Mesmo com implantação de um pretense regime republicano, no Brasil da Primeira República não se efetivou a articulação de um governo misto, não havendo rotatividade no poder ou participação popular significativa, caracterizando uma República dos coronéis ou das oligarquias (MATOS, 2012). De acordo com Cardoso (2013), o regime republicano é caracterizado pela fusão de três regimes políticos, contanto com elementos do governo de um só (monarquia), do governo de representantes da elite (aristocracia) e o governo do povo (democracia) em diferentes instâncias para coibir ações despóticas e realização de interesses particulares acima dos interesses do povo, detentor da soberania em uma República.

⁸De acordo com Costa (1999), a família colonial é caracterizada por um grande número de membros de laços consanguíneos ou agregados escravos e ex-escravos. Nessa família, o modelo paternalista se evidencia, sendo o pai, autoridade superior da casa, com grande número de filhos e esposa. Conforme o autor, essa ideia de família colonial no imperativo de modernizar costumes nacionais, tende a ser substituída pelo modelo de família nuclear burguesa com sua noção de privacidade.

A participação popular na Primeira República foi parca, o povo foi excluído da aprovação das leis e da eleição dos governantes (CARVALHO, 1987). Conforme Patto (1999), os menores de 21 anos, as mulheres, os analfabetos, os praças,⁹ os religiosos e os estrangeiros não nacionalizados, que perfaziam 80% da população, eram excluídos do processo eleitoral. Na maioria das vezes, o restante optava por não exercer o voto, devido às fraudes e perigos nos locais de votação (CARVALHO, 1987). O medo era proveniente da postura dos candidatos que, para assegurar a vitória, contratavam capangas e capoeiras para garantir que eleitores votassem conforme a instrução dos coronéis. Também há descrença com o processo eleitoral, repleto de fraudes, em que “votavam defuntos e ausentes e as atas eram forjadas” (CARVALHO, 1987, p. 89). Alguns intelectuais, políticos e escritores pertencentes à elite interpretam essa baixa participação como apatia e desinteresse acerca da questão nacional e da construção de um novo país (CARVALHO, 1987), o que colabora com a organização política republicana corrompida por revelar as determinações da não participação da população nas votações e na política.

Entretanto, vão se fortalecendo, no regime republicano nacional, a associação de cidadãos, o conjunto de leis que regem a República, práticas do direito civil, a cidadania militar, instituições públicas. No Brasil, embora com a chegada da Família Real em 1808 tenham se estabelecido postos de ofícios públicos a serviço da Corte, é após a Proclamação da República que o serviço público se instala definitivamente e colabora direta e indiretamente com a administração republicana, executando ações que impulsionam serviços básicos (NEGREIROS, 2014).

Para Hecker (2011), o objetivo de republicanos no século XIX “[...] representou principalmente satisfazer interesses dos empreendedores e das elites, adaptando a política à crescente penetração do capitalismo em todas as relações sociais” (p. 166). Neste sentido, é possível estabelecer relações entre o movimento republicano brasileiro e a consolidação do Estado burguês no Brasil.

O movimento republicano nacional se fortalece ao final do século XIX, professando valores de democracia, soberania do povo, liberdade individual e voto popular (MATTOS, 2012). De acordo com Carvalho (1990), o movimento não foi unânime, professando diferentes modelos republicanos. Contudo, o modelo que se fortaleceu, liderado por militares, esteve aparelhado ao positivismo de Augusto Comte, levando os republicanos a buscarem, entre outros aspectos, promover uma reforma intelectual na sociedade, expressando confiança

⁹ Soldados de polícia de baixa patente, recrutados desde o período imperial, advindos das classes populares.

nas benesses da industrialização, no otimismo ao progresso do capitalismo, na valorização da ciência e do método científico (COTRIM, 1993). Para Oliveira (2010), o positivismo no Brasil se estabelece de modo difuso e é reduzido ao cientificismo, visto como a solução para todos os problemas. O lema positivista “o amor por princípio, a ordem por base e o progresso por fim” é reduzido ao lema “ordem e progresso”, o que repercute um positivismo científico que implementa a separação entre Igreja e Estado, a secularização da educação, dos cemitérios e dos enlaces matrimoniais (OLIVEIRA, 2010).

O processo de industrialização desenvolvido pelo capitalismo, determinando a desarticulação do sistema escravocrata e da crise na agricultura, provoca o crescimento das cidades, tornando a urbanização uma realidade concreta, o que eleva desordenadamente a população citadina. De acordo com Schwarcz (2012), no período de 1880 até 1930, a população brasileira cresceu em média 2,5 % ao ano. Esse quadro marca o período da Primeira República com instabilidade, carestia, elevação da inflação, miséria, mortalidade por fome ou epidemias, elevação nos aluguéis, especulação imobiliária, desemprego, subemprego, marginalização dos pobres, criminalidade, violência, analfabetismo, falta de moradia, de infraestrutura e de saneamento (SCHWARCZ, 2012). Nas cidades, ex-escravos procuram meios de garantir sua sobrevivência e imigrantes, antes empregados nas lavouras, migram para os centros urbanos e ambos encontram dificuldades para encontrar emprego. Ao mesmo tempo, políticas imigratórias são incentivadas em busca de mão de obra especializada para o trabalho industrial (imigrantes europeus brancos).

Neste contexto, é necessário romper com certa tradição aristocrática advinda da organização escravista que rebaixa o trabalho manual, associado ao trabalho do cativo (SCHWARCZ, 2012). Com o declínio do regime escravista, se faz necessário redefinir ideologicamente o trabalho braçal, livrá-lo do estigma de atividade inferior, torná-lo algo necessário, produtor de mercadoria e lucro e indispensável para a vida da nova sociedade (IANNI, 1992).

Como exigência do modo produtivo que se desenrola, a apologia ao trabalho livre se faz presente na sociedade da Primeira República. Faz-se necessário consolidar o *ethos* do trabalho aos moldes do capital e, neste intento, é disseminada a ideologia da dignificação do indivíduo por meio trabalho, incentivada a imigração de europeus mais adaptados ao trabalho assalariado e o enaltecimento da atividade laboral como capaz de combater a preguiça, a leseira, a tristeza, a luxúria e os atrasos do país (IANNI, 1992). Como determinação do capital e produção de mais valia, é preciso “[...] exorcizar o conjunto de padrões e valores, formas de

viver e trabalhar, ainda fortemente influenciadas pelo escravismo e pelas economias de subsistência” (IANNI, 1992, p. 106).

O desordenado crescimento demográfico, provocado pelas promessas de modernização, traz como consequência o subemprego e o desemprego e torna as condições de trabalho, saúde, alimentação, transporte e moradia, ou seja, as condições materiais de existência, cada vez mais precárias, trazendo também a proliferação de epidemias. Essas condições tornam-se foco de preocupação das elites políticas e dos intelectuais, já que o modo produtivo precisa produzir condições mínimas para a sua manutenção e preparação da força de trabalho eficiente. Acompanha este quadro a implantação de preceitos morais e hábitos sociais, bem como prescrições de ações voltadas para melhoria das condições de higiene nas casas, ruas, fábricas e escolas, na tentativa de preservar a força de trabalho (SOARES, 1998).

Para isso, desenvolvem-se concepções político-filosóficas evolucionistas defensoras do progresso ordeiro e que naturalizam o social, ignoram as condições concretas da produção do caos urbano. O governo republicano busca, por meio destas concepções, regular os espaços, civilizar a população aos moldes europeus e manter os indivíduos sob controle, investindo no desenvolvimento do trabalhador produtivo e práticas higienistas (SCHWARCZ, 2012).

De acordo com Gois Júnior (2015), em território nacional, ações higienistas embasam políticas relativas à saúde pública no contexto insalubre das cidades e propõem inculcar hábitos de higiene na família e nas escolas. Segundo o autor, o movimento higienista brasileiro é heterogêneo e reúne fundamentos do determinismo biológico, da teoria da degenerescência e da eugenia. O campo da saúde recebe atenção das autoridades, tendo em vista que uma longa lista de doenças assolam não só a população empobrecida, detentora da força de trabalho, mas também as elites (SCHWARCZ, 2012). Essas epidemias envilecem a frágil reputação do país e abalam sua entrada no progresso, por isso projetos de higienização e sanitarismo ganham força, encampados pela instituição médica e pela polícia como representantes do Estado nos processos de educação corporal.

Os avanços nos estudos acerca da bacteriologia e da microbiologia, bem como da forma de transmissão de doenças e estratégias de prevenção, observadas na Europa aos fins do século XVIII, ressoam no Brasil no fim do século XIX e início do XX, guardando íntima relação com a preservação da força de trabalho (GALVÃO, 2007). Nesse sentido, os médicos, organizando ações sanitárias, desenvolvem políticas que envolvem a assepsia dos espaços e dos corpos, fazendo enfrentamento direto a doenças. Conforme Costa (1999), a medicina inscreve-se no contexto de reconfiguração nacional com técnicas análogas às dos militares,

contudo, não no âmbito da lei, mas da norma. Segundo o autor, a lei impõe-se por poder punitivo, ao passo que a norma, dispositivo dos Estados Modernos, emprega uma tecnologia de sujeição própria e, no caso da medicina, suscita interesse próprio do indivíduo por sua saúde por meio de práticas discursivas e não discursivas acerca da prevenção às doenças e preservação da saúde.

Tão logo o trabalho assalariado passe a ser determinante na sociedade, a aplicação da lei e da norma, no período da Primeira República, é difundida a toda população. A alocação da norma como um dos dispositivos para a promoção da saúde está repleta de interesses do Estado que, voltado para o desenvolvimento industrial, necessita controlar demográfica e politicamente a população e criar condições para explorar a força de trabalho. Na perspectiva de fazê-lo sem lesar as liberdades individuais do discurso liberal, o Estado cria intervenções normativas, intentando defender a saúde física e moral das famílias, executando políticas de Estado (COSTA, 1999). É nesse contexto que uma educação do corpo voltada à construção do homem trabalhador, ordeiro, saudável, apto ao trabalho manual, repetitivo, exaustivo, degradante e mal pago da sociedade capitalista é implementada (SOARES, 2004).

Uma educação corporal que ignora a situação de extrema pobreza e miséria da classe trabalhadora se faz presente no campo, na cidade, na fábrica, na família e na escola e é desenvolvida em consonância com as práticas de modernização que embasam o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, já que o corpo é visto como unidade produtiva que precisa ser meticulosamente controlada. A intenção é delinear a sujeição dos homens ao trabalho industrial, desenvolver o trabalhador ordeiro, diminuir a informalidade laboral e os levantes subversivos à ordem capitalista (SOUZA, 1994).

2.1.1. Educação do corpo no cenário urbano: estruturas de espaços e modos de convivência

Com base em Patto (1999) e Santana e Souza (2013), é possível compreender que os processos de educação do corpo no Brasil da Primeira República se dão via repressão, violência física e castigos corporais dentro ou fora de instituições, aplicação de multas e privação de liberdade executadas pela polícia, e/ou de modo sutil, no âmbito da norma, mediante a constituição de comportamentos considerados adequados à sociedade que se quer construir. Nesse contexto, são criadas e aperfeiçoadas instituições que, de forma articulada, visam garantir o controle social e as políticas de crescimento, desenvolvimento, progresso e modernização (IANNI, 1992).

No final da década de 1890, cidades do eixo econômico e cultural, tais como São Paulo e Rio de Janeiro são reestruturadas e Belo Horizonte é criada como protótipo de um Brasil moderno (SCHWARCZ, 2012). Estas reestruturações estão embasadas em ações sanitárias, na estética do considerado moderno e na higienização dos espaços. Os projetos urbanísticos procuram transformar as cidades em cartões postais, com fachadas de *art nouveau*, modernos lampiões de luz elétrica, lojas de produtos importados, suntuosos cafés e restaurantes, abertura de largas avenidas, edificação de jardins, escolas, residências e casas de comércio de alto padrão e ainda instalação de linhas de bonde e de equipamentos sanitários nas edificações (SCHWARCZ, 2012). No Rio de Janeiro, a reforma urbana a cargo do engenheiro Pereira Passos e do médico Oswaldo Cruz segue a linha da reforma parisiense do século XVIII, e visa a estampar uma arquitetura moderna da Capital Federal e combater a proliferação de doenças contagiosas e das epidemias (SCHWARCZ, 2012).

A canalização de água e esgoto, a limpeza, o calçamento das ruas, a construção de pontes e estradas, a difusão de luminárias e de linhas ferroviárias, o alinhamento de construções centrais e a desobstrução de passagens, bem como o combate à vadiagem e à mendicância, materializam ações higienistas e sanitárias que visam resolver problemas que as autoridades acreditavam advir da relação entre desordem, pobreza e doença (SILVA, 2012).

Nesse processo, edifícios comerciais, grandes casarões ou casebres, edificações comuns ao período, não condizentes com o moderno, são considerados obsoletos e insalubres e, por isso, derrubados. Essa política conhecida como “bota-abaixo” objetiva delinear uma nova feição às cidades e almeja transformar os centros urbanos em locais fluidos e com ares modernos. Nesse contexto, a população carente é levada a residir de forma amontoadas em cortiços, hotéis baratos ou migrar para subúrbios, periferias e favelas adensando as condições de vida insalubre (SCHWARCZ, 2012).

As reformas urbanas conciliam ações sanitárias com uma nova estética, higienização e aformoseamento das cidades, vinculando uma educação voltada ao corpo, objetivando criar e difundir bons costumes, civilidade e elegância e evitar a proliferação de doenças (VEIGA, 2000). São difundidas orientações voltadas à assepsia do corpo e dos espaços físicos com água e saponáceos. De acordo com Silva (2012), nas edificações, são exigidas melhorias correlatas à iluminação e ventilação das estalagens, cortiços, residências privadas, escolas e fábricas e, ainda, a padronização das construções. As ruas e avenidas devem ser construídas para permitir o deslocamento das pessoas com maior fluidez. Ressoa no pensamento da intelectualidade brasileira a metáfora de uma cidade que devia ter suas artérias abertas,

permitindo a circulação de pessoas e boas correntes de ar, para levar embora os maus odores e agentes infecciosos que o ar e/ou indivíduos poderiam carregar.

No contexto das novas cidades, a iluminação pública é associada ao progresso e à ordem, estando a escuridão associada à desordem, ao crime e ao pecado. A iluminação guarda relação com o processo de educação corporal, pois é considerada fator de prevenção de crimes e coação de fruições de desejos carnisais, de atos libidinosos (SILVA, 2012). Em um jornal da cidade de Montes Claros – Minas Gerais, a argumentação científica se coloca na tentativa de convencer a população da importância da iluminação pública como meio de assepsia do espaço urbano:

Refiro-me a ozonificação da atmosphera que nos circunda, pelo grande desprendimento, pelos conductores elétricos, desse gaz altamente antiseptico para os germens aeróbios. O ozona é comparável ao oxygenio nos seus effeitosesterilisantes e microbicidas. As condições climatericas de uma cidade se transformam inteiramente desde que se verifique diariamente a emanação deste gaz, impregnando o ambiente e tornando-o innocuo. É de se esperar, portanto, que a iluminação electrica na nossa *urbs*, produza diminuição do índice lethal, graças ao benéfico saneamento atmospherico produzido pelo ozona. Aguardemos com esperança a luz que além de nos vir tirar das trevas nos livrará igualmente das epidemias (MONTES CLAROS, 28/09/1916, ano I, n. 21 apud SILVA, 2012, p. 97).

Nas periferias, bairros operários, favelas e subúrbios prevalecem as precárias condições de iluminação, moradia, má qualidade do ar e sujeira nas vias, emanando maus odores e lastreando doenças, por isso se exige que esses espaços sejam iluminados e ventilados, tornados mais salubres e agradáveis. Essa exigência é essencial para induzir o trabalhador ao lar e extirpar as degradações causadas por um ambiente insalubre. Segundo Rolnik (1997), atraído para o lar, o trabalhador estará se prevenindo de se tornar imprestável ao trabalho:

O melhoramento das casas de operários não tem um fim só material, mas também político e moral. Cumpre não esquecer que quase sempre seduzido pela taverna, o operário é afastado de casa pela escuridão, tristeza e insalubridade de seus aposentos. O desregramento terá perdido seus mais poderosos auxiliares quando tais aposentos forem claros, são, cômodos e asseados. Eis porque uma habitação de espaço agradável, bem arejada e iluminada, asseada, influi sobre a moralidade e bem estar (PRATA, 1918 apud ROLNIK, 1997).

A preocupação com a salubridade das casas dos operários escamoteia o verdadeiro interesse: monitorar os comportamentos e regular o que a classe burguesa, detentora dos meios de produção, considera deletério à produtividade. Enfim, evitar o que devastava a classe operária: as doenças e o desregramento nos divertimentos, que lhes roubava os braços úteis ao capital em ascensão (ROLNIK, 1997).

Na mesma linha de argumento, o morar coletivo é condenado pelo então diretor de obras da cidade de São Paulo, Vitor da Silva Freire, no início do século XX:

Essa vida em comunidade acarreta [...] inconvenientes que apresentam uma gama variadíssima e que se estendem desde o enfraquecimento directo das condições de resistência do organismo *individual* até a ameaça na ordem moral, de dissolução da própria *família*. Vão repercutir taes inconvenientes na *capacidade de produção* da sociedade (FREIRE, 1918, apud ROLNIK, 1997, p. 42, grifo da autora).

A inquietação se dá com a capacidade de produção dos indivíduos, que é ameaçada pelas moradias coletivas, comuns à classe trabalhadora no final do século XIX e início do XX. Nessas moradias, a disseminação de doenças infectocontagiosas é maior devido ao constante contato entre as pessoas e pouca circulação de ar e iluminação natural ou artificial e seus aspectos esterilizantes. Há ainda a preocupação com a aglomeração de pessoas no mesmo espaço por ela ameaçar a ordem moral e a noção de família nuclear, tendo em vista que viver coletivo pode desencadear relações não monogâmicas e festejos que tiram do operário a energia para a produção.

De acordo com Costa (1999), o combate às moradias coletivas iniciou-se em meados do período colonial a partir da instalação da Corte no Brasil (1808), fortalecendo a ideia de privacidade a partir da diminuição do número de habitantes nas casas. O médico higienista agiu primeiramente nas famílias abastadas difundindo o modelo de família nuclear, modelo de moradias melhor iluminadas e ventiladas, a separação de indivíduos em quartos diferentes, comportamentos voltados à higiene corporal e alguns aspectos de etiqueta. Conforme Rago (1985), esse modelo de família, domicílio e comportamento tornou-se modelo padrão também para a classe popular no período da Primeira República, o que não significa que tenha se efetivado conforme os projetos burgueses de educação do corpo.

As reformas urbanas também visam à educação corporal, objetivando introduzir hábitos de assepsia dos corpos e dos espaços, bem como o de passear pelas ruas centrais, frequentar bailes e teatros, restaurantes e cafés, praticar esportes e ginástica, enfim, fazer-se incorporar as “boas maneiras” (SCHWARCZ, 2012). Concomitantemente às mudanças estruturais que alteram comportamentos, os manuais de civilidade são difundidos como convenções ligadas à ideia do “bom tom”. Nos municípios, em âmbito oficial, desenvolvem-se os Códigos de Posturas, inserindo comportamentos adequados ao ordenamento da *urbe*.

Os manuais de civilidade, embora prescritos aos mais nobres como elemento de distinção social na Corte Imperial, na *Belle Époque* nacional (primeiras décadas do século XX) buscam expandir os “bons costumes” e disciplinarizar as diferentes classes sociais visando a criar a coesão da sociedade. Para tanto, procura-se também, via educação dos sentidos, se contrapor a rudeza atribuída às classes populares a partir do refinamento de costumes, formar novas sensibilidades a fim de tornar os indivíduos dóceis e flexíveis.

Acreditava-se que os sentidos educados para usufruir de um acervo cultural europeizado, considerado civilizado, auxiliava na elevação moral do indivíduo (VEIGA, 2000).

Nesse contexto, os manuais de civilidade adentram ao país, trazendo modelos de educação que inscrevem no corpo comportamentos em público. Os manuais tratam de modos de se exibir em público, seja à mesa, em bailes, passeios pelas ruas ou outros divertimentos, abarcando também, noções de higiene, moda e etiqueta. Englobam várias temáticas que vão da contenção dos movimentos, palavras e ações, passando pela regulação dos excessos, bom porte e boa postura do corpo e se ampliam para regras de convívio social, de modo a definir limites no âmbito político a partir da sujeição, mantendo a hierarquia de classes (PECHMAN 1999). Estes ensinamentos auxiliam na disciplinarização, guardando relações com a adaptação ao processo produtivo baseado na precisão e repetição de movimentos mecanizados.

As moças de famílias abastadas são estimuladas a exibirem-se sob os ditames da moda em bailes, saraus, cafés e restaurantes, passando a frequentar estes espaços com vestidos longos, de tecidos leves, com demarcação da silhueta na cintura e chapéus de abas grandes, de modo a evitar que a exposição ao sol lhes tire a palidez do semblante europeu (AUGUSTO, 2013). Os rapazes, também vestidos com elegância à francesa, são instigados a demonstrar a incorporação das boas maneiras. Devem falar em tom baixo, conter palavras indevidas, manter o controle próprio e uma postura ereta e nunca assuar o nariz ou cuspir estando próximo a outras pessoas (AUGUSTO, 2013).

Segundo Augusto (2013), embora se quisesse maquiagem a cidade com ares de progresso, tentando criar hábitos coesos entre a população, as mazelas e as desordens na cidade saltavam a todo instante. Ilustrações como as veiculadas na revista “O Malho” fazem alusão à incoerência causada pelas contradições da sociedade, sendo possível observar trajes utilizados pela elite e hábitos sociais considerados adequados para exibição pública, contrapostos a imagens caricatas da população empobrecida em trajes simples e desestruturados em atividades informais e consideradas desordeiras.

Assim, é possível compreender que ao lado do passeio das bem vestidas senhoras e seus chapéus e senhores vestidos de fraque e cartola, em conversas polidas e de baixo tom, há os jornaleiros de pés descalços e as vendedoras de quitandas ou galinhas, que aos gritos anunciam seu produto. Uma cidade que se pretende moderna e civilizada não tem espaço para trabalhadores informais que gritam. Nesta cidade, é preciso combater os freges, feiras e mafuás, locais de balbúrdia e comida barata, venda e troca de produtos de quaisquer gêneros e festejos populares de parca cerimônia e contenção de emoções.

Na nova *urbe*, os corpos não vestidos à moda parisiense, não habituados ao uso dos talheres, não adaptados ao trabalho formal ou debilitados pela miséria e carcomidos por doenças, são segregados do espaço central. Isto dá vazão às decretações dos Códigos de Posturas Municipais em cidades de todo o país. Tais Códigos trazem prescrições para educação corporal no espaço urbano, induzindo a novos modos de se comportar corporalmente, regulamentam a construção das edificações centrais impingindo uma arquitetura moderna às regiões centrais.

De acordo com Moreno e Segantini (2006), nos Códigos de Posturas há indicações de como usar os bondes de modo a induzir que o passageiro não se debruce nos bancos, mantenha postura ereta, não viaje nos estribos ou em pé nas plataformas, não fume, não escarre no chão, não coloque os pés sobre os bancos. Nos teatros, prevê que as pessoas devem falar baixo, tirar o chapéu quando adentrar e não fumar, sob pena de multa. Estas prescrições, oficializadas nos Códigos de Posturas de alguns municípios, explicitam aspectos de educação corporal.

Há regulamentações que induzem comerciantes a evitar o acúmulo de pessoas ociosas, ébrias e turbulentas em seus estabelecimentos (MORENO; SEGANTINI, 2006) e não vender bebidas em excesso (FONTELES NETO, 2002), com multas para o descumprimento. De acordo com França (2015), o estabelecimento de locais de venda de bebidas alcoólicas próximo a quartéis, escolas e repartições públicas é proibido e há fiscalização do consumo de bebidas alcoólicas pela polícia visando reprimir o exagero.

Nos Códigos de Posturas, também se fazem presentes decretos acerca de jogos e exercícios físicos no espaço da cidade. Somente jogos que possibilitem o desenvolvimento físico ou intelectual, tais como jogos de bolas, damas, xadrez, corridas e gamão são incentivados, ao passo que outros, como os jogos de azar, são execrados e proibidos (PINHEIRO, 2004). Nesse contexto, a polícia age com violência física brutal contra os que promovem a desordem, sendo considerada promotora da ordem e repressora do ócio, dos vícios e jogos malsãos, além do trabalho informal e da criminalidade (PATTO, 1999). Conforme Souza (1994), as instituições criadas e geridas na Primeira República tentam sujeitar os indivíduos ao trabalho formal, desenvolver um trabalhador ordeiro e diminuir a informalidade laboral e os levantes subversivos à ordem capitalista.

Os indivíduos que estão às margens do emprego formal (engraxates, carroceiros, sapateiros, jornaleiros, quitandeiros e outros vendedores ambulantes), desempregados que vagueiam pelas ruas, mendigos, bêbados, prostitutas, cafetões e gatunos são considerados como improdutivos. No Código Penal da época, indivíduos nessas condições são enquadrados

como contraventores da lei por vadiagem e/ou embriaguez (SOUZA, 1994), desconsiderando-se as dificuldades em relação à empregabilidade formal.

A contravenção por embriaguez é associada à vadiagem e veementemente combatida por ser considerada entrave ao trabalho produtivo (FONTELES NETO, 2002). O uso de bebidas alcoólicas também é vinculado ao surgimento de degradações físicas e degeneração de comportamentos, sendo veementemente combatido. Acredita-se que o consumo de álcool eleva o número de criminosos, vadios, maus trabalhadores e que corrompe as gerações futuras, sendo a teoria da degenerescência base para esse pensamento. Desse modo, os homens provedores do sustento da família devem afastar-se dos gastos supérfluos com bebidas e da perda de produtividade causadas pelo álcool (FONTELES NETO, 2002).

Para tanto, medidas como elevação do preço e das taxas sobre bebidas alcoólicas, fundação de ligas contra a aguardente, proibição da venda exagerada, responsabilização de comerciantes por venda de bebidas a pessoas já alcoolizadas e por consentir que se embriaguem em seus estabelecimentos, são tomadas (FONTELES NETO, 2002). A luta contra o alcoolismo empreende ainda prisões, e “[...] o hospício, lugar de exclusão social do louco, também reservou espaço para [...] o alcoólatra” (COSTA, p. 191, 2008).

A contravenção por vadiagem também é combatida. Os que estavam em atividades informais ou ociosos eram recolhidos pela polícia e levados às penitenciárias. Segundo Souza (1994), as instituições de reclusão criadas ou reformuladas na Primeira República trazem o trabalho como um dos seus pilares. Nas penitenciárias, o poder público busca construir um *ethos* do trabalho na tentativa de regenerar os encarcerados e adaptá-los à ordem produtiva capitalista. O trabalho é considerado “[...] como forma de pedagogia para uma vida futura, como ressarcimento dos danos cometidos ou como instrumento de disciplina” (SOUZA, 1994, p. 21), um meio de reabilitar o indivíduo ao trabalho produtivo.

No regulamento da penitenciária paulista da época há prescrições para o trabalho em oficinas de diversas profissões tentando ensinar diferentes ocupações aos enquadrados por vadiagem (SOUZA, 1994). A perspectiva é de que, saídos da penitenciária e tendo adquirido o hábito de trabalhar, os considerados vadios sejam recuperados. Entretanto, nem todos os “recuperados” liberados das casas de detenção encontram trabalho e, explorados por baixos salários ou desempregados, são reincidentes nas contravenções e voltam à tentativa de ganhar a vida por meio de atividades que os colocam em conflito com a lei (PATTO, 1999).

Os que trabalham na formalidade e organizam-se nas lutas por melhores condições de vida (anarquistas, sindicalistas, feministas, antirreligiosos, entre outros) são vistos como contraventores por desordem. Os movimentos contestatórios, em maioria compostos por

operários em reação às péssimas condições de trabalho e baixos salários, que resultam na criação de entidades sindicais e partidos da classe operária, são veementemente combatidos pela ordem capitalista da República. Na perspectiva de conter esses movimentos, a polícia age com violência e repressão para esvaziar articulações da classe operária, deportar estrangeiros anarquistas e combater trabalhadores em greves e até mesmo dentro das fábricas a fim de reprimir os insurgentes (SOUZA, 1994).

Em todo esse constructo, a medicina, como instituição do Estado, também busca promover a ordem e combater o que é chamado de degradação da população. A medicina higienista conquista papel de destaque devido à possibilidade de curar doenças, conter epidemias, preservar o tempo de “vida útil” e saúde do trabalhador, o que é fundamental para a construção e ordenação da racionalidade capitalista (SOARES, 2004).

Conforme Costa (1999), a medicina higienista impõe um modelo de educação física e moral às famílias, visando a higienizar do micro para o macro, ou seja, do indivíduo para a sociedade. Com práticas embasadas no determinismo biológico, a medicina cresce em torno dos interesses de uma elite burguesa que se delinea e avalia como ineficiente apenas a ação punitiva da polícia frente aos problemas que surgem e que, em parte das vezes, resultavam em elevação da mortalidade. O modelo de medicina propagado cria uma oposição entre o corpo saudável, robusto e harmonioso, e o corpo relapso, fraco e doentio. Nesse contexto, o Estado passa a reconhecer o valor político das ações médicas voltadas à prevenção, o que propiciou acordo entre medicina e governo no combate à insalubridade (COSTA, 1999), necessário à produção do trabalhador saudável.

2.1.2. Educação do corpo na família: a construção da “família-higiênica”

De acordo com Costa (1999), o modelo de vida da família burguesa pautada em indivíduos amorosos entre si, disciplinados, higiênicos e polidos é implementado na família brasileira. O sentar-se à mesa, o ensino de maneiras de comer, de vestir-se e limpar-se corporalmente são apregoados pelos médicos. Os espíritos rudes, as maneiras e sensibilidades grosseiras são transformadas pelos corpos disciplinados, enxertados de pudores morais e escrúpulos fisiológicos (COSTA, 1999). De acordo com o autor, “[...] a exaltação higiênica do corpo, da casa, da educação, em defesa da saúde, desenvolveu na família uma acuidade que ela não tinha” (COSTA, 1999, p. 144).

Para Rago (1985), a promoção do modelo de família nuclear e da privacidade desta, inaugura a promoção de novos papéis de pais, mães e filhos. A autora indica que, na primeiras

décadas da República, há tentativas de inculcar hábitos higiênicos nas famílias da classe trabalhadora. Costa (1999) sugere que a medicina age na promoção de mudanças nos hábitos da família em favor do Estado burguês.

A sociedade que se configura exige alterações na organização doméstica e dissemina uma reconfiguração familiar. O pai autoritário, distante afetivamente da sua prole e da esposa, afeito ao concubinato e ao ócio, e a mãe, frouxa nos laços sentimentais, desligada dos filhos que entrega a amas de leite, não condizem com a família moderna. Nessa configuração de família, para os higienistas, a criança, deixada aos cuidados de outros, não recebe os cuidados necessários para desenvolver-se saudavelmente e tornar-se útil à nação, um quadro que precisa ser alterado (RAGO, 1985).

Tributário do modo produtivo em consolidação, o poder médico, representante do Estado, imprime ao homem o papel de responsabilizar-se pela proteção material da família – para tanto, deve se empregar e cuidar para manter sua fonte de renda – e impõe à mulher a tarefa de cuidar bem do lar, tornando-o aconchegante e, ainda, iniciar a educação da prole (COSTA, 1999). Para tanto, aplica-se uma educação física e moral a todos, pai, mãe e filhos, para que incorporem novas posturas. A instituição do casamento monogâmico é base dessa educação. O fechamento dos laços sexuais e a criação do laço afetivo a um parceiro apenas funcionam como dispositivos de repressão das pulsões sexuais e inculcam a ideia de que o casamento objetiva o desenvolvimento de uma família, denominada por Rago (1985) de “família-higiênica”.

Nessa família, a preocupação com aspectos físicos dos cônjuges se faz presente e abre caminhos para intervenções médicas em relação à boa procriação, ecoando preocupações de cunho eugenista. Castañeda (2003) pontua que, durante o período da Primeira República, o movimento eugenista é crescente e se articula a juristas e ao legislativo, na tentativa de regular uniões conjugais em nome da melhoria da raça. Embates acerca da interdição de casamentos consanguíneos, bem como entre indivíduos que apresentem anomalias físicas, vícios, doenças congênitas, infectocontagiosas ou problemas mentais são frequentes. Há também no período embate de ideias relativas a casamentos inter-raciais na perspectiva de evitar ou incentivar estas uniões, dada uma variedade de vertentes da eugenia em território nacional (CASTAÑEDA, 2003).

Segundo Costa (1999), a medicina higienista objetiva fixar a sexualidade do marido em sua esposa e estimular sexualmente a esposa, acreditando que a ausência ou debilidade da atividade sexual compromete-lhe a saúde e, por conseguinte, a educação dos filhos. A

medicina reprime o prazer gratuito e irresponsável e o sexo torna-se objeto de regulação médica.

Rago (1985) afirma que, na “família-higiênica”, para administrar o modelo da mulher-esposa-mãe, médicos orientam a mulher a obter o mais alto grau de devoção ao lar. Para sustentá-lo, deve, com afabilidade, cuidar da casa, dos filhos e do marido, sacrificando continuamente seu bem-estar e prazer. A autora observa uma tendência médica de assexualizar a esposa-mãe nas famílias da classe popular. Essa assexualização envolve a racionalização do sexo e é apregoada a partir da oposição de duas figuras femininas: a recatada ou santa e a pública ou diabólica. Esta oposição revela uma perspectiva de disciplinarização do corpo feminino, educado para o recato ou para a sedução. Nessa perspectiva, a ideia de prazer e orgasmo sexual se tornam escandalosos à mulher recatada, que deve distinguir-se da mulher pública, frequentadora de bailes, folias carnavalescas, tabernas e bordéis, avessa ao trabalho, perseguidora do prazer sexual incontrolável e que adora excessos de toda espécie.

Nesse sentido, a mulher recatada, honesta, laboriosa, casada, boa mãe, boa dona de casa, contida, fiel e dessexualizada é educada a portar-se diferentemente daquela que têm vícios, acorda tarde, fala alto, é sensual, gosta da balbúrdia, do agito e que

[...] vive em função da satisfação de seus desejos libidinosos e devassos [...] tem um andar, um sorriso, um olhar, uma atitude que lhe são próprios; é preguiçosa, mentirosa, depravada, extremamente simpática ao álcool, despreocupada com o futuro, e muitas vezes destituída de senso moral. (RAGO, 1985, p 89).

Corporalmente, a mulher recatada deve comportar-se de modo distinto, sorrir delicadamente, olhar submissamente aos homens e andar sem dar balanço aos quadris. Deve falar baixo, abafar seus apetites sexuais, abster-se de álcool, fumo, diversões, acordar cedo e cuidar para não se envaidecer e paramentar demais para não ser confundida com uma mulher pública. Processos educacionais ligados ao corpo se inscrevem em todas as dimensões, visando à formatação da família higiênica. Desde cedo, a criança deve ser impedida de tocar ou ser tocada nas genitálias, evitar alimentos fortes e bebidas alcoólicas e ser conduzida a habituar-se aos bons modos e aos esportes (RAGO, 1985).

Rago (1985) acrescenta que a existência destes dois modelos de mulher são idealmente necessários para a constituição de um modelo masculino forte, ativo, viril para o trabalho. Para sustentar a força e sua atividade laboral, o homem precisa de uma mulher e filhos para cuidar e proteger. Para o sustento de sua virilidade, a mulher recatada não lhe serve, sendo a mulher prostituta, a chave para que essa virilidade se aflore. A medicina não trabalha no sentido de coibir a relação sexual extraconjugal na perspectiva de extirpá-la, mas

administra a prostituição, na tentativa de impedir comportamentos sexuais considerados aberrantes tais como sexo grupal, homossexualidade e bestialidade (RAGO, 1985).

Para tanto, as casas de tolerância e os bordéis devem ser registrados na polícia e vigiados pelas autoridades sanitárias e por médicos ligados aos órgãos de controle de saúde da população. As prostitutas, por sua vez, também registradas na polícia, devem ostentar carteira sanitária de identificação, obtida por meio de exames médicos periódicos, e são submetidas a afastamento para tratamento de doenças, ou multadas caso apresentem resistência à ação médica (RAGO, 1985).

Esse constructo de permissividade de relações extraconjugais, devidamente disciplinadas pelas autoridades, delinea aspectos de um novo homem, em contraposição ao homem da sociedade escravagista. O homem moderno pode-se dizer é projetado para manter-se ativo no trabalho “livre”:

[...] o “pai higiênico” nasceu com outra ética e outra profissão. Em vez de proprietário era um funcionário. Funcionário da “raça” e do Estado, a quem devia dedicar o melhor de suas forças. Seus deveres eram inúmeros; seus direitos diminutos. Devia prover a subsistência da família, otimizar a reprodução física da “raça” e maximizar o patriotismo da sociedade. Deveres superlativos, dos quais emergiam, como meros prolongamentos, seus únicos direitos: direito de trabalhar e direito de fornicar (COSTA, 1999, p. 240, aspas no original).

O direito de trabalhar não poderia ser afetado pelo direito de fornicar. A construção de uma família-higiênica racionaliza a sexualidade do “pai-higiênico” com a “mãe-higiênica”, devotada aos cuidados da casa para transformá-la em espaço acolhedor e à educação dos filhos. A prostituta, devidamente certificada e sadia, recebe certa permissão para entrar em cena.

A constituição da “família-higiênica”, nas classes populares, incita à ideia de descongestionamento dos espaços da casa com a diminuição do número de habitantes e a separação dos corpos. Como medidas pedagogizantes, aparecem ideias de privacidade das toaletes e dormitórios, tendo em vista a sugestão médica de dormir-se em camas separadas e a imposição de novos regimes sensitivos (RAGO, 1985). O trabalhador é assemelhado pela higiene burguesa a um animal dotado de instintos incontroláveis, indelicado e de cheiros fortes. Isso serve como justificativa para a aplicação de “[...] uma pedagogia totalitária, que pretende ensinar-lhes hábitos “racionais” de comer, de vestir-se, de morar ou de divertir-se” (RAGO, 1985, p. 175, aspas no original). Lições acerca do asseio e cuidado corporal, da alimentação adequada e importância da amamentação, dos modos para comer e amamentar, do controle dos excessos – de alimentos, de sexo, de divertimentos etc. – e da prática de exercícios físicos, são prescritas.

Nesse processo, a criança é tomada como ser especial, merecedor de proteção e cuidados para uma vida de utilidade à pátria no futuro vindouro. A criança é vista como alvo para os investimentos do capital, futura força de trabalho. As altas taxas de mortalidade infantil levam o Estado, por meio do poder médico, a investir na importância do cuidado com a criança, centrando suas forças na perspectiva de persuadir a mãe a cuidar dos filhos, buscando convencê-las de que o desleixo delas é fator de degradação e mortalidade infantil. A necessidade da mãe trabalhadora de deixar as crianças aos cuidados de outras mulheres enquanto trabalham não é levada em conta.

A questão da amamentação se mostra como emblemática na ação dos higienistas, que procuraram educar a mulher-mãe a deixar fruir o instinto maternal, principalmente, por meio da promoção do aleitamento materno. Comumente, as crianças são entregues a amas de leite ou a mulheres que, perdendo os filhos, se alugam para amamentar filhos de outras. Segundo Rago (1985), os médicos protagonizam uma espécie de demonização das amas de leite e das mulheres que se alugam para amamentar, na tentativa de fazer crescer laços afetivos entre mães e filhos.

Os pequenos também precisam ser controlados, para que se consolide a ordem burguesa. A família higienizada não seria capaz de realizar tudo isso sozinha. Seguindo essa preocupação com a educação do infante, são criadas instituições de proteção e educação para a criança e a escola primária ganha destaque.

2.1.3 . Educação do corpo na escola: educar para a moral e para civildade

De acordo com Moreira (2011), desde a Promulgação da Constituição de 1892, proposições para a educação pública brasileira se fazem presentes. Tais proposições reservam fecundos investimentos na educação do corpo do alunado (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006). No afã pela modernização do Brasil, políticos e intelectuais clamam pela democratização do ensino escolar. Nagle (1976) denomina as movimentações acerca da escolarização das massas de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico, pontuando que as reformas educacionais da década de 1920 são fruto dessas movimentações.

Segundo Souza (2006), almejando modernizar a educação, defensores da República investem na popularização do ensino baseando-se em propostas educacionais desenvolvidas em países da Europa e nos Estados Unidos da América, (re) inventando a escola primária. A

escola graduada é proposta em substituição ao modelo das escolas isoladas ou domésticas, o que possibilita a criação dos grupos escolares¹⁰ com novas perspectivas de ensino. De acordo com a autora, o novo modelo educativo trata da “organização do ensino elementar mais racionalizado e padronizado e com vistas a atender um grande número de crianças, portanto, uma escola adequada à escolarização em massa” (SOUZA, 2006, p. 35).

Souza (2006) constata que a proposta de escolarização das massas nas escolas graduadas, de tempos, espaços e currículo racionalizados, ocorre em diferentes países, no intuito de moralizar, civilizar e consolidar a ordem do modo de produção capitalista. Entretanto, as condições materiais empreendem dificuldades de implementação do ensino aos membros da classe trabalhadora.

Autores como Moreira (2011), Taborda de Oliveira (2006) e Vago (2002), olhando especialmente para a conformação dos grupos escolares no Brasil como centro dos processos de transformação cultural e social, apontam que, além de métodos e currículos, a organização dos tempos e espaços da escola, os projetos desenvolvidos, bem como a arquitetura proposta para os grupos escolares, estiveram afinados por todo o país, ao menos em plano oficial¹¹.

Embora em realidades diferentes, os movimentos de renovação pedagógica do exterior e nacional trazem como pressuposto para a escola pública o método intuitivo, acreditando ser o mais apropriado ao ensino das massas. De acordo com Souza (2006), a Reforma Caetano de Campos, realizada em 1893, em São Paulo, serve como modelo para as demais reformas estaduais. Souza (2006) aponta que o método intuitivo entra com força nos grupos escolares, e, a partir de então, permite maior racionalização das atividades pedagógicas, possibilitando a hierarquização de conteúdos e a crescente preocupação com as disciplinas centradas na preparação para o ofício na agricultura e na indústria. Nesse sentido, todos os tempos e espaços da escola estão relacionados a desenvolver o homem moderno. A escola se afirma “[...] como instituição fundamental para o novo regime e para a reforma da sociedade brasileira” (SOUZA, 2006, p. 52).

Nesse contexto, a escola deve apresentar-se como construção de elevado porte, com imponência à altura do projeto ao qual ela está ligada, para “[...] viabilizar a combinação do

¹⁰ Com base em Souza (2006), utilizaremos como sinônimos escola graduada e grupos escolares, entendendo, contudo, que no caso das escolas brasileiras, grupo escolar esteve relacionado à unificação de várias instituições educativas em um único espaço e, escola graduada, conectada com a formação de classes de ensino homogêneo.

¹¹ Apontamos aqui o termo oficial para afirmar a perspectiva de que as propostas educacionais, realizadas na esfera legal, nem sempre se efetivaram conforme proposto. Nagle (1976) pontua que as propostas para a educação escolar do início do século XX ganham novo fervor na década de 1920, o que sinaliza a não efetivação das propostas para a educação escolar nas três primeiras décadas de República.

progresso das mentes com o progresso material [...] na probabilidade de constituírem um novo sujeito social a ser educado para as práticas de civilidade” (MOREIRA, 2011, p. 151). A escola visa ainda, formar almas (TABORDA DE OLIVEIRA, 2006), reformar a sociedade brasileira, promover a contenção de gestos, instintos e emoções (SOUZA, 2006) e civilizar corpos portadores de vícios e males (VAGO, 2002).

Nessa perspectiva, a escola deve ser um espaço suntuoso, amplo, salubre, arejado e bem iluminado, um local higienizado. A Reforma Caetano de Campos, baseada no método intuitivo, propõe a construção de prédios escolares adequados, com mobiliário e materiais didáticos propícios à aprendizagem, considerando que os estímulos sensitivos e a observação são a base para a aquisição de conhecimentos (SOUZA, 2006). Assim, os suntuosos prédios escolares devem seguir princípios higiênicos e compreender, em seu acervo, materiais pedagógicos diversos, salas próprias para trabalhos manuais, ginástica e música, e pátios extensos, claros, limpos, iluminados e com boa circulação de ar. Souza (2006) argumenta que há na conformação da escola desejada na Primeira República a articulação de mecanismos disciplinares que passam a fazer parte da cultura escolar de modo simbólico e eficiente:

A arquitetura do edifício escolar, a distribuição dos espaços, a estrutura da sala de aula, as carteiras, os móveis, o controle do tempo, a interdição do espaço, além das normas e dos valores relacionados a conduta, ordem, limpeza, asseio, higiene, compreendiam um conjunto de dispositivos que enredavam as crianças visando à contenção dos gestos, dos instintos e das emoções. As práticas disciplinares fazem sobressair outra face da dimensão educativa do espaço escolar. Submetendo o corpo a uma série de interdições, os grupos escolares foram responsáveis pela produção de corpos e sensibilidades, pela difusão dos novos processos disciplinares (SOUZA, 2006, p. 79).

O modelo da reforma paulista ressoa por outros estados brasileiros, servindo de base para a efetivação de reformas em diferentes momentos e estados brasileiros (SCHUELER; MAGALDI, 2008). Essa tendência, nas primeiras décadas do século XX, embora distante de tornar-se realidade conforme o anseio, tendo em vista que à classe trabalhadora o acesso ao ensino não se efetiva, revela forte aparato educativo de educação corporal (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009).

No Estado do Paraná, sobre a educação corporal “[...] recaíram os maiores esforços e investimentos de intelectuais, pedagogos, médicos e políticos que pensaram, a partir de diferentes pontos de vista, a escolarização como processo institucional de formação” (TABORDA DE OLIVEIRA, 2009, p. 135). A implantação de uma nova cultura escolar propicia uma nova organização dos tempos e dos espaços escolares, da estrutura do prédio, do currículo e das disciplinas escolares que refletem a ênfase na educação corporal para a

modernização. Tabora de Oliveira (2005) aponta que um movimento se articula para instruir as crianças paranaenses visando, não só o progresso local, mas também nacional.

Ao analisar a composição curricular da instrução pública primária paranaense, Tabora de Oliveira (2005) constata a articulação entre o currículo e a educação corporal para a consolidação de uma nova ordem. Oliveira e Putcha (2006) destacam que a escolarização de saberes como “[...] *gymnastica, a hygiene, os trabalhos manuaes, as prendas domésticas, os exercícios militares, a Educação Física, a história natural, o canto orfeônico*” (TABORDA DE OLIVEIRA; PUTCHA 2006, p. 3) contribuem para o currículo da escola primária brasileira da Primeira República e estão voltados especialmente à educação do corpo do alunado. Os autores chamam atenção para os conteúdos desenvolvidos nos grupos escolares que incidem diretamente sobre o corpo dos estudantes: a prática de agronomia para os meninos e os trabalhos com agulhas para as meninas. Os autores ponderam que

[...] pensar sobre a manipulação de instrumentos de agronomia, das agulhas e fios ou do material usado para o desenho permitem que consideremos um grande investimento sobre o gesto contido, controlado e preciso (TABORDA DE OLIVEIRA; PUTCHA, 2006, p. 5).

Segundo Vago (2002), com a reforma mineira, é inserido no programa de ensino “*Historia Natural, Physica e Hygiene*”, que oferecem noções de conhecimento sobre o corpo humano e conhecimento mesclado com discursos morais, tais como a conservação da saúde e o cuidado de si, incluindo a necessidade de banhos e asseio das roupas e calçados. Tais disciplinas oferecem, ainda, noções sobre a importância da boa mastigação e regularidade de refeições, cuidados com os dentes, cabelos e mãos, nutrição, saneamento das casas, efeitos do álcool e do fumo no organismo, enfim, ensinamentos voltados aos cuidados sobre si.

A inserção de “*Instrução Moral e Civica*” no programa também é um dos dispositivos de educação do corpo presente nos grupos escolares e se efetiva por meio de lições de patriotismo, obediência às leis e tratados de aversão aos jogos, vícios e diversões prejudiciais à saúde. Vago (2002) menciona também como um dispositivo de educação do corpo nas escolas as lições de urbanidade, em que docentes devem ensinar às crianças modos, gestos e boas maneiras consideradas superiores, como cortesia, capacidade de diálogo, cordialidade, bons modos à mesa, entre outros.

Vago (2002) chama atenção para o trato da educação das mãos, presente nos programas das disciplinas de “*Escripta*” e de “*Trabalhos manuaes*”, esta última, diferente para meninos e meninas. A disciplina de “*Escripta*” propõe-se a ensinar um tipo de letra fácil e rápida de se fazer, considerada econômica e higiênica. A disciplina, além de ensinar como traçar de modo eficiente a escrita, compõe-se de prescrições voltadas a consolidar no alunado

uma postura ereta e ergonômica. Quanto aos “*Trabalhos manuaes*”, o desenvolvimento das atividades nessa disciplina serve em caráter moral e profissional, inculcando nas crianças o sentimento de amor ao trabalho e a promoção do aprendizado técnico.

Observa-se que o currículo escolar está voltado à construção do corpo adaptado à lógica produtiva.

A escola veio ocupar um lugar destacado frente aos novos desafios colocados pelas sociedades modernas, uma vez que se tratava de inculcar hábitos, valores, comportamentos e condutas que sinalizassem para o novo mundo – moderno, industrial, urbano, civilizado – que se consolidava (TABORDA DE OLIVEIRA, 2005, p. 8).

A Reforma do Ensino Público Primário de Belo Horizonte consolida a crença de que a construção de uma Nação e um Estado bem-sucedidos “[...] dependia, em boa medida, de que a escola realizasse a um só tempo a tríade educação *intellectual, moral e physica* do povo” (VAGO, 2002, p. 13). A prerrogativa de substituir o modelo doméstico por uma escola moderna, cujas finalidades estariam além do ler/escrever/contar, se instaura no discurso de intelectuais e políticos mineiros. Ressoa uma escola voltada a produzir mudanças de comportamentos e a incorporação de valores condizentes a um país moderno, ligadas à instituição do regime republicano e à expansão do modo de produção capitalista (VAGO, 2002).

Neste contexto, em Belo Horizonte, uma nova cultura escolar é delineada, tendo por um dos alvos o corpo das crianças. Deve-se cultivar nos grupos escolares de Belo Horizonte e em demais cidades um corpo forte, saudável, higiênico, ativo, ordeiro e racional, por meio de uma educação física presente em diversos dispositivos a ser desenvolvidos na escola (VAGO, 2002). Segundo o autor, nos grupos escolares há “[...] preocupação excessiva com preceitos de higiene, que, da arquitetura à distribuição do tempo, do programa de ensino ao código de disciplina, da diretora à servente, deveria atingir aos corpos das crianças” (VAGO, 2002, p. 93). Essa preocupação configura a escola como espaço de educação *physica, moral e intellectual*, lócus de investimento na corporalidade dos estudantes e do forjar um corpo forte, saudável, racionalizado e resistente, passando pela arquitetura e mobiliário e por um currículo voltado à aquisição de conhecimentos práticos úteis. A organização dos espaços e tempos da escola, o asseio desta e de seu mobiliário, o zelo com o material didático, os rituais do cotidiano escolar e a constituição dos programas de ensino vinculam-se à educação do corpo produtivo ao capital (VAGO, 2002).

Segundo Vago (2002), a arquitetura escolar, por ela mesma, apresenta-se como um dispositivo de constituição dos corpos infantis. O autor pontua que os prédios dos grupos

escolares deviam ter área de 8 a 10 metros quadrados para cada criança, evidenciando a preocupação de natureza higiênica de modo a evitar contatos corporais e possíveis contágios de doenças. Os espaços destinados aos recreios deviam ser separados por sexo, tal como as salas das turmas, sanitários e espaços de jardim e salas de exercícios físicos e trabalhos manuais (VAGO, 2002).

Os rituais antes de iniciar as aulas, tais como enfileiramento no pátio para hasteamento da bandeira e canto de hinos nacionalistas, enfatizam um momento de educar o corpo em posturas e olhares e desenvolver o patriotismo nos discentes. A ocorrência diária de revistas higiênicas, em que os professores conferem o asseio dos dentes, unhas e uniformes dos estudantes, também são facetas da educação do corpo nas escolas. Passando à sala de aula, os estudantes devem sentar-se e permanecer quietos até soar sinos indicativos de que o movimentar-se ordenadamente está permitido. O soar das campainhas são indicativos de entrar, sentar às cadeiras da sala e sair ordenadamente para os momentos de descanso entre os períodos das atividades de sala de aula e/ou para sair para casa. O momento de descanso entre dois tempos de aula em sala (nomeado posteriormente, recreio) é precedido de exercícios físicos instruídos pelos professores, para posteriormente haver as brincadeiras livres (VAGO, 2002).

De acordo com Vago (2002), é possível observar a presença de dispositivos psicológicos no sentido de instigar bons comportamentos. Por um lado, são aplicadas medidas punitivas, tais como interdição de práticas corporais no tempo de descanso e extensão do tempo de permanência na escola para alunos subversivos ou desobedientes. Por outro lado, há o enaltecimento de alunos considerados disciplinados, de bom comportamento e cumpridores das regras escolares (assíduos, pontuais e aseados), premiados com broches, medalhas e/ou faixas. Tais dispositivos visam a incorporação do infante à ordem, à disciplina e ao cuidado de si e atingem também o corpo diretivo e docente das instituições escolares. Basta dizer que os diretores inspecionam os professores e os médicos inspecionam os diretores. Os professores, por lidarem diretamente com os estudantes, devem dar exemplo sendo aseados, honestos, assíduos e pontuais.

Os uniformes também se apresentam como elementos de educação do corpo. O uniforme masculino, de cores escuras, camufla eventuais desleixos com a limpeza. O feminino, geralmente branco, aponta que “[...] a destinação e o uso de roupas brancas pelas meninas podem revelar também um desejo de conter seus movimentos e práticas corporais que provocariam sujeiras facilmente visíveis” (VAGO, 2002, p. 162). Essa contenção intenta evitar que as meninas, futuras rainhas do lar, sujando suas roupas, sejam expostas ao vexame

do desleixo, o que possivelmente lhes inculcará a preocupação em manter limpa a casa, os calçados e vestimentas de si, dos filhos e do esposo. É constante a tentativa de implicar nas mulheres, desde a mais tenra idade, valores relativos ao zelo com a limpeza e higiene e à contenção de gestos para a delicadeza, pureza e docilidade (RAGO, 1985).

Concomitante ao desenvolvimento do modelo escolar primário como dispositivo de educação corporal, o esporte aparece como outro modelo de educação, inserindo-se também em ambiente escolar. De acordo com Linhales (2009), o esporte está muito presente no debate cultural da Primeira República e estabelece elo com a racionalização dos divertimentos, promoção da saúde e da boa procriação, da higiene e da educação. Nesse sentido, o esporte se apresenta como dispositivo disciplinar aos fins do século XIX e início do XX no Brasil. O esporte é considerado como capaz de promover a unificação nacional e a energização do caráter do brasileiro, ou seja, dar ao brasileiro força, firmeza, veemência, eficácia e potência (LINHALES, 2009).

Embora de maiores proporções após década de 1920, a prática esportiva desembarca no país já nos meados do século XIX, estruturando-se no Rio de Janeiro, formador de tendências acerca do esporte em todo o Brasil. A prática esportiva auxilia na composição da ideia de construção de uma nação brasileira. Surgem os clubes, associações, federações esportivas e eventos que mobilizam grande público, de modo a incentivar a prática esportiva, considerada importante para manter saúde e consolidar uma estética corporal de boa aparência muscular. Além disso, pretende-se, com as práticas, difundir virtudes como persistência, honestidade, empenho, superação de limites, obediência aos códigos e regras esportivas (MELO, 2009).

Para Bracht (1986), elementos da ideologia burguesa se fazem presentes nos esportes, levando o indivíduo a crer em oportunidades iguais de vitória (no esporte e na vida), por meio do esforço individual e no respeito incondicional às regras. O esporte moderno apresenta seu caráter ideológico e sua possibilidade de reproduzir e reforçar a ideologia capitalista, pois ensina a conviver com o sucesso ou o fracasso, alocando-os como fruto do esforço do indivíduo; a respeitar as regras sem discuti-las; a obedecer aos que estão em posição superior e, incita à competição e concorrência (BRACHT, 1986). Para Proni (2002), isso induz o indivíduo a aderir à ordem estabelecida, legitima a estrutura de poder, escamoteia contradições presentes na sociedade e colabora para a estabilização do sistema social.

2.1.4. Educação do corpo na fábrica: vigilância e controle do trabalhador para a produtividade

De acordo Rago (1985), é possível identificar, na indústria, dispositivos de educação corporal voltados à educação de movimentos no sentido de combater a irregularidade do ritmo de produção, o absenteísmo, a circulação e a dispersão do operariado no interior e exterior da fábrica, visando à produtividade. Na perspectiva de desenvolver operários a portar-se como desejável, a classe patronal introduz tecnologias de adestramento e controle dos corpos, instaurando, nas fábricas, um modo produtivo racionalizado, regras de conduta e de controle da produtividade. Nesse sentido, horários de entrada, saída, pausa para refeições e necessidades fisiológicas, tempo de permanência nos sanitários, proibição de contato entre os operários, bem como a fixação dos operários em postos específicos de trabalho, elucidam a tentativa de controlar o trabalhador e assegurar o ritmo produtivo (RAGO, 1985).

Táticas antiaglomeração, proibição de conversas durante o expediente e de leitura de folhetins operários nas dependências da fábrica, campanhas internas para repressão do álcool, fumo, jogos e diversões promíscuas, fazem parte de práticas educativas. Nas fábricas, há um sistema de punições e recompensas ao operariado, a partir da comparação de condutas. É presente o enaltecimento dos mais produtivos e a punição com intimidação pessoal, descontos salariais, identificação na polícia e ridicularização dos menos disciplinados e produtivos (RAGO, 1985). Essas práticas, de forma geral, geram revolta e mobilização da classe operária contra as más condições de trabalho, forçando a classe detentora dos meios de produção a reelaborar as formas de controlar corpos e otimizar a produção.

Nesse contexto, as propostas higienistas e de administração científica do trabalho tomam corpo. Há a preocupação de que a fábrica seja mais limpa, arejada, iluminada, atraente e agradável ao operário, tendo em vista a melhora da produtividade. Nessa reformulação, novas posturas nas formas de relacionamento do empregador com o operariado são estabelecidas, suavizando as violências explícitas as quais o modo produtivo impõe ao trabalhador (RAGO, 1985).

A “fábrica-higiênica”, racionalizada e moderna, deve ser palco do trabalhador altamente produtivo, por meio de formas cada vez mais insidiosas e sofisticadas de exploração. Nessa fábrica, figura outro tipo de patrão, moderno, com técnicas moralizadoras e disciplinadoras mais suaves, em oposição à antiga figura do proprietário despótico, arbitrário e rude (RAGO, 1985). Assim, multiplicam-se ações voltadas à organização científica

Taylorista-fordista do trabalho e de controle dos comportamentos do trabalhador em demais instâncias de sua vida.

É nesse contexto que se configuram as vilas operárias como estratégia de disciplina da mão de obra, fundamentada na sedentarização – fixação operária – moralização de costumes e difusão de noções de higiene (CORREIA, 1997). Conforme Rago (1985), a construção das vilas operárias insere a estratégia patronal de fixação da força de trabalho ao redor da unidade produtiva, a segregação dos trabalhadores em locais específicos e impõe controle dos tempos, espaços e atividades do trabalhador dentro e fora do ambiente de trabalho, possibilitando a gerência dos padrões sobre os comportamentos dos trabalhadores.

De acordo com Correia (1997), as vilas operárias são consideradas locais ideais para o florescimento de uma classe operária saudável, honesta, trabalhadora e disciplinada, portanto, produtiva. Rago (1985) toma por modelo de investimento industrial a vila operária Maria Zélia, explicitando o depoimento do industrial Jorge Street em relação a sua construção:

Em redor da fábrica mandei construir casas para moradias dos trabalhadores, com toda a comodidade e conforto da vida social atual (...) depois um grande parque com coreto para concertos, sacão para representações e baile; escola de canto coral e música, um campo de football; uma grande igreja com batistério; um grande armazém com tudo o que o operário possa ter necessidade para sua vida, (...) uma sala de cirurgia-modelo e uma grande farmácia (...) uma escola para os filhos dos operários e creches para lactantes (...). Quis dar ao operário (...) **a possibilidade de não precisar sair do âmbito da pequena cidade que fiz construir à margem do rio, nem para a mais elementar necessidade da vida** (...). Consegui, assim, proporcionando, também, aos operários, a distração gratuita dentro do estabelecimento, **evitar que freqüentem bares, botequins e outros lugares de vício, afastando-os especialmente do álcool e do jogo** (RAGO, 1985, p. 178, grifos da autora).

Rago (1985) avalia que a vila Maria Zélia é projetada com uma estrutura arquitetônica que permite vigilância por meio de estreitamento de vínculos entre patrão e empregado, numa mescla de gratidão e cumplicidade e, ainda, dos empregados entre si, que assimilando a ordem da vila, denunciam eventuais desordens. Para a autora, esta relação patrão/empregado, ao menos na fábrica gerida por Street, foi capaz de arrefecer e neutralizar sentimentos de revolta dos operários, seja pela afabilidade ou pelas ameaças de demissão ou despejo, comuns nas vilas operárias.

A partir do exposto, percebemos que, na Primeira República, o modo de produção capitalista que vai se consolidando empreende uma educação corporal em várias instâncias educativas que envolve a estruturação da cidade e de seus modos de convivência, o modelo de família e das relações sexuais, a educação formal na escola e, claro, o interior das fábricas.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DOS ELEMENTOS DA EDUCAÇÃO CORPORAL NO BRASIL DA PRIMEIRA REPÚBLICA NOS CONTOS DE LIMA BARRETO

A obra “Contos Completos de Lima Barreto”, organizada e comentada por Lilia Moritz Schwarcz, publicada pela editora Companhia das Letras, foi selecionada por reunir todos os contos do autor em vários períodos e fontes de publicação diferenciadas, o que pode nos oferecer riqueza de elementos para a articulação entre literatura e educação corporal no Brasil da Primeira República. Lima Barreto escreveu e publicou contos continuamente que abrangem quase todo o período da Primeira República.

A publicação “Contos Completos de Lima Barreto” conta com o total de cento e cinquenta e cinco escritos de Lima Barreto. Desse total, selecionamos para análise cento e cinco contos, sendo excluídos cinquenta escritos devido a divergências relacionadas ao gênero dos escritos. Há dois textos dramáticos, que, segundo Rosso (2010), o próprio Lima Barreto classificou de “exercícios de literatura dramática” e outros quarenta e oito manuscritos originais, grande parte deles inacabados, cujo gênero literário é impreciso, compondo-se de fragmentos de crônicas e contos, artigos de opinião e anotações pessoais do escritor que merecem maiores investigações (SCHWARCZ, 2010).

De acordo com Schwarcz (2010), os contos foram escritos entre o ano de 1904 a 1922, sendo sessenta e cinco publicados pelo escritor em vida, a partir de suas seleções e difundidos por meio de edições de livros (Tab. 1), e jornais e revistas que circulavam no período da Primeira República (Tab. 2). Os outros quarenta foram publicados postumamente (Tab. 3).

Tab. 1 – Contos publicados por Lima Barreto em livros	
Título do conto	Local e ano de publicação original
A nova Califórnia	Apêndice da 1ª edição do romance “Triste fim de Policarpo Quaresma”, 1915.
O homem que sabia Javanês	
Um especialista	
O filho da Gabriela	
Miss Edith e seu tio	
Como o “homem” chegou	
O moleque	1ª edição do livro de contos “Histórias e sonhos”, 1920.
Harakashy e as escolas de Java	
Congresso Pan-Planetário	
Cló	
Hussein Ben-Áli-Bálec e Miqueias de Habacuc	

<i>Agaricus Auditae</i>	1ª edição do livro de contos “Histórias e sonhos”, 1920.
Adélia	
O feiticeiro e o deputado	
Uma noite no Lírico	
Um músico extraordinário	
A biblioteca	
Lívia	
Clara dos Anjos	
Uma vagabunda	
A barganha	
Uma conversa vulgar	

Tab. 2 – Contos publicados em jornais e revistas em circulação à época

Título do conto	Ano e local de publicação original
A cartomante	“Revista da Época”, sem data encontrada.
O homem que sabia javanês	Jornal “Gazeta da Tarde” de 20 de abril de 1911.
Numa e a ninfa	Jornal “Gazeta da Tarde”, n. 658, jun. 1911.
Um e outro	Revista “A Águia” v. IV (jul-dez) 1913.
Um que vendeu sua alma	Revista “A primavera”, jul. 1913.
S.A.I Jan Ghothe	Revista “Careta”, mai. 1915.
El-Kazenandji	Revista “Careta”, mai. 1915.
O juramento	Revista “Careta”, jun.1915.
A firmeza de Al-bandeirah	Revista “Careta”, jul. 1915
O desconto	Revista “Careta”, jul. 1915.
A solidariedade de Al-bandeirah	Revista “Careta”, ago. 1915.
O reconhecimento	Revista “Careta”, ago. 1915.
Manel capineiro	Revista “Nova Era”, ago. 1915.
Dentes negros e cabelos azuis	“Revista da Época”, ago. 1918.
A matemática não falha	Revista “Souza e Cruz” dez, 1918.
Na janela	Revista “Argos”, jun. 1919
Mágoa que rala	“Revista do Brasil” v.XIII, n. 48 e n. 49, dez. 1919 e jan. 1920, respectivamente.
O tal negócio das prestações	Revista “O malho”, jan. 1920.
Os Kalogheras	Revista “Careta”, mar. 1920.
Conservou o fez	Revista “Careta”, jul. 1920.
Arte de governar	Revista “Careta”, out. 1920.
Uma academia na roça	Revista “Careta”, dez. 1920.
Carta de um defunto rico	Revista “ABC”, jan. 1921.
O Meu carnaval	Revista “Careta”, jan. 1921.
Quase ela deu o “sim”; mas...	Revista “Careta”, jan. 1921.
O único assassinato de	Revista “Souza e Cruz”, mar. 1921.

Cazuza	
Lourenço, o magnífico	Publicado em partes em três edições da revista “Careta”, mar. 1921.
Três gênios da secretaria	Revista “Braz Cubas”, abril, 1921.
O caçador doméstico	Revista “Careta”, abril, 1921.
O falso dom Henrique V	Revista “Careta”, abril, 1921.
Despesa filantrópica	Revista “Careta”, mai. 1921.
Foi buscar lã	Revista “América Brasileira”, mai. 1921.
O jornalista	Revista “Souza e Cruz”, jul. 1921.
Boa medida	Revista “Careta”, set. 1921.
Falar inglês	Revista “Careta”, out. 1921.
Milagre de Natal	Revista “Careta”, dez. 1921.
A sombra do Romariz	Revista “Careta”, jan. 1922.
Fim de um sonho	Revista “Careta”, jan. 1922.
O número da sepultura	Revista “Souza e Cruz”, fev. 1922.
A indústria da caridade	Revista “Careta”, abril, 1922.
Hóspede ilustre	Revista “Careta”, ago. 1922.
Eficiência Militar	Revista “Careta”, set. 1922.
O pecado	Revista “Souza e Cruz”, ago. 1924. Publicação póstuma.

Tab. 3 – Contos publicados postumamente em livros

Título do conto	Local e ano de publicação original
Porque não se matava	“Outras histórias”. Integram 2ª edição do livro de contos “Histórias e sonhos”, 1951.
Ele e suas ideias	
Uma conversa	
O cemitério	
A mulher do Anacleto	
A doença do Antunes	
O oráculo	“Contos Argelinos” integram a 2ª edição do livro de contos “Histórias e sonhos”, 1951.
A chegada	
Um candidato	
Um bom diretor	
Os quatro filhos D’Aymon	
A consulta	
Que rua é esta?	
Abertura do congresso	
Medidas de sua excelência	
Uma anedota	
A nova Glória	
Era preciso...	
Faustino I	
O rico mendigo	
Projeto de lei	

Firmeza política	“Contos Argelinos” integram a 2ª edição do livro de contos “Histórias e sonhos”, 1951.
Cincinato, o Romano	
O ideal	
A fraude eleitoral	
As teorias do Dr. Caruru	
O anel de perdicas	
O congraçamento	
Nós! Hein?	
Um debate acadêmico	
Coisas parlamentares	
O destino do Chaves	
Uma opinião de peso	
O poderoso dr. Matamorros	
Um fiscal de jogo	
Manifestações políticas	
Na avenida	
Rocha, o guerreiro	
Um do povo	
Interesse público	

Após leitura exploratória, nos detemos em uma leitura mais rigorosa que possibilitou extrair dos contos categorias de análise tomando Marx (2008) como base. Essas categorias expressam a síntese da materialidade concreta, de múltiplas determinações, e realizam a articulação com questões ligadas à objetividade da época e à narrativa do texto, ou seja, elas dialogam com a produção da sociedade burguesa que instaura transformações econômicas, políticas e sociais que delineiam elementos de educação do corpo no Brasil da Primeira República.

Nesse sentido, levantamos as seguintes categorias de análise que se inter-relacionam: a) Trabalho no Brasil República: conflitos de classe, ascensão social e desemprego; b) Tensão entre modo de vida tradicional e moderno, progresso e organização republicana; c) Conhecimento científico e educação formal e desigualdade de classe; d) Relações sexuais e afetivas.

a) Trabalho no Brasil República: conflitos de classe, ascensão social e desemprego.

A lógica da sociedade burguesa com sua respectiva educação corporal é revelada em contos que indicam elementos do trabalho alienado, da exploração da mão de obra do

trabalhador, do modo produtivo taylorista-fordista, das condições objetivas de desigualdade que geram oportunidades diferenciadas e de desemprego, da condenação do sujeito não adaptado ao mercado de trabalho, da competitividade e do individualismo pautados na lógica do mercado e do anseio de consumo.

Nos contos “A matemática não falha”, “Os três gênios da secretaria” e “O homem que sabia javanês” é possível observar o delineamento de elementos da lógica do trabalho aos moldes do capital. Em “Os três gênios da secretaria”, o ofício é permeado pela rotina repleta de atividades repetitivas, realizadas durante o ano todo, nas quais “o corpo fica em cômodo jeito; o espírito aquieta-se, não tem efervescências nem angústias; as praxes são fixas e as fórmulas já sabidas” (BARRETO, 2010) p. 473. Em trecho de “A matemática não falha”, o narrador se despede do local onde trabalhou por quinze anos e afirma que muito se esforçou para sair daquela ocupação que impedia pensar e agir independentemente: “[...] todo o meu esforço tem sido o de livrar-me de tal lugar, que é para a minha consciência um foco de apreensões” (BARRETO, 2010, p. 277).

Nestes contos, há elementos que indicam a atividade laboral pautada na cisão corpo/mente, já trazendo uma conseqüente perspectiva de trabalhador como máquina. Um trabalho que “aquieta o espírito”, inibe o pensamento e exige um corpo que realize movimentos repetitivos, com supressão de gestos desnecessários à atividade laboral, característica da organização taylorista-fordista (RAGO; MOREIRA, 2008). Essa perspectiva de trabalho embasa uma educação corporal voltada para a mecanização dos movimentos em uma fórmula fixa, ou seja, uma educação que preza pela padronização do movimento em nome do não desgaste de energia em outras atividades desnecessárias.

O trabalho mergulhado em rotinas repetidas gera descontentamento no personagem Castelo de “O homem que sabia Javanês”, que sugere que a rotina do trabalho é uma agrura da vida. Castelo se sente amargurado com a rotina de atividades e horários que lhe são impostos: “[...] isto de uma ocupação única: sair de casa a certas horas, voltar a outras, aborrece, não achas? Não sei como me tenho aguentado lá, no consulado” (BARRETO, p. 71).

A necessidade de sujeição e alienação do homem frente ao modo produtivo vigente e aos superiores é expressa no conto “A matemática não falha”:

Neste como naquele, nesta ou naquela profissão, tenham-se as melhores ou piores aptidões, o que se nos pede nessa sociedade burguesa e burocrática é muita abdição de nós mesmos, é um apagamento da nossa individualidade particular, é um enriquecimento de ideias e sentimentos comuns e vulgares, é um falso respeito pelos chamados superiores e uma ausência de escrúpulos próprios, de modo a fazer os tímidos e delicados de consciência não suportar sem os mais atrozes sofrimentos

morais a dura obrigação de viver, respirar a atmosfera deletéria de covardia moral, de panurgismo, de bajulação, de pusilanimidade, de falsidades, que é a que envolve este ou aquele grupo social e traz o sossego dos fariseus e saduceus, um sossego de morte da consciência (BARRETO, 2010, p. 276).

Compactuando com o trabalho permeado de atividades repetitivas sem sentido, essa passagem também revela elementos essenciais do trabalho burguês no Brasil da Primeira República. São eles: a sujeição, a acomodação a qualquer atividade de trabalho, a padronização, a adaptação ao modo de ser da sociedade e a alienação. Esse trabalhador, como afirma Marx (2002, p. 83): “[...] não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína seu espírito”. Nesse sentido, realizam atividades alheias a si e rompem com suas próprias consciências para realizá-las, características do trabalho alienado, o “[...] que não deixam lugar a dúvidas de que pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens” (MARX, 1988, p. 76).

O processo produtivo demanda processos educacionais voltados para constituir indivíduos adaptados. A alienação do homem frente à atividade e produto de seu trabalho, frente a si e aos outros homens, faz dele um apartado da sociedade, um individualista. O trabalhador é convocado a se eximir de sua individualidade ou nem se encontra em condições de se constituir enquanto autônomo em seus pensamentos e valores, se adequando a ideias e sentimentos aceitáveis à sociedade vigente.

No conto “Como o “homem” chegou”, a não sujeição ao trabalho nos moldes do capital resulta consequências ao personagem Fernando, empregado da delegacia fiscal. Fernando tem paixão pela astronomia e vontade de conhecer as galáxias e por isso “[...] abandonara, não de todo, mas quase totalmente a terra pelo céu inacessível” (BARRETO, 2010, p. 126). Ele preocupa-se mais com os estudos astronômicos do que propriamente com o cumprimento de deveres em seu trabalho formal, alheios a seus interesses. Vivendo nas imediações da cidade de Manaus, onde monta um observatório, a personagem passa dias esquivando-se da sociedade “[...] inteiramente entregue à chatinagem e à veniaga” (BARRETO, 2010, p. 126), ou seja, esquivando-se de uma sociedade repleta de negociações escusas, traficâncias e tramoias. Ao afastar-se dessa sociedade, Fernando vai tomando a fama de louco. Como consequência de seu “enlouquecimento”, é tomado como louco e é detido.

Essa passagem revela tanto as contradições da sociedade burguesa em suas negociações escusas, quanto as possíveis consequências para o trabalhador que se furta a se submeter à lógica do trabalho assalariado. A detenção de Fernando remete-nos à necessidade do desenvolvimento do *ethos* do trabalho que envolveu no período da Primeira República o

encarceramento dos loucos, considerados alheios ao processo produtivo, bem como a detenção dos vadios, desempregados e biscateiros.

Segundo Souza (1994), o encarceramento em manicômios ou prisões objetiva sujeitar os indivíduos ao trabalho formal, desenvolver um trabalhador ordeiro, impondo no cárcere uma disciplina promotora de ajustamento, pautada em uma educação corporal punitiva e disciplinar. Detido, Fernando é colocado em um carro-forte, onde

[...] é tudo ferro, há inexorável antipatia do ferro na cabeça, ferro nos pés, ao lado de uma igaçaba de ferro e que se vem sentado, imóvel, e para a qual se entra pelo próprio pé. É blindada e quem vai nela, levado aos trancos e barrancos de seu respeitável peso e do calçamento das vias públicas, tem a impressão de que se lhe quer poupar a morte por um bombardeio de grossa artilharia para ser empalado aos olhos de um sultão” (BARRETO, 2010, p. 126).

A “masmorra ambulante” que carrega a personagem apresenta elementos para a compreensão de que os inimigos da ordem burguesa têm seus corpos surrados e educados via repressão, violência física e castigos corporais (PATTO, 1999).

Por sua vez, o encarregado da prisão de Fernando, doutor Barrado, é emblema do trabalhador obediente que apenas executa as ordens que lhe são imputadas sem gasto de tempo e ações desnecessárias, como propõe o modelo de operário do taylorismo/fordismo:

[...] Barrado, a respeito, não tinha com segurança como proceder. Não sabia mesmo se essa espécie de doentes comia e consultou Silly, por telegrama. Respondeu-lhe a autoridade, com a energia britânica que tinha no sangue que não era do regulamento retirar aquela espécie de enfermo do carro, o “ar” sempre lhes fazia mal. [...] tão sábia recomendação foi cegamente obedecida. (BARRETO, 2010, p. 133/134).

Recebendo a ordem de capturar Fernando em Manaus, doutor Barrado sai do Rio de Janeiro para buscá-lo e sempre aguarda instruções sobre como proceder em várias situações com as quais se depara. Em qualquer problema que encontra durante a viagem envia telegrama ao chefe, indagando como deve proceder em cada imbróglio. Por mais disparatadas que sejam as instruções do chefe, doutor Barrado, sem reflexão, executa as ordens e segue todas as recomendações.

Emblema do trabalhador disciplinado, Barrado, adaptado a um trabalho que o priva de refletir, só pautado na execução, chega ao extremo de não alimentar o detento, subordinando-se à ordem de não abrir a porta do carro-forte, o que faz com que o prisioneiro morra de fome. É possível apreender que em consequência de sua atividade fragmentada, pautada na perspectiva do trabalho que realiza a cisão entre execução/concepção, ou seja, entre corpo/mente, o processo de alienação que o separa de si, o separa também do outro (RESENDE, 2001), constituindo um ser irracional que é insensível ao perecimento do prisioneiro em prol do cumprimento da tarefa.

A educação para subordinação também está presente no conto “Meu carnaval”. Valentim é mandado por seu chefe para fazer um serviço externo e, no caminho, é capturado pela guarda nacional e acusado pelo oficial de ser um desertor das forças armadas. Ao ser capturado, é ordenado a trabalhar oito dias na capina e, nos dias da festa de Carnaval, é intimado a compor a guarda. Subjugado, Valentim cumpre todas as ordens. Antes de sair à ronda, o capitão chama Valentim e lhe aconselha:

[...] – Você me parece boa pessoa, disciplinada. Procede muito bem. ‘A submissão é a base do aperfeiçoamento, disse Victor Hugo’. Se sou oficial, se cheguei à posição que estou, devo não só ao meu esforço, como também a ser obediente a meus superiores. Você veio, acompanhou-me; porte-se bem que não terá de arrepender-se. (BARRETO, 2010, p. 512).

O superior de Valentim vangloria-se de ser um homem obediente aos superiores, alegando que esta é a forma de conseguir melhores posições na vida. Para tanto, sugere que a disciplina e a obediência são caminhos para o triunfo do trabalhador e que a desobediência acarreta consequências que o indivíduo pode se arrepender.

As exigências de submissão ao trabalho alienado e desgastante também estão no conto “O filho da Gabriela”, em que aparecem possíveis consequências para quem resiste à lógica que vai se consolidando na época. Gabriela, trabalhadora doméstica, precisa levar o filho ao médico, ação proibida pela patroa que não aceita a quebra da jornada fixa de trabalho, e a impede. Gabriela, não se submetendo à proibição, decide procurar outro emprego onde tenha melhores condições de trabalho. A procura se estende por semanas e sempre que via algum anúncio corria ao local e era dispensada tão logo colocasse algumas condições:

[...] Sabe cozinhar? Perguntavam. – Sim, senhora, o trivial. Bem e lavar? Serve de ama? – Sim, senhora; mas se fizer uma coisa, não quero fazer outra. – Então, não me serve, concluía a dona da casa. É um luxo... depois queixam-se que não tem onde se empreguem (BARRETO, 2010, p. 99/100).

Não encontrando alternativa, a doméstica acaba tendo que aceitar as condições da antiga patroa para retornar a seu antigo emprego.

A situação de Gabriela expõe o conflito de tantos trabalhadores que necessitam vender a sua força de trabalho e sujeitar-se às imposições dos empregadores. Possuindo como única propriedade a força de trabalho, a qual põe à venda no mercado para sobreviver (MARX, 2010b), a situação particular de Gabriela revela a situação da classe trabalhadora, que, enquanto procura um empregador que lhe compre a força de trabalho, padece das mais extremas precariedades. Essa situação também expressa o quanto a exploração da força de trabalho acirra mais ainda a desigualdade de classe.

Alguns contos revelam que, oferecendo mão de obra desqualificada, já determinada pela materialidade concreta que produz e reproduz desigualdades de classe, os trabalhadores

são cada vez mais explorados. Trabalhadores com pouca ou nenhuma instrução encontram dificuldades no mercado de trabalho, sendo forçados a exercer atividades laborais voltadas à execução e, não raro, para conseguir sobreviver, assumem várias atividades ao mesmo tempo, aumentam sua jornada de trabalho e/ou permanecem no subemprego.

Em “A sombra do Romariz”, a situação de Romariz o obriga a dobrar sua jornada de trabalho para conseguir sustentar a si e a sua família. Romariz é assassinado em serviço porque, cansado, dorme profundamente na redação do jornal onde trabalhava, não acordando para fugir dos opositores que invadem o jornal. Romariz

[...] vivia tresnoitado; trabalhava dia e noite para manter a mãe e os irmãos. Tinha um pequeno emprego na estrada de ferro, que mal lhe dava para pagar a casa em um subúrbio longínquo; lançara mão do ofício de revisor de provas, para acrescentar sua renda. Saía tarde do jornal; havia poucos *trucks* naquele tempo; e, muitas vezes, só ia em casa para mudar o colarinho, comer um pouco e voltar à cidade, a fim de assinar o ponto na Central (BARRETO, 2010, p. 500).

O caso de Romariz revela a condição da classe trabalhadora que tem como única propriedade a força de trabalho. Ele necessita de dois empregos para poder adquirir mercadorias que o possibilitem vender sua força de trabalho e para tanto carece de nutrição e de abrigo para o seu corpo (MARX, 2010b). Na particularidade do capital, o trabalhador, já apartado de sua consciência, tem seu corpo levado ao extremo, sendo forçado além dos limites. A perspectiva cartesiana de corpo assemelhado à máquina é determinante para os procedimentos de educação do corpo (LE BRETON, 2013) e consolida o arcabouço de procedimentos de educação do corpo voltados à preservação da força de trabalho (SOARES, 1998).

Nesse sentido, o trabalhador deve empreender a preservação de seu corpo, mais precisamente, de sua força de trabalho. É indispensável à produção “manter as condições de força, saúde e disposição necessárias à realização da jornada” (BAPTISTA, 2013, p. 161).

Os contos também revelam a exploração do trabalho realizado por mulheres e o quanto as condições de exploração consolidam as condições desiguais de existência. As mulheres exercem subempregos ligados a serviços domésticos em casas de famílias abastadas e serviços manuais. Em “A cartomante” o sustento da família é garantido pela mulher, que costura e exerce atividade de cartomante, pois o marido está desempregado há mais de cinco anos. Outras atividades manuais como costura e bordado complementam o rendimento da família nos contos “O tal negócio das prestações” e “Quase ela deu o “sim”; mas...”. No conto “O moleque” as personagens femininas são protagonistas do sustento da casa e residem num subúrbio pobre em barracões modestos, numa situação de miséria. Baiana, um pouco melhor de condições, garante seu sustento vendendo angu e tem uma casa um pouco melhor que as

vizinhas, dona Felismina, a lavadeira que mora com o filho Zeca num barracão de único aposento, e Antônia que, na mais paupérrima situação, vive, num barraco de taipa, “[...] fanada pelo sofrimento e pela miséria. [...] mal comendo, ela e os filhos; mal tendo com que se cobrir” (BARRETO, 2010, p. 145).

Nos contos “O filho da Gabriela” e “O moleque” há sugestão de que as personagens Gabriela e Antônia, submetidas à exploração extrema para conseguir sobreviver, acabam se prostituindo. Durante o período em que procura por emprego, Gabriela “[...] um dia pelos outros, chegava em casa semiembriagada, escorraçando o menino e trazendo algum dinheiro. Não confessava a ninguém a origem dele” (BARRETO, 2010, p. 100). Por sua vez, Antônia, ainda bem nova, arranjava “[...] na padaria do Camargo, um pão – que lhe teria custado, quem sabe! Que profunda provação no seu pudor de mulher, para ganhá-lo” (BARRETO, 2010, p. 145).

O conto “O moleque” também faz menções ao trabalho infantil, revelando a necessidade da classe trabalhadora a submeter seus filhos ao trabalho, determinada pelo modo produtivo. Zeca, filho de Felismina, auxilia a mãe no ofício de lavadeira, buscando e devolvendo roupas na freguesia da mãe. A lavadeira é analfabeta e anseia matricular seu filho na escola, mas para dar conta dos serviços, necessita da ajuda do menino. Tal situação denuncia a realidade da classe trabalhadora e suas dificuldades em possibilitar escolarização aos filhos. Além das dificuldades materiais que impossibilitam acesso à educação formal, no Brasil da Primeira República, a implantação de escolas se constituía problema nacional (NAGLE, 1976), e as escolas implantadas não eram acessíveis à classe trabalhadora.

As determinações econômicas reproduzem desigualdades de condições de vida, moradia, alimentação, saúde e de acesso à cultura. As contradições da sociedade burguesa são reveladas no conto “O filho da Gabriela” quando é mencionada a moradia da empregadora de Gabriela que vive em uma casa confortável, arejada e espaçosa, repleta de mobília de luxo e empregados. A doméstica, ao sair do emprego, passa a viver com o filho “[...] em um pobre quarto de estalagem, úmido que nem uma masmorra” (BARRETO, 2010, p. 100), sendo corroídos pela fome e o menino, pela doença que o aflige. A trabalhadora tem dificuldade com o tratamento da doença do filho que apresenta agravamento do quadro quando ela perde o emprego e vão morar na úmida alcova:

[...] enlanguescia a olhos vistos e sua mãe, na caça de aluguel, não tinha tempo para levá-lo ao doutor do posto médico. Baço, amarelado, tinha as pernas que nem palitos e o ventre como o de um bratáquio. A mãe notava-lhe o enfraquecimento, os progressos da moléstia e desesperava, não sabendo que alvitre tomar (BARRETO, 2010, p. 100).

Em contrapartida, no conto “A doença do Antunes”, o rico comerciante Antunes, sócio de um grande armazém, quando se sente admoestado por uma doença misteriosa, procura pelo médico mais caro e mais famoso da cidade, tendo totais condições de cuidar do problema que não o fazia correr risco de vida, tampouco o fazia definhar.

A desigualdade entre ricos e pobres produzida pela sociedade capitalista se expressa também diante da morte. Em “O cemitério” o narrador observa que os mortos de famílias ricas ficam em suntuosas sepulturas, ao passo que e os pobres em sepulturas sem luxo e modestas: “[...] havia túmulos arrogantes, imponentes, vaidosos e pobres e humildes; e, em todos, resumava o esforço extraordinário para escapar ao nivelamento da morte, ao apagamento que ela traz às condições e às fortunas” (BARRETO, 2010, p. 304).

O acesso à cultura também é desigual, como revelado nos contos “Um do povo” e “Uma noite no Lírico”, em que é possível observar a situação desigual entre o furador de fossas Felismino Xubregas e o estudante Frederico Bastos, ambos apreciadores de expressões artísticas. Bastos é frequentador do teatro Lírico e, embora se sinta em situação inferior por algum tempo, quando não tinha dinheiro para comprar assento nos camarotes, tem a oportunidade de apreciar espetáculos. Já Xubregas é tomado pela decepção quando se apronta para ir ao Teatro Municipal para ver a apresentação de uma famosa orquestra e chegando à bilheteria percebe que se comprar um ingresso não terá dinheiro para alimentar-se por uma semana.

Esses elementos nos remetem a fatos da Primeira República, marcada pelo alto índice de desemprego, miséria, falta de moradia, insalubridade e mortalidade produzida pela fome e pela doença (SCHWARCZ, 2012). O corpo do trabalhador, tornado unidade produtiva na sociedade do capital, subjugado a viver em ambientes insalubres, é atingido pela miséria, inanição e moléstias. Este quadro, causado pelas contradições que o modo produtivo engendra, esfarrapa a força de trabalho e requisita da própria sociedade burguesa a implantação de dispositivos de educação corporal voltados a sanar os males que deterioram os corpos e, conseqüentemente, a força de trabalho (SOARES, 2004).

É nesse contexto que o campo da saúde recebe atenção das autoridades e abre espaço para a higienização do corpo social, guardando íntimas relações com o modo produtivo na preservação da força de trabalho mediante enfrentamento de doenças (GALVÃO, 2007), bem como o forjar de trabalhadores disciplinados, ordeiros e adaptados ao trabalho na sociedade capitalista (SOUZA, 1994).

Nos contos, também encontramos elementos que retratam ocupações elitizadas e que indivíduos com instrução adquirem *status*, poder e mais facilidade para encontrar empregos.

Doutores em medicina, direito, ciências biológicas, química, física, astronomia, farmácia ou botânica são alguns dos citados. Geralmente, são mencionados por Lima Barreto em tom jocoso e denunciador por exercerem pouco esforço, não saberem necessariamente sobre o ofício em que estão empregados e/ou terem privilégios. A facilidade de doutores empregarem-se pode ser elucidada em “As teorias do Dr. Caruru”, em que o médico Dr. Caruru da Fonseca “[...] tinha, na nossa democracia, por ser sumidade e doutor, direito a exercer quatro empregos. Era lente da Escola de Medicina, era chefe do Gabinete Médico da Polícia, era subdiretor do Manicômio Nacional e também inspetor da Higiene Pública” (BARRETO, 2010, p. 413).

A facilitada adesão de doutores a postos de trabalho, mesmo que não sejam aptos a exercer os cargos que ocupam, se revela no conto “Que rua é esta”, em que Dr. Fagundes, mais devido ao diploma e, principalmente, por amizade com político influente, se torna delegado de polícia do Rio de Janeiro, mesmo sem conhecer nada sobre a cidade ou costumes da população:

[...] O dr. Secundino, chefe político muito estimado em Tefé, Amazonas, trouxe ele para seu delegado auxiliar o dr. Fagundes, que há tantos anos não saía daquela longínqua localidade brasileira. Em toda a parte, os cargos policiais são dados a quem conhece perfeitamente as localidades que vão policiar, entre nós, porém, esse critério obsoleto não é obedecido, de modo que o dr. Fagundes tomou conta do seu cargo, para felicidade da população carioca e da cidade do Rio de Janeiro que ele completamente desconhecia (BARRETO, 2010, p. 385).

No conto “Um bom diretor”, Dr. Café, sendo médico, é feito diretor de instrução pública, mesmo nada entendendo sobre instrução pública, o que ele mesmo assume quando comete um equívoco e é questionado pelo prefeito da cidade onde exerce o cargo: “[...] – Vossa Excelência sabe perfeitamente que sou médico, entendo de patologia e algumas coisas mais... [...] de instrução pública do município, pois, nada entendo” (BARRETO, 2010, 378).

Alguns contos revelam que as atividades no funcionalismo público ou na política são almeçadas pela estabilidade, pelo *status* e especialmente pela possibilidade de enriquecimento. Na maioria das vezes, relacionam os vínculos empregatícios nestas áreas com recomendações ou conchavos políticos e falcatruas, não à competência ou capacidade. Essas ocupações são tidas como meios para subir na vida, meios de ascensão social, na maioria das vezes, sem escrúpulos. Em “Um candidato”, o candidato a deputado, em conversa na rua com um homem, pontua que, tendo perdido muito dinheiro, encontrou como caminho para recuperar-se adentrar na política e fazer-se deputado. Em “Os quatro filhos D’Aymon” o chefe político de um distrito, Felizardo, pensando no futuro dos quatro filhos, encaminha-os à política “[...]”

porque só na política, atualmente, se obtêm glórias retumbantes e proventos magníficos” (BARRETO, 2010, p. 380).

Em alguns contos, também encontramos trabalhadores que continuam ativos no trabalho agrícola. Em “Clara dos Anjos” e “Manel Capineiro”, entre outros, encontramos personagens que se ligam ao ofício rural, vivendo outros ritmos de vida e trabalho. Neste sentido, Lima Barreto pontua a coexistência de ocupações relacionadas ao trabalho rural na figura do Valentim “[...] um português dos seus sessenta anos e pouco, que tinha o corpo curvado para diante, devido ao hábito contraído no seu ofício de chacareiro que já devia exercer há mais de quarenta” (BARRETO, 2010, p. 249) em “Clara dos Anjos”, e de Manel, plantador e carregador de capim, no conto “Manel Capineiro”. Essa coexistência também é exaltada na apresentação do estilo de vida de Ernesto em “O feiticeiro e o Deputado”. Mesmo sendo homem bem instruído, a personagem preferiu viver no casebre de um pequeno sítio onde “[...] de manhã e à tarde, regava as suas couves; pelo dia em fora, plantava, colhia, fazia e rachava lenha, que vendia aos feixes, ao Mané Bitu, para poder comprar as utilidades de que precisasse” (BARRETO, 2010, p. 204).

Em “A nova Califórnia” e em “O jornalista” encontramos elementos que abordam a competitividade, a necessidade de transformar qualquer coisa em mercadoria e o desejo de enriquecer, característicos da sociedade burguesa. Em “A nova Califórnia”, quando os moradores da cidade fictícia de Tubiacanga descobrem a possibilidade de transformar ossos de defuntos em ouro transformam o cemitério em um campo de guerra onde agrirem uns aos outros em busca de ossos. Cada um dos moradores, apartados de sua humanidade e pensando apenas em suas necessidades particulares, na busca por enriquecer, enfrentam-se animalescamente.

[...] A desinteligência não tardou a surgir; os mortos eram poucos para satisfazer a fome dos vivos. Houve facadas, tiros, cachações. Pelino esfaqueou o turco por causa de um fêmur e mesmo entre famílias questões surgiram. [...] De manhã, o cemitério tinha mais mortos do que aqueles que recebera em trinta anos de existência” (BARRETO, 2010, p. 70).

O conto “O jornalista” elucida a competição entre o secretário da Câmara, Salomão Nabor e o promotor Fagundes, ambos, pretensos jornalistas. Os dois fundam um jornal local e vivem às turras quanto à linha editorial do mesmo:

[...] a mania de Nabor [...] era de fazer do *O Arauto* um jornal de escândalo, de altas reportagens sensacionais, de “enquetes” com notáveis personagens da localidade, enfim, um jornal moderno; a de Fagundes era a de fazê-lo um quotidiano doutrinário, sem demasias, sem escândalos (BARRETO, 2010, p. 529).

Viviam em guerra surda no jornal, sempre um boicotando os trabalhos do outro, até que, de discussões em discussões, Nabor forçou a saída de Fagundes, que montou seu próprio

jornal, tornando-se rival declarado de Nabor. Cada um fez o seu jornal como lhe aprouvesse e, certo dia, após ler uma notícia sobre um incêndio no Rio de Janeiro, ocorreu a Nabor, para desbancar o jornal rival, incendiar o melhor prédio da cidade e fazer a notícia do fato em primeira mão:

[...] Certo dia, lendo a notícia de um grande incêndio no Rio, acudiu-lhe a ideia de que se houvesse um em Sant’Ana, podia publicar uma notícia de “escacha”, no seu jornal, e esmagar o rival [...]. Ele mesmo poria fogo no sábado, na véspera de sair o seu hebdomadário – *O Arauto*. Antes escreveria a longa notícia com todos os “ff” e “rr”. Dito e feito. O palácio pegou fogo inteirinho no sábado, alta noite; e de manhã, a notícia saía bem-feitinha” (BARRETO, 2010, p. 530/531)

Personagens como Júlio Costa de “Clara dos Anjos” e João Cazu de “Quase ela deu o “sim”; mas...” representam a lógica do capital, pois não trabalham, mas se aproveitam do que já foi acumulado com a exploração do trabalho do outro. Ambos pertencem a famílias de média condição econômica e vivem uma vida sem obrigações porque tem quem os sustentem. Júlio, para arrumar algum dinheiro extra, organiza rinhãs de galo e João, descrito como um moço “[...] forte e saudável, mas pouco ativo e amigo do trabalho” (BARRETO, 2010, p. 502) vive na casa dos tios que lhes dá moradia, alimentos, roupas, sapatos e dinheiro. Ele ainda ambiciona encontrar uma mulher que lhe sustente.

A questão do consumo também é tratada por Lima Barreto, que incorpora aos contos mais esta determinação da lógica capitalista, e está presente em “Lourenço, o magnífico”, em que o corretor Lourenço Caruru, após um vertiginoso enriquecimento devido a especulações na compra e venda de navios de guerra, torna-se um consumista exasperado. Amasiado a uma madame, Lourenço mobilha um luxuoso apartamento com móveis caríssimos que troca constantemente, mas, não satisfeito, adquire coleções inteiras de obras de arte, em séries de pintura e escultura, objetos de tapeçaria, coleções as quais adquire apenas pelo que ostentam, pois não entende nada de arte. Na ocasião da vinda de um famoso pintor egípcio, Lourenço “[...] compra-lhe a carregação toda de quadros, ainda encaixotados na alfândega” (BARRETO, 2010, p. 514). Adquire também, em um leilão, uma preciosa biblioteca de livros raríssimos, mesmo sendo analfabeto, apenas para tê-la em suas posses, gastando muito dinheiro nela. Deslumbrado com o capital que lhe proporciona uma vida de luxo, conquistado com a exploração do trabalho alheio, Lourenço compra a tudo o que deseja com o lucro “[...] cujo ganho na algibeira de Caruru representava a morte, a dor, o penoso trabalho de centenas de miseráveis” (BARRETO, 2010, p. 516).

Lola de “Um e outro”, um pouco menos rica do que Lourenço, também adentra ao mundo do consumo comprando joias, vestimentas da moda e móveis caros. Vangloria-se de gastar mais de um conto de réis por mês nas coisas triviais da casa e de suas criadas, orgulha-

se de seus móveis de luxo e de que, tendo nascido numa cabana, quando morrer, morrerá no luxo. Pela vizinhança, desperta inveja nas raparigas pobres, ostentando seus vestidos de tecidos caros, chapéus, luvas e joias e gostando de ser vista como uma rainha.

A preocupação de Brunehilda com o consumo de tecidos importados, joias e outros objetos de luxo está presente no conto “Uma opinião de peso”. Interessada na importação nacional de sedas e joias, adentra a conversa do pai, um senador, dizendo que a Câmara nunca pode proibir tais importações.

Em “Cló”, o velho Maximiliano se põe a pensar na necessidade de arranjar dinheiro para comprar à filha Cló, dentre outros artigos carnavalescos, um novo vestido para que se apresente num baile: “[...] como havia de comprar bisnagas, confetes, serpentinas, alugar automóvel? E – o que era mais grave – como havia de pagar o vestido de que a filha andava precisada, para se mostrar sábado próximo, na rua do Ouvidor” (BARRETO, 2010, p. 167). Em situação ainda mais modesta, as personagens do conto “O tal negócio de “prestações””, consomem roupas, sapatos e joias por meio de prestações com juros, não conseguindo saldar as dívidas. Também em “A cartomante”, são enaltecidas as preocupações do pai de família desempregado em relação a aquisição de bens de consumo. Procura uma cartomante acreditando que esta possa lhe trazer sorte e dinheiro com o qual “[...] compraria um terno para o Zezé, umas botinas para Alice, a filha mais moça” (BARRETO, 2010, p. 303).

As preocupações das personagens com o consumo indicam-nos vertiginosas mudanças protagonizadas pelo modo de produção capitalista que vai se consolidando no país, fazendo memorar a *Bélle Époque*, que marcou o início do século XX no país, difundido não só hábitos de consumo como também os “bons costumes” e as etiquetas, meios de disciplinarização dos corpos.

b) Tensão entre modo de vida tradicional e moderno, progresso e organização republicana

O modo produtivo burguês determina a reconfiguração das cidades que induz novos estilos de vida, produzindo comportamentos condizentes à sociedade burguesa. Nos contos, Lima Barreto relaciona elementos da modernidade permeada pela modernização e pela constituição da República, estabelecendo a tensão entre o modo de vida rural, a religiosidade e a superstição e os novos modos de vida, bem como do novo regime político do país.

O conto “O falso dom Henrique V” narra a história da República da Bruzundanga¹², em que há o protagonismo dos militares na queda do Império e o soerguimento da República. A proclamação republicana traz mazelas intensas que recaem sobre a população. Segundo o narrador, assim que a Bruzundanga, mediante um golpe arquitetado por militares, tornou-se República, escolheu-se entre eles uma junta governativa que,

[...] começou logo a construir palácios e teatros, a pôr casas abaixo, para fazer avenidas suntuosas. O dinheiro da receita não chegava, aumentou os impostos, vexações e multas etc. Enquanto a constituinte não votava a nova Constituição, decuplicou a entrada de produtos estrangeiros manufaturados. Os espertos começaram a manter curiosas fábricas de produtos nacionais da seguinte forma, por exemplo: adquiriam em outros países, solas, sapatos já recortados. Importavam tudo isso, como matéria-prima, livre de impostos, montavam as botas nas suas singulares fábricas e vendiam pelo triplo do que custavam os estrangeiros (BARRETO, 2010, p. 467).

Podemos refletir que esse conto apresenta elementos do processo que culminou na Proclamação da República no Brasil (1889) que, de acordo com Mattos (2012), também foi arquitetado e liderado por militares que depuseram o imperador Dom Pedro II e tomaram o governo. Está presente também uma analogia ao aumento de impostos, abertura a capitais estrangeiros e estabelecimento de montadoras. Há ainda elementos que nos fazem pensar nas mudanças processadas pelas reformas urbanas ocorridas no período da Primeira República que envolveram a derrubada de construções consideradas obsoletas e não condizentes com um Brasil moderno.

A reestruturação do espaço urbano central contou com edificação de prédios para abrigar cafés, restaurantes, teatros, escolas, parques e jardins e para abrir espaço para construção de largas avenidas que estampassem o retrato de um país moderno (SCHWARCZ, 2012). De acordo com Veiga (2000), também faz parte deste cenário a conciliação de práticas sanitaristas e a renovação estética da cidade, mediante o combate à proliferação de doenças contagiosas, por meio da assepsia das ruas, canalização de água e esgoto, instalação de aparelhos sanitários em logradouros públicos, bem como a difusão de linhas de bondes e luminárias modernas e o combate aos vadios e mendigos que perambulam pelas ruas.

Toda a reestruturação do espaço central dá vazão a novos espaços de socialização que auxiliam na educação de corpos disciplinados, pois induzem novas formas de assepsia, vestimentas e comportamentos em público, estampadas nos manuais de civilidade e Códigos de Posturas dos Municípios. Conforme Moreno e Segantini (2006), no início do século XX,

¹² Conforme Rosso (2010), Lima Barreto utiliza-se de alegorias para tratar do Brasil em muitos de seus contos. Para tanto, explorando o imaginário e sentidos figurativos, utiliza-se de nomenclaturas como “Bruzundanga”, “Al- Patak”, “Kambalu”, “Jambom”, dentre outros, se referindo ao Brasil.

nos teatros, bondes e demais espaços públicos ou privados exigiam-se o cumprimento de regras prescritas em Códigos de Posturas municipais, sendo também difundidos em cafés, restaurantes e afins, noções de etiqueta. Os conteúdos dos manuais e Códigos incitam a incorporação de novas sensibilidades, a fim de tornar os indivíduos dóceis e refinados (TABORDA DE OLIVEIRA, 2014) o que, de acordo com Veiga (2000), desvia os indivíduos dos maus costumes que os afasta do trabalho industrial.

Avaliando as mudanças processadas na Bruzundanga, o narrador de “O falso dom Henrique V” contrapõe o enriquecimento de alguns à miséria atroz que recai sobre a população empobrecida do campo e da cidade nos primeiros anos da República da Bruzundanga. Nesse sentido, Lima Barreto pontua o êxodo rural e o crescimento do desemprego e dos baixos salários, mencionando as precárias condições de alimentação, vestuário, moradia e mortalidade por doenças, bem como a criação de hospitais de alienados e asilos para os embriagados.

[...] Sofrimentos de toda a ordem caíram sobre o pobre povo da roça e do sertão; privações de toda a natureza caíram sobre ele; e colocaram-lhe a fria sanguessuga, a ventosa dos impostos, cujo produto empregado era empregado diretamente, num fausto governamental de opereta, e, indiretamente, numa ostentação ridícula de ricos sem educação e instrução. Para benefício geral, nada. A Bruzundanga era um sarcófago de mármore, ouro e pedrarias, em cujo seio, porém, o cadáver mal embalsamado do povo apodrecia e fermentava. De norte a sul, sucediam-se epidemias de loucuras, umas maiores, outras menores. Para debelar uma, foi preciso um verdadeiro exército de 20 mil homens. No interior era assim; nas cidades, os hospícios e asilos de alienados regurgitavam. O sofrimento e a penúria levavam ao álcool, “para esquecer”; e o álcool levava ao manicômio [...]. Apesar do luxo tosco, bárbaro e bronco, dos palácios e “perspectivas” cenográficas, a vida das cidades era triste, de provocar lágrimas. A indolência dos ricos tinha abandonado as alturas dela, as suas colunas pitorescas, e os pobres, o mais pobres, de mistura de toda espécie de desgraçados criminosos e vagabundos, ocupavam as iminências urbanas com casebres miseráveis, sujos, frios, feitos de tábuas de caixões de sabão e cobertos com folhas desdobradas de latas em que veio acondicionado o querosene. Era a coroa, o laurel daquela glacial transformação política (BARRETO, 2010, p. 468-469).

No conto, Lima Barreto expõe as contradições da sociedade industrial, do crescimento das cidades, que acirram as desigualdades sociais, que se adensam no início do século XX devido à transição do modo de produção. Com a passagem do modo produtivo escravista para o capitalista e sua promessa de vida melhor na cidade, há o crescimento do êxodo rural e cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, entre outras, são acometidas pela explosão demográfica. O conto revela a materialização do modo de produção capitalista e o rastro de miséria por ele produzido. A reestruturação dos espaços que empreende a demolição de casebres e casarões que não estão em conformidade com a modernização ocasiona a transferência dos pobres às imediações da cidade, levando-os a residir em paupérrimos

barracos, pensões ou albergues. Como consequência disso há o acirramento da miséria e das doenças.

Tentando amenizar essa situação, o Estado implementa uma educação corporal voltada à higienização das habitações e dos corpos, exigindo-se melhorias na iluminação e circulação de ar nas moradias, na perspectiva de transformar as casas em um espaço higienizado e mais atrativo do que a rua (SILVA, 2012) e combatendo, por meio de práticas e lições de higiene, as moradias coletivas, em que, devido à aglomeração e pouca ventilação, as doenças contagiosas se alastram (ROLNIK, 1997).

A menção à criação de asilos e hospícios no conto também guarda relações com a reformulação ou criação de manicômios e penitenciárias que, na Primeira República, objetivam manter a ordem, submeter os indivíduos à lógica de trabalho formal e combater os vícios (SOUZA, 1994). No período, o encarceramento dos considerados loucos e alcoólatras se apresentava como solução compulsória e paliativa para escamotear os males provocados pelo próprio sistema. Os manicômios e/ou penitenciárias era o lugar dos não produtivos. As ações empreendidas pelo Estado na segregação dos pobres nos arredores da cidade, na implementação de políticas de saneamento e educação higiênica nas casas ou na privação da liberdade em manicômios e penitenciárias, estão relacionadas a educar o corpo para a preservação da “vida útil” e saúde da classe trabalhadora (SOARES, 2004) e a habituar os indivíduos ao trabalho aos moldes do capital (SOUZA, 1994).

No conto “O poderoso dr. Matamorros”, o doutor Encerrabodes observa as contradições da sociedade. Voltando-se para o seu palacete em uma noite, a personagem depara-se com as casas da Cidade Nova e as favelas dos morros e, com tristeza, põe-se a pensar: “[...] por que não se acabava “com aquilo”? Seria necessário aquele *repoisoir*, para afirmar a beleza dos bairros chamados “*chics*”?” (BARRETO, 2010, p. 438). Também reflete acerca dos onerosos aluguéis que os pobres deveriam pagar para morar naquela situação e constata que tudo aquilo era uma injustiça: “[...] pus-me a pensar na sorte daqueles que residiam naquelas casas pobres. Certamente, imaginei, pagavam aluguéis exorbitantes! Aquilo era uma injustiça” (BARRETO, 2010, p. 439).

Em seus pensamentos, se coloca no lugar do governador, postulando que se tivesse naquela posição já teria resolvido aquela situação. Em um momento, compreende que a própria sociedade é responsável pela desigualdade de classe e, em outro, acredita que se fosse governador, sozinho, teria o poder de sanar as dificuldades em que vivem os pobres da cidade, não compreendendo que os ‘representantes do povo’ representam os interesses do Estado e de uma sociedade que já se estruturou na desigualdade.

De acordo com Pinheiro Filho (2010), o bairro Cidade Nova foi edificado em meados do século XIX, em um terreno alagadiço, cortado pelo Canal do Mangue. Segundo o autor, o bairro despertou a atenção do capital que levou ao local indústrias que atraíram uma horda de trabalhadores.

A Cidade Nova remete-nos à formação de bairros operários próximos aos locais de implantação de indústrias nacionais e, embora não se trate especialmente de uma vila operária construída por uma indústria específica, o bairro é permeado pela lógica de fixação de trabalhadores nas proximidades do local de trabalho e se apresentam como resultado do modo produtivo. Ao tratar das cidades industriais inglesas, Engels (1985) descreve a existência de bairros onde se concentra a classe operária, sendo localizados nas partes mais feias e sujas da cidade, onde a fumaça das fábricas se concentra e as ruas são sujas, cheias de detritos, sem canais de escoamento ou esgoto e onde a água empoça formando charcos mal cheirosos. Nesses bairros, as habitações se amontoam e um mercado onde se comercializam alimentos de má qualidade é ladeado pelo esgoto que corre a céu aberto (ENGELS, 1985). Embora toda precariedade de condições de vida do trabalhador se apresente nos bairros operários, é ali, o espaço onde, após a extenuante jornada de trabalho, a classe operária vive, circula e arranja o que comer.

Por sua vez, as vilas operárias, criadas e administradas por indústrias, são consideradas locais ideais para o florescimento de uma classe operária saudável, honesta, trabalhadora e disciplinada, portanto, produtiva (CORREIA, 1997). Além de fixar o operário nas proximidades da fábrica, a organização de vilas operárias permite ao empregador o controle do trabalhador fora de sua esfera de trabalho, delimitando espaços onde ele possa circular (RAGO, 1985). A vila empreende estratégias de educação corporal voltada ao controle e disciplina dos corpos por meio de regulamentos que estipulam normas de conduta em cada espaço, a contenção nos divertimentos, proibição de embriaguez e promoção de atividades de lazer dentro das vilas, mediante organização de bailes e promoção de atividades esportivas (RAGO, 1985).

Nos contos, é explícita a tensão entre o modo de vida tradicional – relativo ao trabalho com características rurais, moradias coletivas, sincretismo religioso, misticismo e curandeirismo – e o modo de vida moderno. Alguns contos elucidam que a modernidade despreza a tradição via pensamento científico, progresso, novos valores e modos de vida, bem como da vida urbana. Isso torna possível estabelecer relações com processos de educação corporal desenvolvidos no início do século XX.

Em “A biblioteca”, a recordação de Fausto Carregal expressa um pouco o estilo de vida colonial da época anterior à República. Ele recorda sua infância no casarão de dois andares, num rico subúrbio no Rio de Janeiro, onde habitava com sua família, parentes, agregados, empregados e escravos, com quintal repleto de grandes árvores frutíferas, mas a única coisa que ainda preservava desse tempo é a biblioteca, que foi de seu bisavô. Em seu pesar, compreende que a marcha da sociedade não o permitiria continuar vivendo no casarão:

[...] Ele não podia, entretanto, manter o casarão... foram o tempo, as leis, o progresso [...] não pôde conservar a casa... A constituição da família carioca foi insensivelmente se modificando; e ela era grande demais para a sua. De resto, o inventário, as partilhas, a diminuição de rendas, tudo isso a tirou dele. A culpa não era sua, dele, era da marcha da sociedade em que vivia (BARRETO, 2010, p. 219).

O conto aponta para elementos relativos à reconfiguração da família brasileira em curso nos finais do século XIX e início do XX. Nessa reconfiguração, passa a ser difundido o modelo da família nuclear burguesa e sua noção de monogamia, privacidade e exaltação da higiene do corpo, da casa e dos utensílios domésticos (COSTA, 1999), polidez dos gestos e controle dos impulsos sexuais (RAGO, 1985). Esse modelo de família e as noções que engendra contribuem para um modelo de educação corporal fundado na medicina higienista e voltado à instauração e preservação da força de trabalho, pois difundem lições de cuidados com a saúde e busca arrefecer os instintos naturais do indivíduo, controlando o elemento de “animalidade” do homem, nocivos ao industrialismo, construindo uma segunda natureza. Gramsci (2001).

Fausto preserva, por algum tempo, a biblioteca na esperança de que seus filhos a herdassem mantendo vivas as memórias da família Carregal. Contudo, decide queimá-la quando seu filho caçula mostra grandes interesses pelo futebol, novidade do momento. Estando na biblioteca, Fausto

[...] Lembrou-se mais fortemente de seu pai e viu-o lendo [...] as lágrimas vieram aos olhos daquele velho e avô. Teve de sustê-las logo. O filho mais novo entrava na dependência da casa em que ele se havia recolhido. Não tinha Jaime, porém, por esse tempo, um olhar de mais curiosidade para aqueles veneráveis volumes avoengos. Cheio dos seus dezesseis anos, muito robusto, não havia nele nem angústias, nem dúvidas. Não era corroído pelas ideias e era bem nutrido pela limitação e estreiteza de sua inteligência. Foi logo falando, sem mais detença, ao pai: – Papai, você me dá cinco mil-réis, para eu ir hoje ao *football*. O velho olhou o filho. Olhou a sua adolescência estúpida e forte, olhou seu mau feitio de cabeça; olhou bem aquele último fruto direto de sua carne e de seu sangue; e não se lembrou do pai. Respondeu: – Dou, meu filho. Dentro em pouco, você terá. E em seguida como se acudisse alguma coisa deslembada que aquelas palavras lhe fizeram surgir à tona do pensamento, acrescentou com pausa: – Diga a sua mãe que me mande buscar na venda uma lata de querosene (BARRETO, 2010, p. 225).

É importante destacar que, no início do século XX, no Brasil, embora ainda não fosse tão popular, o esporte se apresenta como um disseminador de experiências modernas,

apresentando-se como uma abordagem de disciplinarização do corpo (LINHALES, 2009). Originário da Europa pós-revolução industrial, o esporte guarda íntimas relações com valores capitalistas e compõe o processo de educação corporal das sociedades modernas. Conforme Soares (1998), é um dos recursos para educar um corpo ágil, resistente, disciplinado e obediente às regras.

A chegada do progresso que assola a vida rural está presente no conto “Manel Capineiro”. Manel, frequentador conhecido no armazém de uma antiga estrada carioca que preserva seus ares rurais, vive de seu trabalho de plantar e colher capim, encher carroças e entregar à freguesia, tem seu meio de vida atropelado pelo progresso. O capineiro que é auxiliado por seus dois bois, dos quais cuida muito bem, e entende que graças a eles adquire o pão de cada dia, perde seus parceiros:

[...] Saiu de madrugada, como de hábito, com seu carro de capim. Tomou a estrada pra riba, dobrou a rua José dos reis e tratou de atravessar a linha da estrada de ferro. Fosse a máquina, fosse um descuido do guarda, uma imprudência de Manel, um comboio, um expresse, implacável como a fatalidade, inflexível, inexorável, veio-lhe em cima do carro e lhe trucidou os bois. O capineiro, diante dos despojos sangrentos do “Estrela” e do “Moreno”, diante daquela quase ruína de sua vida, chorou como se chorasse um filho uma mãe e exclamou cheio de pesar, de saudade, de desespero: – Ai! mô gado! Antes fora eu! (BARRETO, 2010, p. 479).

Podemos dizer que o trem e o futebol representam, nesse contexto, e na própria Primeira República, elementos de modernização que confrontam a tradição.

Em “A nova Califórnia”, a possibilidade de ganhar dinheiro, de se dar bem na vida, aponta para mudança de valores. No conto, a pacata cidade de Tubiacanga, misteriosamente, passa a ter o cemitério saqueado por um ladrão de ossos. De início, toda a população se exaspera com a profanação das covas:

[...] Qual não foi a surpresa dos seus habitantes quando se veio a verificar nela um dos mais repugnantes crimes que se tenha na memória! Não se tratava de esquartejamento ou parricídio; não era assassinato de uma família inteira ou um assalto à coletoria. Era coisa pior, sacrílega aos olhos de todas as religiões e consciências: violaram-se as sepulturas do “Sossego”, do seu cemitério (BARRETO, 2010, p. 69).

Contudo, o horror se esvai quando os saqueadores são descobertos e vem à tona o motivo pelo qual profanavam as sepulturas: descobrem que os ossos roubados se transformavam em ouro.

[...] Foi diante da população inteira que foram neles reconhecidos o coletor Carvalhais e o coronel Bentes, rico fazendeiro e presidente da Câmara. Este último ainda vivia e, a perguntas repetidas que fizeram, pôde dizer que juntava os ossos para fazer ouro e o companheiro que fugira era o farmacêutico. Houve espanto e houve esperanças. Como fazer ouro com ossos? Seria possível? Mas aquele homem rico, respeitado, como desceria ao papel de ladrão de mortos se a coisa não fosse verdade! Se fosse possível fazer, se daqueles míseros despojos fúnebres se pudesse fazer alguns contos de réis, como não seria bom para todos eles! [...] às necessidades

de cada um, aqueles ossos que eram ouro, viriam a atender, satisfazer e felicitá-los. (BARRETO, 2010, p. 69/70).

Todos na cidade, exceto um bêbado que perambulava pelas ruas, passam a saquear túmulos em busca de ossos para transformar em ouro e obter algum dinheiro. A possibilidade de enriquecer varre a tradição com relação ao sossego dos mortos.

Espaços do Rio de Janeiro, como a Avenida Central, a Rua do Ouvidor, teatros, confeitarias e os casebres ou casarões do subúrbio ou do litoral carioca, bem como as chácaras, armazéns e distritos afastados do ritmo das cidades modernas, são palcos dos enredos desenvolvidos por Lima Barreto. No conto “Dentes negros e cabelos azuis”, observamos o protagonista em um deslumbramento, fascinado pela movimentação e pelas luzes da cidade em suas partes centrais:

[...] Morava eu nesse tempo em uma rua remota de uma estação de subúrbio afastado. Sem calçamento e mal iluminada, eu trilhava a desoras em busca da casa reconfortante. Afazer, e, em geral, a exigência do meu temperamento pelo bulfício, pela luz da cidade, faziam-me demorar nas ruas centrais” (BARRETO, 2010, p. 322/323).

Na narrativa, evidenciam-se as contradições da sociedade expressas no subúrbio mal iluminado e sem calçamento onde a personagem reside. Remete-nos aos projetos de iluminação das áreas centrais das cidades que objetivam estampar uma cidade moderna, promover saneamento atmosférico via gás ozônio e coibir a criminalidade e arroubos sexuais no cenário urbano (SILVA, 2012), revelando a iluminação como um dispositivo de educação do corpo pautada na contenção dos impulsos. No subúrbio pobre, a personagem é feita vítima de assalto, sendo possível observar que nos recônditos escuros da cidade, distante da vigilância das luzes, o crime corre solto:

[...] Certa noite, demorando-me mais do que o costume, fui saltar à estação pelas duas horas da madrugada. Tudo era ermo. Um ventinho constante soprava, inclinando as árvores das chácaras e agitando as amarelas luzernas de gás como espectros aterradores a escuridão aconchegava os morros nas suas dobras. As casas imóveis, caiadas, hermeticamente fechadas pareciam sepulcros com portas negras. A escuridão aconchegava os morros nas suas dobras. Pus-me a andar rapidamente, a rua era pouco larga, bordada de bambuais de um e outro lado, iluminada frouxamente e abobadada no nevoeiro era como uma longa galeria de museu. Em meio do caminho, alguém saltou-me na frente e, de faca em punho, disse-me: – Olá! Passe o “bronze” que tem” (BARRETO, 2010, p. 324, aspas no original)

Contraopondo-se a personagens encantadas pela cidade, Ernesto, de “O feiticeiro e o deputado”, opta por viver em um distrito longínquo para plantar couves, mesmo sendo doutor. Cazuzza, de “O único assassinato de Cazuzza”, recolhe-se em sua casa em um subúrbio afastado e nunca mais aparece na rua do Ouvidor e dr. Campos Bandeira, de “Foi buscar lâ”, após aposentar-se do cargo de professor da Escola Militar, assenta moradia em um sítio isolado.

Em “Manel Capineiro”, o modo de vida rural é expresso nas memórias da Estrada Real de Santa Cruz, permeada por velhas casas de fazenda e que exala intensidade de vida. Para o narrador, essa estrada onde se vê carvoeiros, capineiros, tropeiros a passar, parar no armazém para dormir, descansar, conversar e beber, enfim, socializarem-se naquela estrada distante do centro carioca, tem mais vida do que a Avenida Central e a rua do Ouvidor, ícones da modernização carioca:

[...] Eu a vejo todo dia de manhã, ao sair de casa e é minha admiração apreciar a intensidade de sua vida [...] são carvoeiros, com suas carroças pejudadas que passam; são os bois cheios de capim que vão vencendo os atoleiros e os “caldeirões”; as tropas e essa espécie de vagabundos rurais que fogem à rua urbana com horror (BARRETO, 2010, p. 477/478).

A crítica ao desrespeito à cultura de origem e à historicidade de um povo é tratada no conto “O feiticeiro e o deputado”, em que o repúdio às tradições é protagonizado pela classe política na alteração da feição das cidades, bem como de nomes dos bairros e ruas, apagando nomes originários do tupi que expressam ligação com os povos antigos e com a ancestralidade. O conto o “O feiticeiro e o deputado” se passa nos arredores do “[...] município Contra-Almirante Doutor Frederico Antônio da Mota Batista [...] antes do batismo burocrático, tivera o nome doce e espontâneo de Inhangá” (BARRETO, 2010, p. 203).

Indicações dessa transformação, que busca apagar resquícios do passado, também podem ser encontradas em “O moleque”:

[...] Há, parece, na fatalidade destas terras, uma necessidade de não conservar as impressões das sucessivas camadas de vida que elas deviam ter presenciado o desenvolvimento e o desaparecimento [sic]. Estes nomes tupaicos mesmo tendem a desaparecer [...]. Mesmo os nomes índios, como já foi observado, se apagam, vão se apagando, para dar lugar a nomes banais de figurões ainda mais banais de forma que essa pequena antiguidade de quatro séculos desaparecerá em breve (BARRETO, 2010, p. 142).

No entanto, nesse conto, o narrador celebra a resistência do bairro suburbano de Inhaúma que, além de preservar o seu nome caboclo, preserva enormes mangueiras em suas ruas ora estreitas, ora largas, onde não faltam pequenos jardins e hortas aos fundos das casas. Inhaúma resiste ao novo não só por preservar seu nome, mas também pela força das superstições que envolvem o bairro, enfim, nos modos de vida de sua população:

[...] Fogem para lá, sobretudo para seus morros e escuros arredores, aqueles que ainda querem cultivar a Divindade como seus avós. Nas suas redondezas, é o lugar das macumbas, das práticas de feitiçaria com que a teologia da polícia implica, pois não pode admitir nas nossas almas depósitos de crenças ancestrais. O espiritismo se mistura a eles e a sua difusão é pasmosa. A Igreja católica unicamente não satisfaz o nosso povo humilde. É quase abstrata para ele, teórica [...]. Os médiuns que curam merecem mais respeito e veneração que os mais famosos médicos da moda. (BARRETO, 2010, p. 143)

Em Inhaúma, os modelos arquitetônicos empreendidos pelo processo de modernização não se concretizam. Mesmo que no período da Primeira República se dissemine um modelo arquitetônico empreendedor de casas maiores, mais iluminadas e arejadas, em que os corpos são separados em quartos diferentes (COSTA, 1999). O conto “O moleque” indica que os poucos recursos financeiros forçam os indivíduos a amontoarem-se nos barracões com aposentos comuns. Os barracões são descritos pelo narrador como uma espécie arquitetônica típica dos subúrbios pobres:

[...] Não é a nossa conhecida choupana de sapê e de paredes “a sopapos”. É menos e é mais. É menos porque em geral é menor, com muito menos acomodações; e mais, porque a cobertura é mais civilizada; é de zinco ou de telhas. Há duas espécies, em uma as paredes são feitas de tábuas, às vezes, verdadeiramente tábuas; em outras, de pedaços de caixões. A espécie mais aparentada com o nosso “rancho” roceiro, possui as paredes como este: são de taipa. Estes últimos são mais baixos e a vegetação das bordas das ruas e caminhos os dissimula, aos olhos dos transeuntes; mas aqueles têm mais porte e não se envergonham de ser vistos. Há alguns com dois aposentos; mas quase sempre, tanto dos de um como de outra espécie, só possuem um. A cozinha é feita fora, sob um telheiro tosco, um puxado no telhado da edificação, para aproveitar o abrigo de uma das paredes da barraca; e tudo cercado do mais desolador abandono (BARRETO, 2010, p. 144).

Por sua vez, no conto “Lourenço, o magnífico”, a residência de Lourenço, corretor do mercado naval que tem exorbitantes rendimentos vendendo navios de guerra, atende aos preceitos arquitetônicos propagados no período de modernização do país. Na passagem em que Lourenço mobilia seu apartamento, podemos confirmar a gritante diferença na habitação de ricos e pobres no grande número de aposentos na casa: “[...] meu caro senhor – disse o negociante –, eu fiz o orçamento médio. Havia nele todo o mobiliário para os quartos de dormir, *bourdoir*, sala de visitas, etc.” (BARRETO, 2010, p. 514). O apartamento do rico Lourenço estampa a perspectiva de educação do corpo pautada na privacidade, sugerindo a existência de quartos separados, espaço coletivo e o aposento íntimo em que as damas se trocam ou recebem secretamente pessoas, o *boudoir*.

Alguns contos indicam que as alterações no cenário urbano e suburbano no período da Primeira República acarretam mudanças nos hábitos e comportamentos dos indivíduos. Em “Mágoa que rala”, o narrador memora tempos em que o Jardim Botânico era local para encontros festivos e piqueniques das grandes famílias e de seus agregados e sobre a proibição de tais atividades:

[...] Até bem pouco tempo, era o lugar predileto para os passeios burgueses e familiares. Era o lugar dos piqueniques e convescotes; e aos domingos e dias de festas, quem lá fosse, encontraria, à sombra das suas veneráveis árvores, famílias e convivas, criados e mucamas e noivos, a comer o leitão assado e o peru recheado, votivos à boa harmonia e felicidade dos lares, em dias de sacrifício doméstico do nosso culto aos penates. Foram proibidos (BARRETO, 2010, p. 235).

No conto não há menções dos motivos pelos quais os encontros festivos no parque foram proibidos, contudo, observamos que tal proibição evocou certo abandono ao parque, que

[...] deixou de ser falado nos jornais, nas crônicas elegantes, não mais foi escolhido para festividades mundanas a estrangeiros de distinção efêmera; e a massa dos cariocas desabitua-se de lhe ouvir o nome, nem vendo sua alameda senhorial de palmeiras nas notas do Tesouro, esqueceu-se daquele pedaço da cidade” (BARRETO, 2010, p. 235).

Neste conto, também há menções de que, para frequentar o Jardim Botânico, passou-se a exigir uso de colarinho e gravata “[...] não se entrando, como é sabido, naquele logradouro público sem esses complementos de vestuário” (BARRETO, 2010, p. 241). Há a exigência de vestuário adequado para circulação e permanência no Jardim Botânico, estabelecendo uma vestimenta à moda parisiense e uma educação do corpo ditadas pelos manuais de civilidade e Códigos de Posturas municipais. Os Códigos de Posturas dos Municípios e os manuais de civilidade e suas noções de etiqueta que difundem modos de se exhibir em público, inscrevem no corpo a contenção de movimentos e a regulação dos excessos (PECHMAN, 1999), bem como o comedimento no tom de voz, proibição do tabagismo e de vestuário considerado inadequado em espaços públicos (MORENO; SEGANTINI, 2006). Nesse sentido envolve a disciplinarização do corpo e a uniformização de comportamentos sociais.

Elementos do conto “Uma noite no Lírico” elucidam essa uniformização de comportamentos. No teatro, Frederico Bastos observa homens de casacas corretas e senhoras vestidas com alta costura e encanta-se por ver os cavalheiros frequentadores do local se curvarem em cumprimento aos outros e beijar as mãos das damas com gestos e posturas elegantes. Frederico encanta-se com as noções de etiqueta difundidas no período da Primeira República que envolve toda uma mecanização de gestos e modos de proceder perante os outros.

Destarte, nos espaços urbanos que anunciam o moderno, como confeitarias, restaurantes, cafés, parques, teatros e demais logradouros, exigem-se uma nova postura corporal e uma disciplina do corpo. Essa disciplinarização é exigência das sociedades industriais e atingem de modo sutil o corpo dos indivíduos e se faz num processo ininterrupto de sujeição dos instintos a uma série de normas e hábitos que auxiliam numa adaptação psicofísica às condições de trabalho nas sociedades industriais, pautada na repetição e precisão de movimentos (GRAMSCI, 2001).

Em contos que tratam questões relativas ao regime republicano e à política, Lima Barreto, de forma metafórica, aponta elementos de corrupção nos Três Poderes, os conchavos e a hipocrisia reinante na política instituída, bem como as falcatruas da classe política que se instaura no poder e manobra as leis em benefício próprio. Esses contos guardam semelhanças com falhas nacionais em relação ao regime republicano, apontando a inadequação de comportamentos da classe política e da população no republicanismo, regime que se baseia na prevenção a tiranias e na soberania do povo (CARDOSO, 2013).

Uma série de narrativas sobre o país fictício de Al-Patak – simulacro para o Brasil – exploram a mesquinhez das elites políticas, denunciando as oligarquias, o nepotismo, as despóticas atitudes dos governantes e as mazelas do povo. Al-Patak é tomado pelo usurpador Abu-Al-Dudhut¹³, que passa a dirigir o país juntamente com chefes de Estado corruptos, ímpios e despreparados para as funções.

Nos contos que envolvem a figura do sultão Abu-Al-Dhudut, seus ministros e secretários, o narrador critica a instalação de um governo ilegítimo, conquistado por meio de um golpe militar e sustentado à custa de conchavos políticos e ações arbitrárias. Em passagens como “[...] Abu-al-Dhudut gozava placidamente do trono do país de Al-Patak, que ele tinha usurpado da maneira mais inconcebível” (BARRETO, 2010, p. 355), “[...] com este, negociava isto; com aquele, barganhava aquilo” (p. 370) e “[...] para os principados vassalos, nomeava parentes obscuros, chegando até fazer ulemá do Beit el-Mal, juiz das heranças, um seu primo que não sabia ler” (p. 356), o escritor elucida suas críticas à postura do ditador.

A expectativa de que a mobilização popular derrube o governo que tanto mal faz ao povo é explicitada no conto “S.A.I Jan Ghothe”: “[...] Um dia veio, porém, que não se sabe como, o povo se levantou, levou a tropa de vencida, varou as muralhas que cercavam o palácio de Abu-al-Dhudut e tratou de pô-lo na rua” (BARRETO, 2010, p. 356). Lima Barreto apresenta o sultão como um déspota de baixos escrúpulos que governa em causa própria, nomeando parentes incompetentes para ocupar cargos no governo e que rouba constantemente as riquezas nacionais.

A conjunção de um bloco de aliados do governo é também desvelada nos contos em que o escritor trata de assuntos políticos, bem como acordos entre aliados e opositores para a manutenção da estrutura econômica do país. Em “O reconhecimento”, essa estrutura é revelada com a alegação de que o reino possui juizes, tribunais e uma espécie de parlamento

¹³ Segundo Rosso (2010), o usurpador Abu-Al-Dudhut é um simulacro em referência ao Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente militar do governo provisório da República.

que é chefiado pelo irmão do sultão, o príncipe Jan Ghothe. O príncipe regula a entrada dos representantes do povo de acordo com os interesses do sultanato, fazendo barganhas e recebendo dinheiro de alguns deles. Nesse conto, há ainda a ideia de que alguns parlamentares adentram a política mediante chantagens. Para reconhecer um parlamentar, o tal príncipe cobra uma alta quantia em dinheiro. Contudo, munido de documentos que comprometem o chefe do parlamento, o candidato eleito tem garantido o seu mandato sem pagar qualquer valor.

As fraudes eleitorais e o despreparo da classe política também são explorados em alguns contos. Em “Um candidato”, um deputado afirma que não pretende fazer nada no parlamento, que não entende nada sobre leis e que ingressou na política para ganhar dinheiro para saldar suas dívidas. Em diálogo do deputado, fica evidente que ele conseguiu a cadeira na Câmara devido a fraudes eleitorais e que pretende obter reconhecimento sendo totalmente subserviente ao general:

- [...] – Teve grande votação?
 – Que votação, menino! Isso lá é preciso!... Eu tenho atas, livros e livros... Não preciso de mais nada.
 – Mas o seu rival talvez tivesse eleitores e...
 – Que eleitores! Pr’a quê? Eleitores são as assinaturas dos mesários e arranjei um espanhol que faz elas tão bem como cada um deles.
 – E o reconhecimento?
 – É disso que vou tratar com o general. Vou lhe dizer que se ele arranjar o meu reconhecimento, ponho até cabresto e barbicacho... (BARRETO, 2010, p. 376).

Em “A fraude eleitoral” fica evidente a falsa pretensão de acabarem-se com as fraudes nos processos eleitorais do período, pois elas beneficiam a muitos parlamentares. No conto, uma comissão de parlamentares de diferentes partidos se reúne periodicamente para discutir um projeto eficaz para acabar com as fraudes nas eleições. As propostas deixam os parlamentares perturbados, pois inviabilizaria que membros daquela comissão conseguissem se eleger. Sarcasticamente, Lima Barreto finaliza o conto enfatizando que aquela comissão, que há seis anos se reunia, não apresenta o projeto em plenário, continuando a discutir meios eficazes de acabar com as fraudes nas eleições.

Ao final da Primeira República, ressoa no país a perspectiva de uma República que fracassou. Nagle (1976) pontua o desolamento de republicanos expresso na ideia “a República que não foi”. As metáforas utilizadas nos contos indicam que tal fracasso advém de uma organização republicana que não se efetivou, tendo em vista que os interesses do povo foram ignorados e realizaram-se interesses de um pequeno grupo. Nesse sentido, as fraudes eleitorais e a força das oligarquias inerentes à Primeira República (CARVALHO, 1987) guardam íntimas relações com os contos de Lima Barreto.

Também aparecem nos contos questões relativas aos altos gastos do governo com construções, contrastando com a miséria da população. Em “Boa medida”, o sultão de Kambalu, ao ver a penúria da população de seu país, convoca uma reunião com personalidades importantes do reino, mas não escuta as ideias do conclave para superação da miséria, resolvendo por si só construir palácios magníficos. Para isso, cobra impostos, contrata engenheiros estrangeiros, importa ouro e jaspe para a construção de um imenso palácio, como se essa construção trouxesse enriquecimento ao povo e extinção das doenças que dizimava a população. A situação miserável do povo diante de um país em transformação resultou, ao final da construção, o extermínio de todos do reino. Abbas I adentrou ao palácio e não havia mais nenhum criado para servi-lo “[...] toda a gente do país havia morrido de fome e de moléstia; e ele veio também a morrer de fome porque não havia quem plantasse, quem colhesse, quem criasse etc. etc.” (BARRETO, 2010, p. 444).

A fictícia história de Kambalu guarda relações com as reformas urbanas processadas no Brasil da Primeira República. As reformas contaram com a construção de suntuosas edificações, abertura de largas avenidas e construção de espaços privados de convívio deixando um rastro de miséria, epidemias, segregação e morte dos mais pobres (SCHWARCZ, 2012). Nesse contexto, milhares de trabalhadores perecem pela miséria e por epidemias que também passam a atingir as elites, forçando a execução de políticas de educação do corpo que objetivam barrar a mortalidade, abrindo caminhos para intervenções sanitaristas em meio à população pobre, sendo difundidas lições de assepsia do corpo, da casa, dos utensílios domésticos e a noção de separação dos corpos (RAGO, 1985).

Na série dos contos que Lima Barreto trata do funcionamento da República em sua organização política fica evidente que, no Brasil que vai se consolidando sob a determinação do capitalismo, a corrupção, o superfaturamento de obras, a aplicação de projetos que renovam a arquitetura da cidade, o nepotismo e a indicação de pessoas despreparadas para ocupação de cargos no governo, bem como os conchavos políticos e chantagens, fazem parte da estrutura da sociedade que se consolida.

c) Conhecimento científico, educação formal e desigualdade de classe

Nos contos, existem elementos que dão base para perceber que o conhecimento científico e a educação formal são bases de sustentação do modo produtivo burguês e reproduzem a desigualdade. Alguns contos que remetem a questão da educação revelam a contradição entre a pretensão do Estado em popularizar a escolarização e a permanência de

um sistema de ensino que exclui a classe operária. De acordo com Nagle (1976), na Primeira República, há grande movimentação intelectual em prol da popularização do ensino. Nas décadas finais do século XIX e início do século XX, a educação popular foi uma das bandeiras de luta dos liberais republicanos (SOUZA, 2006).

Embora a educação escolar para as massas tenha sido enaltecida no período da Primeira República, principalmente no que se refere ao ensino primário nos grupos escolares, a expansão do ensino não acompanhou as demandas, contrariando as propostas de ofertar educação para as massas. Além dos baixos investimentos por parte do Estado na consolidação dos projetos de educação, há também baixa adesão da população ao ensino escolar (SOUZA, 2006). Conforme Souza (2006), só no Estado de São Paulo, 67,8% das crianças em idade escolar não frequentavam escolas e, dentre estudantes de classe trabalhadora que frequentavam as instituições de ensino, excluía-se os mais pobres, os miseráveis e os negros.

Apesar das iniciativas para expansão do ensino, os investimentos em educação não permitiram a popularização do ensino no período da Primeira República. Além do mais, no contexto de transformações protagonizadas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, a demanda por força de trabalho requer utilização de mão de obra infantil no período. Isso se apresenta como entrave ao acesso à escola. A criança da classe trabalhadora também é requisitada pelo trabalho e isso dificulta para que consiga ir à escola, revelando um contrassenso: “[...] a utilização do trabalho da criança foi prática comum, ao mesmo tempo em que o início da organização do ensino primário público, com os grupos escolares, demonstrava que a educação compunha um projeto modernizador para o país” (ANDREOTTI, s/d, p. 02).

No conto “O moleque” encontramos elementos referentes à difícil realidade que os pobres enfrentam para garantir a escolarização dos filhos. A necessidade de utilização de mão de obra infantil, determinada pelo processo produtivo, dificulta o acesso à escola. Zeca, filho de lavadeira, está em idade escolar, mas por ter que ajudar a mãe nos rendimentos da família, é privado de ir à escola:

[...] A mãe tinha vontade de pô-lo no colégio; ela sentia a necessidade disso todas as vezes que era obrigada a somar os réis; não sabendo ler, escrever e contar, tinha que pedir a “seu” Frederico, aquele “branco” que fora colega de seu marido. Mas pondo-o no colégio, quem havia de levar-lhe e trazer-lhe a roupa? (BARRETO, 2010, p. 147, grifos no original).

Por sua vez, Horácio, de “O filho da Gabriela”, após a morte da mãe, é adotado por seus padrinhos ricos e só aí passa a ir à escola, e, por influência da madrinha, recebe até a instrução secundária.

Em alguns contos, Lima Barreto enfatiza o prestígio de que gozam os homens escolarizados e com título de doutor, balizando a educação formal como elemento de desigualdade entre indivíduos. Nos contos, os doutores médicos, juizes, advogados, físicos, químicos, botânicos entre outros catedráticos, são bem quistos na sociedade, arranjando-se facilmente em cargos públicos e gozando de fama e prestígio social. No conto “Harakashy e as escolas de Java” aparece a ideia de que homens pertencentes à Academia de Letras

[...] tem facilidade em arranjar bons empregos na diplomacia, na alta administração; e a grande burguesia da terra, burguesia de acumuladores de empregos, de políticos de honestidade suspeita, de leguleiros afreguesados, de médicos milagrosos ou de ricos desavergonhados, cujas riquezas foram feitas à sombra de iníquas e aladroadas leis – essa burguesia, continuando, tem em grande conta o título de membro da academia (BARRETO, 2010, p.153/154).

A superioridade da classe letrada é evidenciada na facilidade dos intelectuais para empregar-se em atividades que exijam pouca experiência ou esforços, tendo em vista que na Ilha de Java, na Universidade da Batávia, os estudiosos não se esforçam nos estudos, mas se cobrem de regalias com as conquistas.

[...] O sábio da Batávia é o contrário de todos os outros sábios do mundo. Não é um modesto professor que vive com seus livros, seus algarismos, suas retortas ou *éprouvettes*. O sábio de Java, ao contrário, é sempre um ricaço que foge dos laboratórios, dos livros, das retortas, dos cadinhos, das *épuras*, dos microscópios, das equatoriais, dos telescópios, das cobaias, tem cinco ou seis empregos, cada qual mais famoso, e não falta às festas mundanas (BARRETO, 2010, p. 157).

Contrapondo ao prestígio e facilidade em garantir meios de sobrevivência, a situação dos trabalhadores sem qualificação se mostra diferente. Personagens pobres e sem títulos acadêmicos como Felismino Xubregas, do conto “Um do povo”, tem de se empregar em ofícios que exigem esforço físico e sem privilégios sociais. Xubregas emprega-se como lenhador, balconista, servente de pedreiro e estabiliza-se no mercado de trabalho como furador de fossas, ocupando postos de trabalhos estritamente manuais.

Os dois contos em questão oferecem elementos que possibilitam compreender que está em curso a separação entre atividades de execução e concepção, revelando a dicotomia corpo/mente que determina processos educacionais, distanciando a atividade prática da intelectual, acirrando a fragmentação do trabalho, característica da sociedade burguesa (ZOBOLI, 2012).

O conto “*Agaricus Auditae*” indica o quanto o conhecimento pode ser usado de forma utilitarista para fins particulares ou de determinados interesses em determinadas situações e

contextos. A ciência brasileira é criticada por Lima Barreto no conto quando Alexandre Ventura, um botanista, precisa escrever um artigo inédito para adentrar em um grupo intelectual, postar-se melhor socialmente e conseguir um casamento com uma moça rica. O artigo produzido é repleto de palavras elegantes, teatrais diálogos com cientistas de renome e uma coletânea de concepções alheias. Em alguns momentos, o próprio Alexandre diverte-se com o modo com o qual produz seu artigo, com a facilidade que tem para redigi-lo, bastando utilizar um vocabulário rebuscado e os procedimentos corretos, basicamente usando a transcrição de autores renomados.

[...] A ciência brasileira tem seus lados notáveis e singulares e um deles é a presteza em seus trabalhos. Isto é devido ao fato que, para os outros sábios, o objeto da ciência está no mundo, exigindo pesquisas, observações e experiências demoradas; nós, porém, pouco nos importamos com o mundo. **Há livros; fazemos ciência.** Com eles, revistas, memórias dos outros, sem ir diretamente à natureza, estudam-se detalhes, arquiteta-se uma teoria nova que escapou aos grandes mestres das grandes obras. A questão é combinar um com outro, embora antagônicos... (BARRETO, 2010, p. 196, grifo nosso).

A farsa do conhecimento apresentado não é percebida e o botânico consegue a sua finalidade: entra para uma academia de intelectuais e, em melhor posição social, casa-se com uma mulher rica.

Elementos que indicam uma apropriação do conhecimento alheio de forma passiva por parte dos doutores brasileiros também é tratada em “A biblioteca”. Fausto Carregal é o herdeiro da biblioteca do pai que “[...] dedicara-se, a seu modo e ao nosso jeito, à Química. Tinha por ela uma grande mania... bibliográfica” (BARRETO, 2010, p. 221). Relembrando o pai e sua dedicação à química, Carregal estranha que

[...] apesar do amor de seu progenitor à Química, nunca ele o vira com *éprouvettes*, com copos graduados, com retortas. Eram só livros que ele procurava, como os velhos sábios brasileiros, seu pai tinha horror ao laboratório, à experiência feita com as suas mãos, ele mesmo...” (BARRETO, 2010, p. 222).

Nesse sentido, refere-se ao jeito dos cientistas fazerem ciência por meio de outros devido a suas “manias bibliográficas”, tal como é pontuado em “*Agaricus Auditae*”, em que Alexandre produz seu artigo distanciando de pesquisas e experiências demoradas, fazendo sua ciência apenas por meio de livros. Essa questão nos remete à Primeira República e os projetos higienistas desenvolvidos objetivando solucionar problemas sociais causados pelas contradições engendradas pelo modo produtivo em consolidação. A apropriação do pensamento científico corrente, europeizado, racista e que ignora a materialidade, se fez presente no período, embasando os procedimentos de educação do corpo.

Em “A biblioteca” também aparece explícita a vinculação entre educação formal e distanciamento de trabalhos manuais. Fausto Carregal tinha por expectativa que um de seus

filhos se tornasse um grande sábio, sendo sempre questionado pela esposa a esse respeito. Para a esposa, a vida deveria se resumir a viver sem grandes esforços e, por isso, “[...] jamais se esforçou para que os seus filhos fossem além do ler, escrever e contar; e isso mesmo a fim de arranjam um emprego que não fosse braçal, pesado ou servil” (BARRETO, 2010, p. 223).

Nesse sentido, evidencia-se que, na sociedade que se configura no início do século XX no Brasil, a educação e a ciência são elementos de adensamento de desigualdades sociais e base para a consolidação e manutenção da estrutura social burguesa. A classe trabalhadora, excluída do processo de escolarização formal, não recebendo maior qualificação, fica impedida de alcançar melhores postos de trabalho, possibilitando a reprodução da força de trabalho em funções estritamente de execução.

Em alguns contos, os intelectuais são ridicularizados, sugerindo que o ensino pelo qual passam os doutores apenas leva-os a boas posições sociais, não necessariamente, fazendo deles homens sábios. Em passagens do conto “Como o “homem” chegou”, há elementos que indicam o desconhecimento de dois doutores em questões cotidianas. No conto, Dr. Barrado, encarregado de capturar um homem considerado louco, tem dificuldades de compreender aspectos básicos de física e de cartografia. Isso se torna explícito em duas situações: quando o doutor tenta levar um carro forte pelo mar e imagina que vai até o destino com o veículo flutuando e assim que o carro adentra à água “[...] consoante as ordens promanadas do saber de Barrado e, logo que achou água suficiente, foi ao fundo com grande desprezo pela hidrostática do doutor” (BARRETO, 2010, p. 128); e também na embarcação rumo à Manaus, onde vai buscar o louco. Na ocasião, Dr. Barrado envia telegrama ao chefe, Dr. Silly, consultando-o acerca de sua pretensão em desembarcar e ir por terra, pois olha um mapa e vê que a distância pelo mar é maior do que por terra, ignorando proporções e escalas cartográficas. O telegrama denuncia a má escrita do doutor, bem como sua ignorância cartográfica: “[...] melhor carro ir terra faltam três dedos mar alonga caminho” (BARRETO, 2010, p. 130). Chegando a Manaus, desembarcando o carro forte, Dr. Barrado teme que o peso do blindado venha a afundar o cais levando o carro, o cais e a todos ao fundo do rio. A ridicularização do doutor que ignora a física nos aspectos relativos à flutuação e desconhece proporções cartográficas elucidam o conhecimento fracionado, produtor do alheamento dos doutores em relação assuntos diversos.

Em “Um debate acadêmico” e “As teorias do dr. Caruru”, Lima Barreto reforça a ignorância dos intelectuais na apropriação inadequada de conteúdos e reprodução dos saberes,

ignorando questões concretas. Em “Um debate acadêmico”, intelectuais tratam da origem e do significado de um termo baseando-se em saberes que desconhecem e construindo suas teorias.

[...] O acadêmico Frânio Julius (descendente de Júlio César) era de opinião que “manicofa” vinha do idioma inca. Ele não sabia nada de inca, como, talvez, ninguém; mas com o auxílio da medicina legal, afirmava peremptoriamente que a palavra se originava do idioma falado pelos antigos habitantes do Peru. A isso, com considerações tiradas do Jornini, na Arte Militar, o general Von Bambuh era de parecer que a palavra vinha do idioma muísca. Estavam as coisas nesse pé, quando, naquele dia, os acadêmicos reuniram no cenotáfio, para ouvir o sapiente relatório do acadêmico Ghama, homem de altas luzes e grandes posições, que opinava ser o vocábulo originário do idioma polinésico. Como os dois colegas anteriores, ele ignorava esse idioma mas tinha grandes argumentos tirados das portentosas obras da baronesa de Staffe (BARRETO, 2010, p. 423, aspas no original).

Em “As teorias do dr. Caruru”, Lima Barreto ironiza o pensamento científico corrente da época, aliando as teorias em voga no período, filiadas ao determinismo biológico, como coisas que não se deve levar a sério, tratando-as em tom jocoso. Essa perspectiva pode ser observada quando o protagonista, Dr. Caruru, é apresentado pelo narrador como conhecedor do que considera como coisas engraçadas. O médico é “[...] uma sumidade em matéria de psiquiatria, criminologia, medicina legal e **outras coisas divertidas**” (BARRETO, 2010, p. 413, grifo nosso).

Como o típico cientista nacional que vê nos livros inúmeras teorias e se apropria delas sem grandes reflexões, Dr. Caruru, na ocasião da morte do pintor Francisco Murga, causada por um repentino ataque cardíaco, apenas as reproduz. Ao ver no jornal a notícia da morte do pintor e a informação de que Francisco, em um momento da vida, havia se entregado à boemia, Caruru se viu na oportunidade de comprovar seus conhecimentos.

[...] O dr. Caruru exultou. Que caso! Devia ser um exemplar de dipsomaníaco, de degenerado superior e ele, o doutor, como chefe do Gabinete da Polícia, ia ter o seu cadáver às ordens, para bem verificar suas teorias mais ou menos à Lavater ou Gall¹⁴. A diferença entre ele e estes dois últimos é que Caruru encontrava seguros indícios do caráter, da inteligência etc. dos indivíduos em todas as partes do corpo [...]. Caruru vestiu-se e correu à faculdade. Aos primeiros estudantes que lá apareceram, Caruru os convidou para irem ao necrotério verificar a certeza de asserções que fazia no seu célebre livro, escrito ao estilo de Rui de Pina e, por pouco, que não o era no ano da *Notícia de partiçam*. Chegado que foi ao necrotério, o dr. Caruru armou-se de uma bateria de compassos graduados, de uma porção de régua, de todo um arsenal de instrumentos de antropométrica e começou a preleção diante do cadáver” (BARRETO, 2010, p. 414).

Adepto às teorias deterministas muito em voga no período da Primeira República, relacionando a informação de que o pintor levava uma vida boêmia, o médico se assegura de que encontrará indícios de mau feitio de caráter a partir de exame do corpo e, afirmando que

¹⁴ Referência a Johann Kaspar Lavater (1741-1801), estudioso da fisionomia que relacionava a personalidade a traços fisionômicos e Franz Joseph Gall (1758-1828), estudioso da frenologia que relacionava o caráter e o grau de criminalidade à forma do crânio.

todos os presentes no necrotério estão diante de um degenerado, de um “[...] bêbado incorrigível, vagabundo, incapaz de afeições, de dedicações” (p. 415), munido com os instrumentos de medida, examina o cadáver e reafirma que Francisco Murga é um degenerado: “[...] Vejam só! O pé direito mede quase mais um centímetro que o esquerdo. Não é o que eu dizia? É um degenerado” (BARRETO, 2010, p. 415).

No conto, Doutor Caruru se faz porta voz do pensamento científico que ressoa em finais do século XIX e início do século XX, pautado em teorias deterministas gestadas no continente europeu, como a teoria da degenerescência, a eugenia, a antropologia criminal e o racismo.

Entretanto, a teoria do doutor é imediatamente refutada pelo servente que assistia ao exame:

[...] – Vossa Excelência só por causa dos pés do senhor Murga não pode dizer isto. Ele não nasceu assim. – Como foi então? – Fui seu amigo e devo-lhe muitos favores. Eu conto a Vossa Excelência... “Seu” Murga teve um tumor no pé direito e foi obrigado a andar com um chinelo num pé, durante cerca de dois meses, enquanto o esquerdo estava calçado. Naturalmente aquele aumentou enquanto o outro ficava parado, foi por isso. (BARRETO, 2010, p. 415, aspas no original).

No conto, Lima Barreto pontua a fragilidade das teorias deterministas e revela que o conhecimento científico é passível de equívocos e que pode embasar explicações absurdas, entretanto, observamos a força destas teorias no Brasil da Primeira República e que elas embasaram práticas ligadas ao combate da degenerescência fundamentadas na eugenia. A luta empreendida contra a degenerescência envolveu o combate à reprodução consanguínea entre doentes mentais, deficientes físicos e alcoólatras (GÓIS JÚNIOR, 2014), buscando corrigir desvios inatos para melhoramento das linhagens hereditárias (MAI; ANGERAMI, 2006). Esse arcabouço científico engendrou projetos higienistas ignorando as condições concretas, segregou, encarcerou e disciplinou corpos a serviço do capital.

Reminiscências de eugenia revelam-se no conto “Miss Edith e seu tio”, em que a chegada de dois ingleses para habitar uma pensão familiar causa agitação e especulações acerca da superioridade dos ingleses em relação ao brasileiro. Os moradores travam uma acalorada discussão, não sendo de comum acordo tal superioridade. Contudo, o Dr. Benevente parece por fim à discussão, fazendo com que todos engulam de fato de que a boa ascendência europeia é comprovada pela ciência:

[...] – É um fato, meu caro senhor. O nosso amor à verdade leva-nos a tal convicção. Que se há de fazer? A Ciência prova. A palavra altissonante de Ciência, pronunciada naquela sala mediocremente espiritual, ressoou com estridências de clarim a anunciar a vitória. Dona Sofia virou-se e olhou com espanto o bacharel; Magalhães abaixou afirmativamente a cabeça; Irene arregalou os olhos; e Mme. Barbosa deixou de arrumar as xícaras de chá na étagère. Melo não discutiu mais e Benevente continuou a exaltar as virtudes dos ingleses (BARRETO, 2010, p. 117).

Após conclamar a ciência em sua comprovação da superioridade dos ingleses, Benevente continua sua ode, afirmando que os ingleses têm muito a contribuir com o país por sua capacidade de iniciativa, audácia comercial, honestidade, lealdade e, acrescenta outro morador, com o senso de moralidade deste povo.

Nas décadas iniciais da República a crença na superioridade do branco europeu materializou-se em projetos de valorização de políticas de imigração de caucasianos para aperfeiçoamento/embranquecimento do brasileiro (RAGO, 1985), considerado de raça frágil devido à miscigenação racial entre raças consideradas inferiores – índios e negros (IANNI, 1992). Ademais, as políticas de melhoramento da raça envolviam também a necessidade de construção de um *ethos* do trabalho aos moldes do capital (RAGO, 1985) no país, recém-saído do regime de trabalho escravo.

Em contos como “O pecado” e “Dentes negros e cabelos azuis” e “Clara dos anjos” é possível ver intensidade com a qual o pensamento científico corrente se processa na sociedade deixando um rastro de discriminação, preconceito racial e exclusão. Versando sobre a entrada de um homem negro no céu, Lima Barreto insinua em “O pecado”, que a discriminação racial vai além da vida terrena. Mesmo após a morte o negro é posto em suspeita pelas entidades celestes que controlam a entrada no paraíso. Revisando a lista dos que morreriam no dia seguinte, São Pedro depara-se com a descrição de um homem de conduta admirável, compreendendo que sua alma deveria logo ser uma das escolhidas para sentar-se à direita de Deus:

[...] P.L.C, filho de... neto de... bisneto de... carregador. 48 anos. Casado. Honesto. Caridoso. Leal. Pobre de espírito. Ignaro. Bom como são Francisco de Assis. Virtuoso como são Bernardo e meigo como o próprio Cristo. É um justo! Deveras, pensou o Santo Porteiro, é uma alma excepcional; com tão extraordinárias qualidades bem merecia assentar-se à direita do Eterno e lá ficar, per *saecula saeculorum*, gozando a glória perene de quem foi tantas vezes santo... (BARRETO, 2010, p. 547).

Após ler a ficha do aspirante à vaga no céu e não ver a indicação do secretário celeste de que o homem ficaria no paraíso, São Pedro pediu ao escriturário do céu que revisasse os registros sobre o homem. O escriturário folheia os registros e, relendo a ficha do sujeito, exaltando mais uma vez todas as qualidades que deixara São Pedro admirado, segue para ler se há alguma informação adicional e “[...] nas Observações, deparou qualquer coisa que o fez dizer de súbito: – Esquecia-me... Houve um engano. É! Foi bom você falar. Essa alma é a de um negro. Vai pro purgatório (BARRETO, 2010, p. 547).

Em “Dentes negros e cabelos azuis” há também alusão à inferiorização racial. O protagonista se sente desprezado pela sociedade devido às suas características físicas,

havendo indicações de que tem penas pelo corpo, os dentes negros e os cabelos azuis. Ele sofre e sente ódio dos que, diuturnamente, se espantam com sua aparência e o ofendem. Narrando sobre sua triste sina, pontua que aonde vai é recordado de sua desgraça pelos que o chamam de monstro e que, entre todos os gritos, soa mais alto o grito de um intelectual de cartola que berra a plenos pulmões:

[...] Posso lhe afirmar que é um degenerado, um inferior, as modificações que ele apresenta correspondem a diferenças bastardas, desprezíveis de estrutura física; vinte mil sábios alemães, ingleses, belgas, afirmam e sustentam (BARRETO, 2010, p. 328).

No conto “Clara dos Anjos”, Clara, moça negra de família modesta do subúrbio, também é feita vítima do preconceito racial e envolve-se com Júlio Costa, moço branco de família rica. Depois de muita insistência do rapaz, namoram às escondidas, pois Júlio não assume sua relação perante a sociedade, e Clara, acreditando nos sentimentos dele, se entrega e acaba engravidando. Mesmo tendo lhe prometido casamento, Júlio desaparece. Clara vai até a casa do rapaz contar a situação à mãe de Júlio, na expectativa de que ela a acolha e faça com que ele a despose. A mãe que já protegera Júlio da prisão pela mesma situação com outras moças, a repreende, desqualificando-a para esposa de seu filho: “[...] – Ora, esta! Você não se enxerga! Você não vê mesmo que meu filho não é para se casar com gente da laia de você! Ele não amarrou você, ele não amordaçou você... Vá-se embora, rapariga! Ora já se viu! vá!” (BARRETO, 2010, p. 254). Após ser escorraçada da casa, Clara “[...] viu bem a sua condição na sociedade, o seu estado de inferioridade permanente, sem poder aspirar à coisa mais simples que todas as moças aspiram” (BARRETO, 2010, p. 225).

O conto “Um que vendeu a sua alma” apresenta elementos que indicam que o conhecimento da época devia ser posto em dúvida e que “a horrível mania de certeza” acompanhava muitos intelectuais.

[...] Desde que perdi a fé no meu Lacroix¹⁵; desde que me convenci da existência de muitas geometrias a se contradizerem nas suas definições e teoremas mais vulgares; desde então deixei que a certeza ficasse com os antropologistas, etnólogos, florianistas, sociólogos e outros de igual jaez (BARRETO, 2010, p. 492).

A personagem protagonista do conto anuncia quando que se livrou da mania de certeza, se convenceu de que existem contradições em diversos assuntos, abrindo-se para a dúvida e diferentes pontos de vista, entretanto, nos cientistas o modo de ver as coisas sob um único ponto de vista, ainda permanece.

¹⁵ Segundo nota de Schwarcz (2010), é referência ao pintor do Romantismo francês, Eugène Delacroix.

d) Relações sexuais e afetivas

Nos contos é possível apreender que as relações sociais e sexuais se desenvolvem determinadas pelo modo produtivo que se instaura e expressam desigualdade social. Os envolvimento afetivos e sexuais são diferentes de acordo com a posição social dos indivíduos, sendo ainda tributários da sociedade do capital novos comportamentos e papéis sociais nos espaços públicos e privados, guardando relações com dispositivos de educação do corpo em voga no período da Primeira República.

No conto “Milagre de Natal”, o interesse em perpetuar ou ampliar a condição socioeconômica determina a escolha do parceiro e da parceira para casar. É preocupação constante arranjar um pretendente da mesma posição social para os filhos em idade de casar: “[...] os pais sempre procuram casar as filhas na classe que pertencem: os negociantes com negociantes ou caixeiros; os militares com outros militares; os médicos com outros médicos e assim por diante” (BARRETO, 2010, p. 482).

Em termos de relações sociais, os espaços estão muito bem delineados. Em cenários de um Rio de Janeiro modernizado, a classe econômica alta e média, doutores, intelectuais, parlamentares e militares de patentes superiores se encontram para conversas, geralmente regadas a bebidas, frequentam teatros, cafés, confeitarias e restaurantes, em trajés elegantes e cartolas e, quando acompanhados de suas senhoras, elas estão igualmente bem vestidas. Os contos revelam elementos relativos à segregação dos corpos, tendo em vista que membros da classe trabalhadora não são mencionados como frequentadores de cafés ou restaurantes, tampouco se demoram em passeios em locais suntuosos das ruas centrais. As relações entre membros de uma mesma classe se processam nestes espaços e também guardam relações com a *Belle Époque* nacional no início do século XX, com a difusão de noções de etiqueta e o vestuário à moda europeia que toma a classe abastada.

Observamos, em alguns contos, que homens da classe alta frequentam casas de prostituição para se divertirem ou se relacionarem sexualmente com mulheres públicas. Em “El-Kazenadji”, Lima Barreto narra a conduta de membros ligados ao governo de Al-Patak na figura de Sidi Ercu ben-Lanod, ministro de negócios internos do reino e do chefe de polícia Pess-ben-Hôa¹⁶. As personagens têm por hábito passar as noites fora de casa, deixando-se levar pelo vício em licores, cercado-se de mulheres e profanando as regras da religião que professam: “[...] logo se encaminhavam para uma grande casa de uma velha francesa, de

¹⁶ Conforme Rosso (2010), é referência a Epiácio Pessoa.

nome Suzah-Hana, a que chamavam – Cidade das Flores; e entregavam-se a todos os pecados que a religião proíbe” (BARRETO, 2010, p. 359). Embora Sidi Lanod e Pess-ben-Hôa sejam casados, satisfazem seus desejos sexuais com prostitutas.

Em “Abertura do Congresso”, a relação com prostitutas também é mencionada. Figurões da política nacional se entregam aos prazeres em um jantar de pompas num restaurante carioca. Estão acompanhados de suas amantes, luxuosas prostitutas, com as quais comentam sobre suas falcatruas. A classe política e militar, que têm como tarefa manter a ordem, deixa fruir seus desejos, passando noites inteiras com prostitutas, tentando vetar tais comportamentos à classe operária.

Em “Um especialista”, membros da elite também possuem comportamentos censurados pela moral burguesa, mas não sofrem nenhuma repressão. O coronel Carvalho, que comanda uma fábrica de fósforos, e o comendador Costa, mercador, ambos ricos portugueses, encontram-se diariamente e vivem uma vida solta:

[...] Coronel Carvalho [...] era um plácido burguês, gordo, ventruado, cheio de brilhantes [...] viúvo, sem filhos, levava a vida de moço rico. Frequentava *cocottes*; conhecia as escusas casas de *rendez-vous*, onde era assíduo e considerado; o outro, o comendador, que era casado, deixando, porém, a mulher só no vasto casarão do Engenho Velho a se interessar pelos namoricos das filhas, tinha a mesma vida solta do seu amigo e compadre. (BARRETO, 2010, p. 89/90).

No conto, Lima Barreto elucida o clima lúbrico das noitadas do comendador e do coronel em um cassino, onde importantes figuras da política, doutores e juízes assistem a espetáculos sensuais. Na narrativa, o escritor sugere que membros da elite sempre estão a frequentar estes espaços: “[...] com frequência blasonavam o nome de *cocottes*, a proveniência delas e as suas excentricidades libertinas” (BARRETO, 2010, p. 93) e descreve o ambiente quando o espetáculo chega ao auge:

[...] Da sala dos camarotes subia um estranho cheiro – um odor azedo de orgia. Centenas de charutos e cigarros a fumegar enevoavam todo o ambiente. Desprendimentos do tabaco, emanações alcoólicas, e, a mais, uma fortíssima exalação de sensualidade e lubricidade, davam à sala o aspecto repugnante de uma vasta bodega. Mais ou menos embriagado, cada um dos espectadores tinha para com a mulher com quem bebia gestos livres de alcova (BARRETO, 2010, p. 93).

O comendador Costa é descrito como alguém aficionado por mulatas e que pouco controla seus impulsos sexuais, tendo em vista que “[...] à noite, pelas praças mal iluminadas, andava catando-as, joeirando-as com olhos chispantes de lubricidade e, por vezes mesmo, se atrevia a seguir qualquer mais airosa pelas ruas de baixa prostituição” (BARRETO, 2010, p. 90). Quando encontra uma mulata a qual qualifica como objeto dos melhores que já possuiu, deixa de encontrar-se com o amigo coronel e dedicar-se a seu comércio por mais de duas semanas.

Segundo Rago (1985), no início no século XX, na tentativa de frear o excesso na atividade sexual, considerada como desviante de energias necessárias ao processo produtivo, a burguesia empreende a racionalização das atividades sexuais. Nesse sentido, a autora assevera que a medicina higienista não trabalhou apenas na expectativa de coibir o sexo extraconjugal, mas normatizou casas de prostituição de modo a controlar os horários, a frequência dos clientes e impedir comportamentos sexuais mais aberrantes, bem como garantir a boa saúde das prostitutas.

Esses contos remetem-nos também aos processos de educação do corpo relacionados à construção de um padrão de comportamento sexual feminino que baliza os limites entre a mulher recatada e a prostituta, desenvolvido na Primeira República via medicina (RAGO, 1985). A construção do modelo de mulher recatada, devotada ao lar e dócil com marido e filhos abarcam a racionalização do sexo, envolvendo a figura da prostituta na constituição de comportamentos que sustentem tanto a virilidade masculina, quanto o recato feminino. De acordo com Rago (1985), na sociedade capitalista, o modelo de família nuclear provoca a necessidade do homem de família fixar-se no trabalho para sustentar, proteger e cuidar da esposa e dos filhos, gerando na mulher a necessidade de ser devotada ao lar, aos filhos e ao marido que os protege, pelo menos até o capital requisitar também a força de trabalho da mulher e da criança.

Nesse sentido, a mulher deve arrefecer seus impulsos sexuais, contudo, a abstinência de sexo pode ser prejudicial ao marido. Para administrar o modelo de mulher recatada-esposamãe, a figura da prostituta se torna essencial para a racionalização do sexo, permitindo a fruição dos desejos sexuais do pai sem tanto abalar a imagem de recato da mãe, que deve ao máximo abster-se dos arroubos sexuais (RAGO, 1985).

Podemos pensar que é exatamente para controlar e manter a dinâmica da sociedade burguesa que a burguesia instaura e difunde procedimentos de educação corporal que envolvem o casamento monogâmico (COSTA, 1999), o controle da atividade sexual (RAGO, 1985) e do uso de bebidas alcoólicas (FONTELES NETO, 2002), difundidos à classe trabalhadora para preservação da força de trabalho. Para Gramsci (2001), a regulação da atividade sexual na moral burguesa tem aparência de puritanismo, mas,

[...] a verdade é que não se pode desenvolver o novo tipo de homem exigido pela racionalização da produção e do trabalho enquanto o instinto sexual não for também adequadamente regulamentado, não for também ele racionalizado (GRAMSCI, 2001, p. 252).

Os contos retratam que as relações entre os indivíduos de classe baixa acontecem nos subúrbios pobres, em armazéns, pequenos comércios próximos de casa, em logradouros

públicos, nos terreiros e quintais de grupos de amigos ao som de violão e modinhas, regadas a bebidas, como é mencionado nos contos “Clara dos Anjos” e “Manel Capineiro”. A classe baixa frequenta e encontra pessoas no armazém em “Manel Capineiro” e na venda em “Clara dos Anjos”.

Em “Clara dos Anjos”, o quintal da família de Clara é local de constantes encontros amigáveis:

[...] pela manhã, logo pelas primeiras horas, os companheiros apareciam, tomavam café, iam em seguida para o quintal, para debaixo do tamarindeiro, a jogar bisca com o litro de cachaça ao lado; e aí, sem dar uma vista d’olhos sobre as montanhas circundantes, nuas, empedrouçadas, deixavam-se ficar até a hora do “ajantarado” que a mulher e a filha preparavam (BARRETO, 2010, p. 249, aspas no original).

No conto, a venda do “seu Nascimento” também é local para encontros amigáveis, sendo frequentada por gente respeitável, como o poeta Amarante, Valentim, um velho chacareiro aposentado ou o desenhista inglês, Mr. Persons que “[...] quando saía do trabalho, passava na venda, lá se sentava naqueles característicos tamboretos de abrir e fechar, e deixava-se ficar até ao anoitecer bebericando ou lendo os jornais do senhor Nascimento” (BARRETO, 2010, p. 248).

O armazém Duas Américas, do conto “Manel Capineiro”, é localizado em um subúrbio longínquo e local onde os transeuntes param, conversam e bebem. É um ponto de encontro rápido de trabalhadores ligados às atividades rurais e lá se encontram carvoeiros, carroceiros, domadores de cavalos, açougueiros, leiteiros e o capineiro. É de passagem pelo local ou quando vão tratar de negócios que as personagens se encontram e conversam.

Nesse sentido, constata-se que as condições materiais de existência determinam o gozo do tempo livre e as relações socioafetivas, excluindo a classe baixa dos espaços modernizados como os teatros, confeitarias e restaurantes. Contudo, indicam que, nos espaços em que as personagens pobres se encontram parecem estar mais livres, sem vigilância constante daqueles que defendem a ordem e enquadram como contraventores os que não se encaixam no perfil ordeiro dos espaços modernos.

Tributários da constituição do Estado burguês, modos de se relacionar são difundidos em espaços públicos e privados, juntamente com formas de se vestir e de se portar em espaços públicos que evidenciam a promoção da educação de boas maneiras por meio de um repertório gestual fino e polido. Em “Uma noite no Lírico”, o estudante Frederico Bastos, das galerias do teatro, observa as vestimentas, gestos e posturas de damas e cavalheiros da alta sociedade. Tenta aprender gestos para melhor se encaixar quando puder adquirir uma cadeira nos camarotes:

[...] via correrem-se-lhes os reposteiros, e os cavalheiros bem encasacados, juntarem os pés, curvarem ligeiramente o corpo, apertarem ou mesmo beijarem a mão das damas que se mantinham eretas (BARRETO, 2010, p. 208).

por diversas vezes, Frederico anseia ali mesmo, diante de todos, imitar tais cavalheiros.

A necessidade de Frederico em aprender os gestos que via no teatro fazia quase com que ele tomasse notas, desenhasse esquemas de posturas e trejeitos que admirava nos senhores. Ele confessa que tudo aquilo vibrava tanto em seu espírito que antes de se deitar em casa repetia as posturas dos cavalheiros diante do espelho. A necessidade de Frederico em adaptar-se aos gestos dos cavalheiros, em controlar seu corpo e suas posturas no âmbito social, remete-nos à Gramsci (2001) e à perspectiva de que para construção de uma sociedade industrializada se faz necessária a disciplinarização física dos indivíduos. A disciplinarização dos corpos produz uma melhor adaptação do indivíduo aos mecanismos de produção na sociedade capitalista por meio de gestos repetitivos e mecanizados realizados fora do ambiente de trabalho.

Alguns contos elucidam o anseio de personagens, masculinas e femininas, em contrair matrimônio e constituir família conforme é socialmente recomendado. A personagem Clara dos Anjos reconhece no casamento uma necessidade de vida, um amparo para a vida futura. Clara engravida antes do casamento e é abandonada pelo namorado que a seduz. Sua história e de outras personagens elucidam a força do modelo ideal de mulher difundido na Primeira República, a mulher recatada, devotada ao lar e à educação dos filhos, parceira da higiene na educação corporal da família. No contexto da época, a medicina higienista empreende um modelo feminino especialmente voltado aos cuidados com a prole, inculcando nas mães o dever de amamentar os filhos, os cuidados com a assepsia da casa e dos corpos, mediante uso de água, saponáceos e substâncias esterilizantes (RAGO, 1985).

A personagem Mercedes, do conto “Na janela”, percebe que não se casou devido ter cedido demais aos namorados. Conta à amiga que suspeita de que o modo como se entregou aos amores acabou por afastá-la do matrimônio:

[...] Aos quatorze, tive o primeiro namorado. Era o caixeiro da venda... [...] E daí não parei mais. Tive um segundo, um terceiro... quando cheguei ao quinto já escrevia cartas. Minha mãe pegou uma e deu-me uma surra; mas não me emendei – continuei. Não sabia resistir... Eles choravam, juravam..., e eu namorava quase ao mesmo tempo. Era como se – em grande riqueza inesgotável – não negasse esmolas. Você sabe: quando se tem muito se vai dando. Parece que não acaba; mas acaba e então chora-se pitanga. Fui assim: pediam-me beijos, abraços, cabelos; e eu dava por pena, unicamente. Se eu tivesse sido mais sovina, não estava “nesta vida” (BARRETO, 2010 p. 307, aspas no original).

Também em “Lívia”, a personagem que dá nome ao conto sonha que o casamento irá tirá-la da vida de trabalhos domésticos e jugos dos homens da casa. Para tanto, sempre está

com algum namorado, sendo sempre abandonada por eles. Soma cerca de quinze namorados que depois de algum tempo vão embora. Na expectativa por casar-se, dava-lhes tudo o que pediam: dava-lhes beijos, abraços, cartas de amor e toda a sua volúpia e, em poucos meses, os via indo embora.

Esses contos revelam o papel que a mulher deve assumir na sociedade burguesa e o casamento como um ideal de vida para a mulher. Ao mesmo tempo, elucidam a condenação moral para aquelas que não controlam suas paixões e se entregam aos homens, evidenciando uma separação moralista entre mulheres que servem para casar e as que não servem.

O padrão de comportamento difundido na ideia da mulher de família corresponde a uma mulher recatada, que seja capaz de controlar seus impulsos, e assim, ser boa esposa e boa mãe. Conforme Rago (1985), a esposa ideal deve ser devotada ao lar, ao marido e aos filhos, sacrificando seu bem-estar e seus prazeres em nome da família. Corporalmente, deve se portar de modo recatado, sorrir delicadamente, falar baixo, ter modos de andar, abafar seus apetites sexuais e abster-se de fumo, álcool, jogos e outros divertimentos (RAGO, 1985). A mulher recatada deve portar-se de modo diferente das mulheres públicas, escandalosas, depravadas, afeitas aos vícios e/ou das que se entregam aos arroubos sexuais. Estas são vistas como incapazes de assumir o papel de esposa e mãe. A ex-meretriz Lola ilustra o tipo de mulher com a qual se deve evitar matrimônio. Embora elegante, veste-se de modo extravagante, é ambiciosa, lasciva e poligâmica:

[...] A bem dizer ela não gostava de homem, mas de homens; as exigências de sua imaginação, mais do que as de sua carne, eram para a poliandria. A vida lhe fizera assim e não havia de ser agora, ao roçar dos cinquenta, que havia de corrigir-se (BARRETO, 2010, p. 81).

A personagem Clódia, de “Cló”, também é uma das que não se encaixam no perfil da mulher recatada. Em uma algazarra de carnaval, o pai de Cló, Maximiliano, se lembra da filha e de seu temperamento de feitio de cortesãs gregas, seu corpo escultural e carnes aveludadas. Cló tem um fraco senso moral e forte paixão por danças sensuais, perfumes e bebidas fortes.

Algumas relações matrimoniais mencionadas nos contos são apresentadas de forma satírica ou sugerem relações baseadas em interesses individuais. Em “*Agaricus Auditae*”, o jovem botanista Alexandre Ventura se interessa em casar com Nenê para alcançar melhor posição social, pois acredita que “[...] é preciso ter-se uma posição decente na sociedade, um bom casamento, se não rico, pelo menos semirrico...” (BARRETO, 2010, p. 191) e, tendo em vista que a moça é filha de um desembargador que preside uma associação de intelectuais, o que lhe traria maior prestígio, Alexandre aceita as condições do futuro sogro para poder casar-se.

Em “O filho da Gabriela”, o casamento de Laura é caracterizado como pura necessidade, tendo em vista que ela casa-se por ambição e o marido, conselheiro Calaça, por conveniência, pois em sua posição, não ficava bem seguir viúvo:

[...] O conselheiro, homem de mais de sessenta anos, continuava superiormente frio, egoísta e fechado, sonhando sempre uma posição mais alta ou que julgava mais alta. Casara-se por necessidade decorativa. Um homem de sua posição não podia continuar viúvo; atiraram-lhe aquela menina pelos olhos, ela o aceitou por ambição e ele por conveniência (BARRETO, 2010, p. 103).

No conto “Numa e a ninfa”, o casamento não só acontece movido por interesses, mas também é mantido baseado numa relação de troca. O personagem Numa Pompílio de Castro era bacharel em direito e sempre galgava posição melhor na sociedade. Ele tenta advogar, mas, não conseguindo, alia-se a um figurão que o faz promotor de justiça e, daí em diante, vai subindo, torna-se juiz e passa a sonhar com a política. Para tanto, aproxima-se do governador e consegue ser chefe da polícia, mas quer mais. Aproxima-se de Gilberta, filha do governador, para casar. Com a ajuda do sogro, é eleito deputado. Gilberta, por sua vez, percebe a possibilidade de um futuro confortável e luxuoso sendo esposa de político, por isso quer que ele seja um deputado notável e suba na carreira. Para ela “[...] ser mulher de deputado não bastava; queria ser mulher de um deputado notável, que falasse, fizesse lindos discursos, fosse apontado nas ruas” (BARRETO, 2010, p. 296).

Numa e Gilberta não só se casam por interesse, como também mantêm a relação por ambição. Ela escreve discursos magníficos que rendem a Numa destaque na Câmara e uma vaga no Senado, e ele mantêm os luxos da mulher que o impulsiona na carreira política.

[...] Daí por diante os sucessos de Numa continuaram. Não havia questão em debate na Câmara sobre a qual ele não falasse, não desse o seu parecer, sempre sólido, sempre brilhante, mantendo a coerência do partido, mas aproveitando ideias pessoais e vista novas. Estava apontado para ministro e todos esperavam vê-lo na secretaria do largo do Rossio, para que ele pusesse em prática as suas extraordinárias ideias sobre instrução e justiça (BARRETO, 2010, p. 298).

Pleiteando a vaga para ministro, Numa pede à esposa que lhe escreva mais um notável discurso e, quando ela estava elaborando, a vê beijar outro homem. Ponderando que se fizesse escândalo sobre a traição da mulher perderia os discursos e seu futuro promissor, finge nada ter visto:

[...] Ao anoitecer, ela recolheu-se à biblioteca e ele ao quarto. No começo o parlamentar dormiu bem; mas bem cedo despertou e ficou surpreendido em não encontrar a mulher a seu lado [...]. Acendeu a vela, calçou as chinelas e foi pé ante pé até o compartimento que servia de biblioteca. A porta estava fechada; ele quis bater, mas parou ao meio. Vozes abafadas... Quem seria? Talvez a Idalina, a criada. Não, não era; era voz de homem. Diabo! Abaixou-se e olhou pelo buraco da fechadura [...]. Olhou ainda mais um instante e viu que os dois acabavam de beijar-se. A vista se lhe turvou; quis arrombar a porta; mas logo lhe veio a ideia do escândalo e refletiu. Se o fizesse vinha a coisa a público; todos saberiam do segredo

de sua “inteligência” e adeus câmara, ministério e – quem sabe – a presidência da República. Que é que se jogava ali? A sua honra? Era pouco. O que se jogava ali era a sua inteligência, sua carreira; era tudo! Não, pensou ele de si para si, vou deitar-me (BARRETO, 2010, p. 299, aspas no original).

A relação de troca presente nas relações matrimoniais também aparece em “Quase ela deu o “sim”, mas...”, em que o desocupado João Cazu, que vivia na casa dos tios e era sustentado por eles, preocupava-se apenas com encontrar uma mulher que lhe servisse e lhe cuidasse: “[...] restava-lhe a grave preocupação de encontrar quem lhe lavasse e engomasse a roupa, remendasse as calças e outras peças do vestuário, cerzisse as meias etc.etc.” (BARRETO, 2010, p. 503). Imbuído de valores burgueses, João procura a mulher que considera ideal, ou seja, a devotada ao lar, aos filhos e ao marido e anseia casar-se com uma mulher boa e rica para não precisar trabalhar, por isso passa a galantear uma viúva semirrica que lhe costura e lava as camisas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do nosso estudo, percebemos que a educação do corpo tem vinculação com a sociedade que se quer construir e contribui para a exploração, dominação e a desigualdade econômica e social. Tomando a literatura como campo privilegiado para apreender as contradições produzidas na sociedade, analisamos, a partir da estruturação socioeconômica determinada pelo modo de produção capitalista no Brasil no fim do século XIX, a educação do corpo nas condições concretas de instauração da Primeira República no Brasil em articulação com os contos de Lima Barreto.

Nesse percurso, foi possível compreender que os processos de educação do corpo no Brasil da Primeira República encontram algumas bases nas práticas educacionais desenvolvidas desde a Antiguidade, tais como a cisão corpo e mente e o rebaixamento do corpo em relação à mente, elementos já presentes na Antiguidade, e acirrados na Modernidade, com as formulações de René Descartes e com o conhecimento científico.

No Brasil da Primeira República, repetindo o desenvolvimento das sociedades burguesas, o corpo é tornado unidade produtiva e objeto de procedimentos de educação corporal voltados à produtividade. A organização produtiva taylorista-fordista, pautada na separação entre atividades de concepção e execução, exige uma educação corporal voltada à mecanização e resistência de movimentos, bem como a disciplinarização dos corpos, fundamental para racionalização das energias necessárias ao processo produtivo.

Nesse contexto, a ciência, apropriada pelo capital, embasa os processos de educação do corpo para torná-lo forte, ágil, asséptico, saudável e resistente, ignorando as determinações concretas. O modelo de sociedade moderna advindo de países europeus perpetua a reconfiguração da sociedade que envolve, por meio do enaltecimento do progresso, a reestruturação dos espaços de convivência social, educacional, de moradia, entre outros. Essa reconfiguração empreende a criação de novos hábitos, modos de vestir e de se relacionar, possibilitando o desenvolvimento de um corpo polido, contido e que se adeque às situações previamente esquadrihadas pelo industrialismo.

A necessidade de preparação de mão de obra para o trabalho assalariado delinea processos educacionais em várias instâncias, sejam elas na cidade, na família, na escola ou na fábrica. Os procedimentos envolvem a repressão da desordem, da embriaguez e do ócio, bem como a reconfiguração ideológica da família, a contenção de impulsos de toda ordem, principalmente os sexuais, os cuidados individuais com a higiene e também a difusão de

novos modelos de comportamento que geram contenção de movimentos expansivos e treinam para mecanização de gestos.

Nesse sentido, a educação do corpo se propaga via remodelação do espaço físico da cidade, difusão da ideia de boas maneiras atreladas à questão da preservação da saúde, à incorporação de hábitos de prática de exercícios físicos sistematizados, como ginástica e esporte, em detrimento de jogos de azar, divertimentos em botequins, bem como no combate aos vícios e prostituição. Analisamos que todo o arcabouço de práticas educativas informais, bem como as formais, presentes na escolarização das massas, voltam-se para o forjar do corpo produtivo à produção e reprodução do capital.

Ao analisar os contos de Lima Barreto, foi possível perceber essa dinâmica da educação do corpo para a criação da sociedade burguesa em suas contradições, possibilitando-nos vislumbrar a correlação entre a sociedade e a educação corporal da época. Lima Barreto desvela que o forjar do corpo produtivo na sociedade brasileira da época se deu de modo violento via encarceramento, repressão e segregação, e de modo sutil, por meio das noções de civilidade, etiqueta e difusão de ideologias. Em nossa análise, identificamos as determinações da sociedade burguesa em elementos que abordam o trabalho no Brasil República com seus conflitos de classe, ascensão social e desemprego; a tensão entre modo de vida tradicional e moderno, progresso e organização republicana; o conhecimento científico, educação formal e desigualdade social; e as relações sexuais e afetivas.

Nos contos, foi possível visualizar questões relativas ao processo de instauração de uma sociedade pautada nos interesses de uma minoria detentora de capital que ignora o rastro de miséria que produzem. Nos contos, aparece o mau caráter dos que se instauram no poder e fazem política a seu bel prazer, as relações afetivas baseadas em interesses, bem como as consequências da ciência instrumentalizada. Salta aos olhos a desigualdade de classe, o desemprego, a carestia, os problemas com alimentação, moradia, saúde e educação da população pobre, contrapostas às regalias da média e alta burguesia. Ressoam nos contos o trabalho aos moldes do capital com jornadas fixas, movimentos repetitivos, fragmentação do trabalho e a alienação, bem como o crescimento do individualismo, da competitividade e do anseio por consumo no Brasil do início do século XX.

Fica em evidência a coexistência de desiguais profissões de baixo e alto salário e prestígio, ligadas à instrução, ou seja, relacionadas às determinações concretas de oportunidades desiguais que propagam condições de vida também desiguais. É perceptível que homens instruídos estão a serviço do projeto de instauração da sociedade burguesa, pois importam conhecimentos científicos que justificam a sociedade que se quer estruturar de

forma passiva. Os doutores descritos por Lima Barreto servem ao capitalismo nas formulações científicas deterministas que importam da Europa. É muito clara a crítica do escritor à ciência da época e à aplicação do conhecimento sem reflexões. É esse tipo de conhecimento que embasa os processos de educação do corpo no Brasil da Primeira República e que empreende o desenvolvimento de corpos produtivos no país.

É manifesta a tensão entre os modos de vida modernos e os tradicionais, na persistência e/ou necessidade de um povo em não deixar morrer as religiões e crenças não oficiais, o curandeirismo, as atividades agrárias e o modo de viver mais coletivo, distanciando-se da lógica de produção capitalista. Compreende-se a não homogeneidade da sociedade, a resistência da tradição em um país que se pretende moderno e que quer extirpar o que não é científico ou que não produza lucros.

Observamos que a cidade empreende novos modelos de comportamentos, cobrando-se nos espaços modernizados dos centros urbanos gestos contidos e vestimentas à moda europeia em locais em que classe trabalhadora é excluída. Os espaços modernizados da parte central das cidades contrapõem-se aos miseráveis subúrbios de gente trabalhadora que reside em barracos longínquos e, muitas vezes, passam necessidade.

Questões como a embriaguez, o dispêndio de energias em noitadas de sexo com prostitutas combatidas pela moral burguesa e o modelo de família empreendido por essa moral são evidenciadas. A hipocrisia reinante na sociedade burguesa é desvelada nos contos em que membros da classe burguesa são mencionados realizando as práticas que vetam à classe operária. O mundo de orgia e prazeres do burguês é evidenciado, bem como o funcionamento da política para atender aos interesses dessa classe.

No Brasil descrito nos contos de Lima Barreto, há personagens que se adaptam à lógica produtiva e personagens que resistem em alguns aspectos a essa lógica, negando-se ao trabalho assalariado e formal, o que geralmente causa descontentamento de alguns, exclusão da sociedade ou punição do sistema.

Nesse sentido, compreendemos que os contos Lima Barreto desvelam as contradições da sociedade burguesa e traçam críticas ao modelo científico cultivado nessa sociedade. Assim, consideramos a literatura limabarretiana fecunda aos estudos sobre a educação do corpo no Brasil, compreendendo-a como fonte de pesquisa que não escamoteia as tensões e contradições concretas e não expressa o pensamento hegemônico da classe detentora dos meios de produção que instituem práticas de educação corporal voltadas ao forjar do corpo útil ao capital. Ao oferecer a realidade concreta, a partir de nossa análise, é possível concluir

que o autor oferece-nos elementos para refletir acerca da educação do corpo processada à época, indo além da realidade aparente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. **Prismas** – crítica cultural e sociedade. Trad. Augustin Wenet e Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Notas de literatura I**. Trad. Jorge M. B. de Almeida. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2003.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

AGOSTINHO. **Confissões**. Disponível em:

<https://sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/santo_agostinho_confissoes.pdf> acesso em: 18 mai. 2015.

ALVES JUNIOR, Douglas Garcia. *Sensus Assoupire: Educação e corpo em Agostinho, Descartes, Nietzsche e Adorno*. **Paideia Revista do curso de Pedagogia da Universidade FUMEC**. Ano IV, nº 03, 2005. Disponível em:

<<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/905>> acesso em: 29 jun. 2015.

ANDREOTTI, Azilde L. **A educação da criança trabalhadora na Primeira República: um estudo sobre a modernidade pedagógica e as práticas escolares**. Acervo histedbr. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario7/TRABALHOS/A/Azilde%20andreotti.pdf> acesso em: 02 ago. 2016.

BARRETO, Lima. **Contos completos**. Org. introdução e notas. Lilia Moritz Schwarcz. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

AUGUSTO, Michelle Dias. *A Belle Époque Carioca* em revista. **IX Colóquio de Moda**, 2013, anais. Disponível em <http://www.coloquiomoda.com.br/anais/anais/9-Coloquio-de-Moda_2013/COMUNICACAO-ORAL/EIXO-3-CULTURA_COMUNICACAO-ORAL/A-Belle-Epoque-Carioca-em-revista.pdf> acesso em: 07 jan. 2016.

BAPTISTA, Tadeu João Ribeiro. **A educação do corpo na sociedade do capital**. Curitiba: Appris, 2013.

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. 43 ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

BRACHT, Valter. *A criança que pratica esporte respeita as regras do jogo... capitalista*.

Revista Brasileira de Ciências do Esporte 7(2) p. 62-68, 1986. Disponível em <<https://sitealanrocha.files.wordpress.com/2009/07/a-crianca-que-pratica-esporte.pdf>> acesso em: 10 fev. 2016.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. 3ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARDOSO, Sérgio. A matriz romana. *In: Matrizes do republicanismo*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Yara Maria de. Corpo e História: o corpo para os gregos, pelos gregos, na Grécia Antiga. *In: Corpo e História*. Campinas, SP: Autores Associados, 3ª.ed., 2006.

CASTAÑEDA, L. A. Eugenia e casamento. **Revista História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, vol. 10(3): 901-30, set.-dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000300006> acesso em: 22 dez. 2015.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil**: a história que não se conta. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

CASTRO, Fabiano. LANDAREIRA-FERNANDES, J. **Alma, corpo e a antiga civilização grega**: as primeiras observações do funcionamento cerebral e das atividades mentais. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79722011000400021> acesso em: 17 jun. 2015.

CHAVES, J. C e RIBEIRO, D. R. Arte em Herbert Marcuse: formação e resistência à sociedade unidimensional. **Psicologia & Sociedade** 26 (1), 12-21, 2014.

CORREIA, Telma de Barros. **Moradia e trabalho**: o desmonte da cidade empresarial, 1997. Disponível em: <<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/1710/1682>> acesso em: 14 fev. 2016.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro edições Graal, 1999.

COSTA, Raul Max Lucas da. Alcoolismo, discurso científico e escrita de si no Diário do Hospício de Lima Barreto. **Antíteses**, vol. 1, n. 1, jan.- jun. de 2008, pp. 188-208. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/viewFile/1432/1628>> acesso em 28 dez. 2015.

COSTA, Vani Maria de Melo. Corpo e História. **Revista Ecos**, edição nº 10 – Julho 2011. Disponível em <http://www.unemat.br/revistas/ecos/docs/v_10/245_Pag_Revista_Ecos_V-10_N-01_A-2011.pdf> acesso em 06 fev. 2015.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia; ser, saber e fazer**: elementos da história do pensamento ocidental. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 1993.

DESCARTES, René. **Discurso do método; As paixões da alma; Meditações; Objeções e respostas**. Trad. J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 5ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador v. 2**. Trad. Ruy Jungmann. Apres. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Trad. Rosa Camargo Artigas, Reginaldo Forti. São Paulo: Global, 1985.

FAURE, Oliver. O Olhar dos médicos. *In: História do Corpo: da revolução à Grande Guerra*. Direção Alain Corbin, Jean-Jaques Courtine e Georges Vigarello. Tra. João Batista Kreuch, Jaime Clasen. 3ª ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

FONTELES NETO, Francisco Linhares. O Álcool, “esta maldita essência”: notas sobre as tentativas de combate policial à prática de consumir bebidas alcoólicas em Fortaleza nas décadas de 1910-1920. **Revista História e Perspectivas**, Uberlândia (49): 219-238, jul./dez. 2013. Disponível em <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:G9c8MivwQO4J:www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/download/24985/13844+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>> acesso em 28 dez. 2015.

FRANÇA, Alexandre Miguel. Entre álcool e drogas: o campo jurídico no século XX e o “mais do mesmo” nos discursos da criminalização. **XXVIII Simpósio Nacional de História**, 2015, anais Disponível em <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1434420693_ARQUIVO_artigoANPUH2015.pdf> acesso em 28 dez. 2015.

GALVÃO, Márcio Antônio Moreira. **Origem das políticas de saúde pública no Brasil: do Brasil-Colônia a 1930**. Textos do Departamento de Ciências Médicas. Faculdade de Farmácia. Universidade Federal de Ouro Preto, 2007. Disponível em <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/origem_politicas_saude_publica_brasil.pdf> acesso em 06 jan. 2016.

GÉLIS, Jacques. O corpo, a Igreja e o Sagrado. *In: História do corpo: Da Renascença às Luzes*. Tradução de Lúcia M.E. Orth. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GOELNNER, Silvana Vilodre. Jean-Jacques Rousseau e a educação do corpo. **Lecturas: Educación Física y Deportes** Año 2, nº 8. Buenos Aires. Diciembre 1997. Disponível em: <www.efdeportes.com> acesso em 02 jun. 2015.

GÓIS JUNIOR, Edvaldo. **Dicionário Crítico de Educação Física**. Org. Fernando Jaime Gonzáles e Paulo Edvaldo Fensterseifer. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

GONÇALVES, Maria Augusta Salin. **Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

GONZÁLES, Fernando Jaime. **Dicionário Crítico de Educação Física**. Org. Fernando Jaime Gonzáles e Paulo Edvaldo Fensterseifer. 3ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

GRAMSCI, Antonio. Caderno 22 – Americanismo e Fordismo. *In: Cadernos do cárcere. Vol. 4.* Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2001.

HECKER, Alexandre. Idéias republicanas, aspirações socialistas: *propostas da esquerda democrática para ampliação da cidadania brasileira no pós-guerra.* *In: República, republicanismo e republicanos: Brasil, Portugal, Itália.* Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011.

HOBBSAWM, Eric J. **A era das revoluções (1789-1848).** 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

IANNI, Octávio. **A ideia de Brasil Moderno.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia.** 3ª ed. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 2001. Disponível em Disponível em: <http://dutracarlito.com/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf> acesso em: 05 jul. 2015.

LANGLADE, A; LANGLADE, N. R. **Teoría general de la gimnásia.** Buenos Aires, Editorial Stadium, 1970.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade.** Trad. Fábio dos Santos Creder Lopes. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LE GOFF, Jacques e TRUONG, Nicolas. **Uma história do corpo na Idade Média.** Tradução Marcos Flamínio Peres – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

LINHALES, Meily Assbú. **A escola e o esporte: uma história de práticas culturais.** São Paulo: Cortez, 2009.

MACHADO, Heloisa Guaracy. Franco Júnior, Hilário. Cocanha: a história de um país imaginário. Resenha. **Cadernos de História.** Belo Horizonte v.4 nº5 p. 43 dez, 1999. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1698>> acesso em: 02 mar. 2015.

MAI, Lilian Denise; ANGERAMI, Luigia Saporiti. Eugenia negativa e positiva: significados e contradições. **Revista Latino-am Enfermagem**, 2006 março-abril; 14(2):251-258. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n2/v14n2a15.pdf>> acesso em: 14 jan. 2016.

MANDRESSI, Rafael. Dissecações e anatomia. *In: História do corpo: Da Renascença às Luzes.* Tradução de Lúcia M.E. Orth. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MARCASSA, Luciana. Educação Física face ao projeto de modernização do Brasil (1900-1930: as histórias que se contam. **Pensar a Prática** 3: 82-95. Jul/Jun 1999-2000. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fe/article/view/16027/9834>> acesso em: 21 jun. 2015.

MARCUSE, Herbert. **A dimensão estética.** Trad. M. E. Costa. Portugal: Ed. 70, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto comunista**. Trad. Maria Lucia Como. 14ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **A ideologia Alemã**. Introdução Jacob Gorender. Tradução. Luis Claudio de Castro e Costa. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 1. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Vol. 2. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. apres. notas Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010(a).

_____. **Trabalho assalariado e capital & Salário, preço e lucro**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010 (b).

MATTOS, Hebe. A vida política. *In: História do Brasil Nação*, vol. 3: Abertura para o mundo: 1889-1930 coord. Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

MEDEIROS, Mara Barbosa de. **Didática e prática de ensino da educação física** : para além de uma abordagem formal. Goiânia: Editora UFG, 1998.

MEDINA, João Paulo Subirá. **O brasileiro e seu corpo**: educação e política do corpo. 3ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1991.

MELO, Vitor Andrade de. Corpos, bicicletas e automóveis: outros esportes na transição dos séculos XIX e XX. *In: História do esporte no Brasil*: do Império aos dias atuais. Orgs. Mary Del Priore e Vitor Andrade de Melo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MOREIRA, Ana Zélia Maria. A escola primária em tempos de modernidade: grupo escolar “Augusto Severo” – Natal/RN (1908-13). **Revista SABERES**, Natal – RN, v. 2, n.esp, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/saberes/index>> acesso em: 09 out. 2015.

MORENO, Andréa e SEGANTINI, Verona Campos. A educação do corpo nos espaços de sociabilidade do urbano: investigação sobre os investimentos no corpo em Belo Horizonte (1891-1930). **IV Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2006, anais. Disponível em:<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%20por%20Marcus%20AurelioTaborda%20de%20Oliveira/Andrea%20Moreno%20-%20Texto.pdf>> acesso em: 09 jan. 2016.

MORENO, Andrea; SOARES, Carmem Lúcia. **Dicionário crítico de educação física**. Org. Fernando Jaime Gonzáles, Paulo Evaldo Fentesterseifer. 3ª ed. Ver. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 1976.

NEGREIROS, Regina. **Éthos, educação e serviço público**: Uma tríade basilar na construção de uma sociedade saudável. Trabalho de conclusão de especialização em Gestão Pública, Instituto Federal da Paraíba, 2014.

ODA, Ana Maria G. R. A teoria da degenerescência na fundação da psiquiatria brasileira: contraposição entre Raimundo Nina Rodrigues e Juliano Moreira. **Revista eletrônica Psychiatry on line**. Dezembro, 2001. Vol. 6 nº 12. Disponível em: <www.polbr.med.br/ano01/wal1201.php> acesso em: 06 nov. 2015.

OLIVEIRA, Claudemir Gonçalves. A matriz positivista na educação brasileira: Uma análise das portas de entrada no período Republicano. **Diálogos Acadêmicos** - Revista Eletrônica da Faculdade Semar/Unicastelo, 2010. Disponível em: <<http://www.uniesp.edu.br/fnsa/revista/downloads/educacao1/artigo-claudemir-goncalves-de-oliveira.pdf>> acesso em: 09 jan. 2016.

OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PATTO, Maria Heleza Souza. Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres. **Rev. Estudos Avançados**, vol. 13 n. 35 São Paulo, Jan./Apr. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40141999000100017&script=sci_arttext> acesso em: 18 nov. 2015.

PECHMAN, Robert Moses. **Cidades estreitamente vigiadas**: o detetive e o urbanista. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000182750>> acesso em: 07 jan. 2016.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Morel e a questão da degenerescência. **Rev. latinoam. psicopatol.** vol.11 no.3 São Paulo Sept. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-47142008000300012>> acesso em: 03 nov. 2015.

PEREZ, Davi Machado. **Consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil**: contribuição a debate teórico no serviço social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, 2015.

PÉREZ GALLARDO. **Dicionário crítico de educação física**. Org. Fernando Jaime Gonzáles, Paulo Evaldo Fentesterseifer. 1ª ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

PINHEIRO, Adriana Cristina. Urbanização e normatização: código de postura do município e a educação do povo no início da República. **III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2004, anais Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/008.pdf>> acesso em: 13 jan. 2016.

PINHEIRO FILHO, Arthur Alves. O bairro da Cidade Nova no Rio de Janeiro: a organização espacial e segregação urbana na segunda metade do século XIX. **XVI Congresso Nacional de Geografia**, 2010, anais. Disponível em: <www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=366> acesso em: 25 jul. 2016.

PINHEIRO, Juliana da Silva. As paixões segundo Descartes: obscuras e irrecusáveis experiências. **Revista Controvérsia** – v.3, n.2, p. 07-18 (jul-dez 2007). Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/controversia/article/view/7039>> acesso em: 07 abr. 2015.

PINTO, Geraldo Augusto. De demiurgo a operário: uma análise gramsciana do trabalho sob o taylorismo/fordismo. **Si Somos Americanos. Revista de Estudios Transfronterizos** Volumen XII / N° 2 / julio - diciembre 2012 / pp. 133-151. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-09482012000200006> acesso em: 08 nov. 2015.

PLATÃO. **A República**. Tradução J. Guinsburg. Vol. I. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.

PORTER, Roy e VIGARELLO, Georges. Corpo, saúde e doenças. *In: História do corpo: Da Renascença às Luzes*. Tradução de Lúcia M.E. Orth. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

PRONI, Marcelo Weishaupt. Brohm e a organização capitalista do esporte. *In: Esporte: história e sociedade*. Marcelo W. Proni, Ricardo de Figueiredo Lucena (orgs). Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1889-1930**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Luzia Margareth; MOREIRA, Eduardo F.P. **O que é taylorismo**. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1985. 105 p. (Coleção Primeiros Passos, 112) Vozes, 2008.

RESENDE, Anita C. Azevedo. Subjetividade em tempos de reificação: um tema para a psicologia social. **Rev. Estudos**, V. 28 N. 4 p.511-538, Ago. 2001.

RESENDE, Anita C. Azevedo. Arte e conhecimento. *In: Psicologia social: crítica socialmente orientada*. Org. RESENDE, Anita C. Azevedo e CHAVES, Juliana de Castro. Goiânia: ed. da PUC Goiás, 2010.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. São Paulo: Nobel, 1997.

ROSSO, Mauro. **Lima Barreto e a política: os “contos argelinos” e outros textos recuperados**. Org. introd. notas: Mauro Rosso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Ed. Loyola, 2010.

SANTIN, S. **Uma abordagem filosófica da corporeidade**. 2. ed. Ijuí: Unijuí, 2003.

SANTANA, Flávio Carreiro; SOUSA, Jaciele Cândido. Família e civilidade no código de bom-tom. **Revista Scire** Vol 01 – Num 02 – Julho 2013. Disponível em: <<http://www.revistascire.com.br/artigo/2013/JULHO/FAMILIA.pdf>> acesso em: 06 jan. 2016.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SENNET, Richard. **Carne e pedra**. Trad. Marcos Aarão Reis. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHUELER, Alessandra F. M. e MAGALDI, Ana Maria B. M. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, 2009 v. 13 (26). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v13n26/a03v1326.pdf>> acesso em: 12 out. 2015.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **Contos completos de Lima Barreto**. Org. e introdução Lília Moritz Schwarcz. São Paulo, Cia das Letras, 2010.

_____. População e sociedade. In: **História do Brasil Nação**, vol. 3: Abertura para o mundo: 1889-1930 coord. Lilia Moritz Schwarcz. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SILVA, Ana Márcia. **O corpo do mundo**: reflexões acerca da expectativa de corpo na Modernidade. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Ilha do Desterro, 1999.

SILVA, Luciano Pereira. **Em nome da modernidade**: uma educação multifacetada, uma cidade transmutada, um sujeito inventado (Montes Claros, 1889-1926). Tese (Doutorado em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. Disponível em <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-92XNEC>> acesso em: 23 out. 2015.

SILVA, Rafael Egídio Leal. O Futuro, segundo Monteiro Lobato: Eugenia e Utopia na obra o Presidente Negro. **V Congresso Internacional de História**, 2011, anais. Disponível em: <<http://www.cih.uem.br/anais/2011/trabalhos/271.pdf>> acesso em: 06 jan. 2016.

SOARES, Carmem Lúcia. **Imagens da educação no corpo**: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX. Campinas, SP: Autores Associados, 1998.

SOARES, Carmem Lúcia. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. 3ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Luís Antonio Francisco. Polícia, classe trabalhadora e delinquência na Primeira República. **Revista Plural** 1: 17-35, 1 sem. 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/68053/70623>> acesso em: 04 jan. 2016.

SOUZA, Rosa Fátima. Espaço da Educação e da Civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: **O legado educacional do século XIX**. 2ª ed. Campinas, SP: Autores Associados,

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio. Escolarização e educação do corpo: história do currículo da instrução pública primária no Paraná. **28º Reunião Nacional da ANPED**, 2005, anais. Disponível em: <<http://28reuniao.anped.org.br/>> GT 02. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Educando pelo corpo: saberes e práticas nos corpos da educação infantil da instrução pública primária nos finais do século XIX. **Sarmiento**/num. 13/2009. Coruña, Espanha.

_____. **Dicionário crítico de educação física**. Org. Fernando Jaime González e Paulo Evaldo Fensterseifer. 3ª ed. rev. e ampl. Ijuí: Ed. Unijuí, 2014.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcos Aurélio; PUTCHA, Diogo Rodrigues. Educação do corpo, escolarização e modernidade: possibilidades de compreensão histórica a partir do acervo do Arquivo Público do Paraná. **III Congresso Brasileiro de História da Educação**, 2006, anais. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Individ/Eixo1/036.pdf>> acesso em: 20 set. 2015.

TERRA NOVA, Jessica V. da S.; ZOBOLI, Fabio. DANTAS JUNIOR, Hamilcar Silveira. O “arte gímástico” de Jerônimo Mercurial e a educação do corpo: notas sobre o esquecimento. **Revista tempos e espaços da educação**. Volume 7, n 13. Maio-agosto 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufs.br/index.php/revtee/issue/view/326/showToc>> acesso em: 02 jun. 2015.

TUBINO, Manuel José Gomes. **O que é Esporte**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

VALGAS, Aline Flavia. Educação do corpo em John Locke: princípios adaptativos para a educação do homem bom e útil. **XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, 2015, anais. Disponível em: <<http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/view/692>> acesso em: 02 fev. 2016.

VAZ, Alexandre Fernandez. Treinar o corpo, dominar a natureza: notas para uma análise do esporte com base no treinamento corporal. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, Agosto/1999.

VAZ, Alexandre Fernandez. **Teoria Crítica do Esporte**: origens, polêmicas, atualidade. 2003. Disponível em: <<http://www.uff.br/esportesociedade/pdf/es102.pdf>> acesso em 08 set. 2015.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação estética para o povo. *In*: **500 anos de educação no Brasil**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

VIGARELLO, Georges. **O limpo e o sujo**: uma história da higiene corporal. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

VIGARELLO, Georges. Exercitar-se, jogar. *In*: **História do corpo**: Da Renascença às Luzes. Tradução de Lúcia M.E. Orth. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VIGARELLO, Georges. Higiene do corpo e trabalho das aparências. *In*: **História do Corpo: da revolução à Grande Guerra**. Direção Alain Corbin, Jean-Jaques Courtine e Georges Vigarello. Tra. João Batista Kreuch, Jaime Clasen. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ZOBOLI, Fabio. **Cisão corpo/mente**: espelhos e reflexos na prática da educação física. São Cristóvão: Editora UFS, 2012.